



# A Nação

JORNAL INDEPENDENTE



Pedro Pires

Entre o silêncio tranquilizante e a realidade interpeladora

Pág. 18



# Dívida pública fora do controlo

Págs. 2 a 5

## Um ano da Covid-19

- Sequelas crónicas até em pacientes com sintomas leves
- Pior crise de sempre desde a Independência Nacional
- Câmaras do Comércio alertam situação “preocupante”
- Produção de livros ressentem-se, mas Cultura esperançosa

in ETC

## Alex Saab

STJ confirma extradição para os EUA



Págs. 6 e 7



## São Vicente

Resgate de 100 anos de história do espólio da Foto Melo

Págs. 12 a 14

## Money Talks

ipd\_portugal Portugal

EPISÓDIO #8  
Avaliação das Políticas Públicas afetas à cultura em Cabo Verde

Dino D'Santiago  
Músico, cantor e compositor



Pág. 19

PUB

## SOFTWARE PARA USO DIGITAL DOS DOCUMENTOS ELETRÓNICOS DE IDENTIFICAÇÃO DE CABO VERDE

Agora já é possível fazer o Uso Digital do seu Cartão Nacional de Identificação.

INSTALE E USE O SOFTWARE DO CNI.



Saiba como em: [www.sniac.cv](http://www.sniac.cv)



# Dívida pública fora do controlo

A dívida pública de Cabo Verde não pára de aumentar, situando-se já fora dos limites prudenciais mais importantes. Dados apurados pelo A NAÇÃO apontam para um valor global de 281,5 milhões de contos, o que corresponde a 162% do PIB do ano passado. E é bem provável que neste momento o quadro seja ainda muito mais grave.

Daniel Almeida

Se os números falam por si, a situação da dívida pública nacional encontra-se fora dos limites prudenciais tidos como aceitáveis. De Setembro do ano passado a este mês de Março, a situação deteriorou-se ainda mais, reforçando a situação de Cabo Verde na lista dos países mais endividados do mundo, com tudo que isso tem de mau: exposto a um conjunto vasto de riscos, um dos quais o factor “risco soberano”.

Aliás, reflexo ou sintoma do cima exposto, o Governo tem vindo a recorrer, cada vez mais, à dívida interna, em particular através dos recursos do INPS, como referido no número anterior do A NAÇÃO e que não mereceu qualquer reacção dos visados.

De acordo com analistas consultados por este jornal, da análise dos indicadores de vulnerabilidade externa e a avaliação da sustentabilidade da dívida pública, tidos como cruciais para um exame consistente da política macroeconómica de qualquer país, a situação cabo-verdiana não é de todo nada recomendável.

Isto porque, de acordo com os dados oficiais disponíveis,

a 31 de Dezembro de 2015, a dívida pública nacional ascendia a quase 200 milhões de contos, o que correspondia a cerca de 126% do Produto Interno Bruto (PIB). Desse rácio, 97% era dívida externa obtida em condições alegadamente muito favoráveis, e 29% era dívida interna contraída em condições menos favoráveis então existentes no mercado financeiro nacional.

Pese embora o seu elevado grau de concessionalidade, a análise da sustentabilidade da dívida sugere, relativamente aos dados disponíveis e referentes a 2015, que a probabilidade de incumprimento pelo Estado tinha aumentado face aos anos anteriores. Isto atendendo aos desafios impostos pela graduação de Cabo Verde a país de rendimento médio, aos limites ao aumento das receitas fiscais para fazer face ao serviço da dívida, bem como à magnitude das despesas de funcionamento obrigatórias.

No entanto, segundo essa mesma análise, a dívida, então existente, era sustentável no longo prazo, conforme chegou a ser dito reiteradas vezes, particularmente, pela

ministra das Finanças, Cristina Duarte, sempre contestada pelo maior partido da oposição, em especial por duas figuras hoje do governo: Olavo Correia e Fernando Elísio Freire.

Ao contrário do prometido pelo MpD ao chegar ao governo, de 2016 a 2020, o aumento do nível de endividamento, juntamente com a mudança para fontes de financiamento mais baseadas no mercado interno (muito mais caras), aumentaram substancialmente as vulnerabilidades da dívida pública cabo-verdiana.

Segundo consta do Boletim de Indicadores Económicos e Financeiros do Banco de Cabo Verde (BCV), publicado em Novembro de 2020, com o aumento das necessidades de financiamento, o stock da dívida pública (incluindo os passivos contratados junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI) no quadro do Rapid Credit Facility), aumentou cerca de 11.985 milhões de contos nos primeiros nove meses do ano passado.

Neste quadro, incluindo os títulos consolidados de mobilização financeira (TCMF's) cujas contrapartidas foram transferi-



das para o Fundo Soberano, a dívida pública passou a totalizar 266,5 milhões de contos a 30 de Setembro de 2020.

Admitindo, entretanto (e tal qual o Governo já o fez), que, em 2020, houve uma contracção do PIB, que poderá atingir os 11%, no terceiro trimestre do ano passado o rácio entre a dívida pública (DP) e o PIB estimado de 2020 já ultrapassava 153%.

Desse rácio, 105% era dívida externa e 48% era dívida interna. Isto significa que houve uma alteração profunda na composição da estrutura da dívida pública, privilegiando a componente interna, que é, em média, cerca de quatro vezes mais cara e com condições menos favoráveis face à componente externa.

No entanto, para agravar ainda mais o quadro já por si preocupante, houve necessidade de mais endividamento no quarto trimestre de 2020, pelo que terá havido, muito provavelmente, um aumento do rácio DP/PIB a 31 de De-

zembro de 2020.

Note-se que nesta matemática o rácio de 153% adoptado pelo Governo não considera o valor do stock de garantias e avales do Estado às empresas (públicas e privadas) e às Câmaras Municipais, que no terceiro trimestre de 2020 já rondava os 15 milhões de contos, segundo dados oficiais constantes do Relatório de Execução de Dívida Pública com referência a 30 de Setembro, publicado pelo Ministério das Finanças.

Com o aproximar das eleições legislativas, o Governo tem vindo a lançar vários pedões de dívida, nomeadamente dos consumidores à Electra e à AdS (electricidade e água), entre outras tantas medidas, alegadamente sociais, tendentes a agravar as contas do Estado.

O certo é que as boas práticas internacionais recomendam que as responsabilidades contingentes sejam consideradas no perímetro da dívida pública. A razão para isso tem





## Dívida cada vez mais galopante

De 2015 a 2020, a dívida pública cabo-verdiana aumentou de forma considerável e preocupante, apesar dos discursos em sentido contrário do ministro das Finanças, Olavo Correia. Tanto em termos absolutos como em termos relativos, esse indicador passou de pouco menos de 200 milhões de contos (em 2015) para mais de 281,5 milhões de contos, ou seja, de cerca de 126%, agora para um rácio que poderá já ter ultrapassado 162% do PIB, perigando o acordo de convertibilidade cambial (ver “Sobrecarga da dívida interna coloca em risco a paridade fixa com o euro”).

Com este nível de endividamento público, Cabo Verde passou a integrar o não recomendável clube de países cujo rácio entre a dívida pública e o PIB é igual ou superior a 150%. Mais do que nunca, os títulos de dívida pública do país estão na categoria de “lixo”, conforme a linguagem das agências de rating internacional.

Como é dos manuais, uma dívida pública alta pode ter um efeito negativo sobre a actividade económica ao exigir elevados impostos para financiá-la, o que acaba por ditar uma subida nas taxas de juro e, conseqüentemente, prejudicando os investimentos

privados e a vida das famílias.

Se o Governo não consegue financiar o seu défice, medidas como um corte de despesas públicas ou um aumento nos impostos devem ser realizadas para equilibrar novamente o orçamento fiscal. E caso essas medidas não sejam colocadas em prática, o Governo provavelmente enfrentará uma crise da dívida, que o levará a inflacionar a economia ou aplicar um “default”.

Na prática, quando um país gasta a maior parte das suas receitas com o serviço da dívida, sobram menos recursos para a educação, saúde e serviços essenciais para a sua população, o que faz parar o progresso.

Diante dos factos – deixamos esta pergunta – não estará Cabo Verde a caminhar em direcção a um programa de ajustamento estrutural do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional? E, como se sabe, com esse tipo de programa de ajustamento não há “ganho sem dor”, portanto, situação bem diferente do “dinheiro que nunca mais acaba”, de Olavo Correia, coisa que não existe em país algum do mundo, na medida em que o dinheiro acaba sim quando mal empregue.

DA

a ver com o facto de estarem associadas a passivos do sector empresarial do Estado e de empresas privadas com algum interesse público, bem como a passivos dos municípios enquanto entes públicos. Adicionalmente, a concessão de garantias e avales por parte do Estado a sociedades financeiras, para certos tipos de empréstimos concedidos, particularmente no contexto da actual crise pandémica, contribui também para um nível de responsabilidades contingentes em Cabo Verde muito

mais elevado do que oficialmente apresentado.

No entanto, considerando apenas os passivos contingentes oficiais referentes ao terceiro trimestre de 2020, o stock total da dívida pública ascendia, nessa data (30 de Setembro), a 281,5 milhões de contos, o que corresponde a um rácio DP/PIB de mais de 162%.

Embora não tenham sido ainda publicados dados mais actualizados, tudo indica que, nesta data (Março de 2021), o rácio DP/PIB já tenha ul-

trapassado, de longe, os 162% acima referidos, considerando não só o aumento das necessidades de financiamento do Estado decorrentes da pandemia de Covid-19, mas também o montante total dos avales do Estado.

Neste caso, apenas aos TACV, os avales do Estado já passaram de cerca de 2,4 milhões de contos (terceiro trimestre de 2020), para cerca de 15 milhões de contos neste mês de Março de 2021, conforme referido na comunicação social.

### Ficha Técnica

**A Nação** Semanário | Ano XIV | Nº 707 | 18 de Março de 2021 | **Registo DGCS:** Nº3/2007 | **Registo ARC:** Nº3/2016 | **Propriedade:** Sociedade A Nação Cabo Verde, Lda.

**Director-Geral:** Fernando Rui Tavares Ortet | **Endereço:** Caixa Postal: 690 – Cidadela – Praia – Cabo Verde | **Telefone:** (+238) 260.26.90 (PBX)

**Director:** Alexandre Semedo | **Director de Produção:** José Augusto Sanches | **Editor-Executivo:** José Vicente Lopes | **Editores:** Daniel Almeida, Gisela Coelho e João Almeida | **Jornalistas:** Jason Fortes (São Vicente), Natalina Andrade (Fogo) e Silvino Monteiro (Interior Santiago) | **Jornalistas Estagiários:** Alaídes Borges (Santa Catarina), Anícia da Veiga (São Miguel), Carlos Alves (Boa Vista), Criselene Brito (São Nicolau), Miriam Pires (Santiago Sul), Ricénio Lima (Santo Antão), Romice Monteiro (Brava) e Suíla Rodrigues (Sal) | **Colaboradores e Colunistas:** Adriano Miranda Lima, Amadeu Oliveira, Ângela Coutinho, António Carlos Gomes, António Chantre Neves, António Correia e Silva, Arsénio Fermínio de Pina, Carlos Carvalho, Carlos Santos, Carlos Araújo, Cipriano Fernandes, Filinto Elísio, Francisco Mendes, José Manuel Araújo, José Maria Neves, José Pedro Oliveira, José Valdemiro Lopes, Marciano Moreira, Paulo Mendes, Pedro Moreira, Pedro Pires Ribeiro, Natacha Magalhães, Nataniel Vicente Barbosa e Silva, Ricardino Neves e Wladimir Brito. | **Designers:** Edson Spencer e Carmem Freire | **Técnicos Multimédia:** Hélio Barros | **Comercial & Marketing:** Maggy Fragoso (Negócios Digitais), Edmira Correia (Facturação e Cobranças), Marlene Carvalho e Hélder Afonso | **Telefones:** (+238) 260.26.90 (PBX) – (+238) 260.26.93 (Redacção) | **E-mail:** jornalanaoacv@gmail.com (Redacção) – comercial.grupoalfacv@gmail.com (Comercial) | **Impressão:** EGF - Empresa Gráfica Funchalense | **Tiragem:** 3.500 Exemplares



www.anacao.cv

# Alarmante e preocupante

A subida da dívida pública face ao PIB, mormente nos países em desenvolvimento, como é o caso de Cabo Verde, tem sido um dos temas mais debatidos a nível mundial. Isto dado o perigo que esse tipo de situação coloca às economias relativamente à capacidade de fazerem os investimentos públicos necessários ao desenvolvimento e, ao mesmo tempo, terem margem orçamental suficiente para honrar os compromissos financeiros.

Em particular, investigações do FMI determinaram que quando o rácio da dívida pública excede os 90% do PIB existe uma elevada probabilidade de redução da taxa de crescimento do PIB. Como já referido, em Cabo Verde o rácio DP/PIB já ultrapassa 162%, uma situação alarmante e por

isso preocupante.

Cabo Verde, no que à dívida pública diz respeito, está em situação de “dívida problemática”, segundo o enquadramento da Análise da Sustentabilidade da Dívida que é feito regularmente pelo Banco Mundial (BM) e pelo FMI para aferir a capacidade de os países pagarem a dívida.

Mas mais: contrariamente ao propalado pelo Governo, a trajectória da dívida pública em Cabo Verde está a tornar-se cada vez mais insustentável, com alguns dos principais indicadores sobre a dívida considerados pelo BM e FMI a ultrapassar o limite de sustentabilidade, situação que poderá agravar-se ainda mais, em consequência dos efeitos da crise económica e social provocada pela pandemia de Covid-19. DA



## O que é a sustentabilidade da dívida pública?

De um modo geral e simplificado, pode-se dizer que uma dívida é sustentável se ela satisfaz o valor actual líquido (VAL) do limite orçamental sem qualquer correcção no futuro que seja inviável ou indesejável por razões económicas, financeiras ou políticas.

O tema da sustentabilidade da dívida pública é complexo e não existem consensos na literatura relativamente à melhor metodologia de avaliação. As análises regularmente realizadas pelas autoridades que fazem o acompanhamento da situação orçamental nos diversos países baseiam-se na simulação de cenários para a evolução da dívida e nas condições que se devem verificar para a sua estabilização.

Outrossim, a natureza mecânica destes exercícios e a forte dependência de hipóteses “ad-hoc” implicam importantes fragilidades na análise. Contudo, os métodos alternativos ainda não ofe-

recem soluções robustas e facilmente comunicáveis para a opinião pública e para os decisores.

Assim sendo, e por recomendação de um entendido na matéria, não resta ao A NAÇÃO outra alternativa senão o recurso à metodologia actualmente mais utilizada - a metodologia adoptada pelo BM e FMI para a análise da sustentabilidade de dívida pública nos países com as características do nosso país.

Dentre os vários indicadores utilizados pelo BM e FMI, o indicador da Dívida Externa (esta medida pelo VAL) versus PIB é o mais importante, na medida em que indica a capacidade de reembolso pela economia. Assim, quando o seu limite é ultrapassado, fica-se sem margem para contrair mais dívida.

A análise do VAL da dívida pública externa e com garantias do Estado face ao PIB mostra que, em 2020, excedia largamente o limite prudencial de 40%,

fazendo com que a dívida de Cabo Verde esteja “in distress” (em perigo). Para além disto, há vulnerabilidades significativas relacionadas com a dívida interna, que poderá já ter ultrapassado 48% do PIB em 2020, e está rapidamente a aumentar, apesar do Governo garantir que está a pagar atempadamente os compromissos financeiros internos.

Com o actual nível de endividamento, além do risco de um programa choque, tipo ajustamento estrutural, Cabo Verde está também em risco de hipotecar o futuro da sua população em favor do consumo de hoje, pelo que se recomenda que o país melhore a sua capacidade e sistema de gestão da dívida pública.

Ou seja, para Cabo Verde garantir a sustentabilidade da dívida terá que:

- i) trazer o “rating” sobre o risco da sua dívida externa para ‘moderado’ a médio prazo (3 ou 4 anos);
- ii) reduzir o valor total da dívida pública;

blica;

e iii) diminuir as necessidades de financiamento para níveis prudentes.

Por outro, importa acelerar as reformas da regulamentação aplicável às empresas para apoiar o desenvolvimento do sector privado e melhorar a mobilização das receitas internas, além de reforçar a sua gestão da dívida.

Uma forte capacidade de gestão pode aumentar a transparência da dívida, minimizar os perigos contingentes, mitigar os riscos de uma rápida acumulação de dívida e fortalecer a estabilidade macroeconómica global. Estabelecer uma gestão sã e aumentar a transparência vai garantir que o Governo consiga endividar-se quando precisa e de forma sustentável, incorporando as necessidades financeiras nos objetivos macroeconómicos de desenvolvimento do país a longo prazo.

DA



# Sobrecarga da dívida interna coloca em risco a paridade fixa com o euro

O Governo está a sobre-carregar a dívida interna que, neste momento, poderá já ter ultrapassado 50% do total da dívida em relação ao PIB. Em termos absolutos, a dívida interna estará num nível superior a 82 milhões de contos (incluindo os TCMF's e excluindo os passivos contingentes), que compara com os 46 milhões de contos em 2015.

De 2015 a 2020, houve, como atrás referido, um agravamento nas condições de contratação da dívida, por força de um maior crescimento da componente interna (mais cara, como o referido no texto principal).

Essa corrida desenfreada ao endividamento interno via bancos comerciais, como disse recentemente o vice-primeiro-ministro e ministro das Finanças Olavo Correia, tem servido essencialmente para pagar salários e pensões e para fazer funcionar a máquina do Estado.

Mas o problema, é que para além de ser de curto prazo, a dívida interna é mais cara e provoca a impressão da moeda através do lado fiscal, por causa da expansão monetária. Por isso, conforme um concei-

tuado economista, “é perigoso” aumentar as despesas dos Estado com recurso ao financiamento interno.

“Está-se a criar um problema ao Banco Central no que tange à convertibilidade da moeda e coloca-se, ao mesmo tempo, em risco a paridade fixa com o euro”, realça o nosso interlocutor lembrando que este recurso à dívida interna é direcionado essencialmente para pagar despesas correntes.

A situação de hoje é praticamente igual ao sucedido em 1999, quando Cabo Verde enfrentou uma grave crise financeira. Na altura houve sérias dificuldades de tesouraria, até para pagar salários e obras como a construção do Aeroporto da Praia foram paralisadas e só retomadas depois, pelo governo seguinte, de José Maria Neves.

Por isso é que se criou o Trust Fund que serviu para fazer um reajuste na dívida e baixar a dívida interna, porquanto não havia convertibilidade da moeda, ou seja, as reservas garantiam, na altura, praticamente 15 dias de importação.

DA



Olavo Correia

## Leituras que se impõem

### Governo, oposição e parceiros externos

O facto de se estar a poucas semanas das próximas eleições legislativas os dados recolhidos e aqui apresentados colocam Cabo Verde numa situação particularmente delicada.

O partido no poder, MpD, acusado de não ter cumprido várias das suas promessas de 2016, dificilmente vai aceitar a realidade dos números. E a oposi-

ção, por seu turno, ao contrário do MpD quando na oposição, quer o PAICV quer a UCID, parece não ter conseguido até hoje colocar o problema do endividamento do Estado na agenda pública. Ainda na semana passada o Partido Popular, através do seu líder Amândio Vicente, chamava a atenção para o problema.

A isso soma-se a benevolência (para não dizer condescendência) dos parceiros externos de Cabo Verde – Banco Mundial, FMI, União Europeia... – que na recta final da legislatura anterior chegaram a fechar a torneira a este arquipélago condicionado a ajuda orçamental à privatização das TACV.

Hoje, Março de 2021, tendo em con-

ta que este governo já “comprometeu” mais de 15 milhões de contos em avales às TACV, sem que o quadro se tenha alterado, é de se perguntar também se já não é chegada a hora de os parceiros virem dizer o que pensam de um dossiê que promete afundar ainda mais o fosso das contas públicas de um país já por si endividado até ao tutano? DA

# STJ confirma extradição de Alex Saab para os EUA

O Supremo Tribunal de Justiça decidiu na terça-feira, 16, por unanimidade dos seus juizes, confirmar a extradição do cidadão colombiano Alex Saab para os EUA, reiterando assim a sentença neste sentido proferida pelo Tribunal da Relação de Barlavento em Janeiro passado. O caso deve agora subir para o Tribunal Constitucional.

Redacção

Já perto do fecho desta edição, A NAÇÃO soube que o STJ decidiu confirmar a extradição do colombiano Alex Saab, proferida pelo Tribunal de Relação de Barlavento, em Janeiro passado.

Aquele empresário sul-americano, alegadamente ao serviço da Venezuela quando foi preso em Junho do ano passado, na ilha do Sal, tinha suscitado no seu recurso ao STJ uma série de questões com o objectivo de evitar a sua extradição para os EUA.

De entre as questões alegadas pela sua defesa destaca-se as ligadas à sua detenção no dia 12 de Junho do ano passado no Aeroporto Amílcar Cabral, na ilha do Sal, quando o avião em que viajava fez escala para reabastecimento, à alegação de que o pedido da sua extradição se baseia em motivos políticos, o facto de os EUA não assegurarem a Cabo Verde a reciprocidade, ou ainda o risco de vir a ser punido com prisão perpétua.

A defesa de Saab, comandada pelo espanhol Baltasar Garzon, alegou também o estatuto de “enviado especial” do Governo da Venezuela, o que lhe asseguraria a imunidade diplomática. Mais recentemente passou a invocar a qualidade de “embaixador interino” de Caracas junto da União Africana.

Finalmente invocou decisões do Tribunal da CEDEAO, proferidas a seu favor, e que em

seu entender deviam ser acatadas pelos Tribunais cabo-verdianos (ver caixa).

## Sentença do STJ

Diante dos factos e dos argumentos, o STJ não julgou procedente qualquer das questões suscitadas no recurso de Alex Saab. Para esse tribunal superior, ao contrário do que se alega, o visado não goza em Cabo Verde de estatuto de diplomata, nem de “enviado especial”, e muito menos o de “embaixador” interino junto da União Africana que a Venezuela lhe atribuiu, dado que esta nomeação foi depois da sua detenção na ilha do Sal.

Na óptica do STJ não se está também perante uma extradição por motivos políticos, como alegam os defensores de Alex Saab. Para o Supremo Saab é um empresário ao serviço do Governo da Venezuela, auferindo por isso, donde não ser legítimo concluir que o pedido de extradição seja ditado por motivações político-ideológicas, tanto mais que os crimes que lhe são imputados não são comuns (narcotráfico e lavagem de capitais) e cujo combate está previsto num Tratado Internacional, de que Cabo Verde é signatário.

## Questão da CEDEAO

O STJ refuta, igualmente, a tese de que a CEDEAO seja





## Tribunal da CEDEAO decide pela libertação de Saab

Também esta semana, na segunda-feira, 15, o Tribunal da Comunidade Económica de Estados da África Ocidental (CEDEAO) decidiu que as autoridades de Cabo Verde devem colocar em liberdade Alex Saab.

Em nota a equipa de defesa de Saab garantiu que aquela corte sub-regional considerou que a prisão “foi ilegal em virtude de que naquele momento não havia nenhum Aviso Vermelho da Interpol”.

Ainda de acordo com a mesma fonte, o Estado de Cabo Verde deve ainda indemnizar o empresário no valor de 200 mil euros.

A defesa do empresário colombiano diz

não entender por que razão o Governo e os Tribunais de Cabo Verde se recusam a acatar as decisões do Tribunal da CEDEAO, sendo este arquipélago membro da comunidade.

Esta é a segunda vez, no espaço de um ano, que o Tribunal da CEDEAO julga e toma uma decisão sobre o caso Alex Saab. No ano passado, emitiu um acórdão que ordenava a colocação do enviado especial do Governo venezuelano em prisão domiciliar por razões humanitárias, que não foi acatado pelas autoridades do arquipélago que alegaram não ter ratificado algumas normas que vinculam a justiça do país à jurisdição daquele tribunal.

uma organização supranacional, para efeitos do artigo 12º, nº 2, da Constituição, e que, por isso, os seus actos entrariam directamente em vigor em Cabo Verde, dispensando assinatura e ratificação pelo Estado de Cabo Verde.

O STJ vai mais longe e sustenta que qualquer interpretação que pudesse ver na CEDEAO uma organização supranacional, no sentido referido, comportaria o risco de reduzir a soberania do Estado de Cabo Verde a mera figura decorativa.

Assim, em coerência, entende o STJ que os Tribunais cabo-verdianos não devem acatamento às decisões do Tribunal da CEDEAO adoptadas ao abrigo do Protocolo de 2005, não assinado por Cabo Verde. Logo, não devem acatar as decisões proferidas por esse Tribunal sobre a extradição de Alex Saab.

### Coincidências e diferenças de entendimentos

Recorda-se que na segunda-feira, 15, um dia antes da decisão do STJ, o Tribunal da CEDEAO, embora tenha recusado reconhecer a Alex Saab o pretendido estatuto de diplomata, tal como lhe recusam os Tribunais cabo-verdianos, ainda

assim, decidiu no sentido da sua imediata soltura por entender que o alerta vermelho teria sido colocado no sistema da INTERPOL após a sua detenção.

O STJ teve leitura diferente: a detenção de Alex Saab está legitimada por uma lei aprovada pelo Parlamento, a Lei da Cooperação Judiciária Internacional, que permite, no seu artigo 39º, a detenção não directamente solicitada.

Nos termos dessa lei, prossegue a argumentação do STJ, desde que se esteja na posse de informações oficiais de que uma pessoa é procurada por autoridades estrangeiras, por crimes que justificam a extradição, a mesma pode ser detida em território nacional. Essas informações, podem provir da INTERPOL ou directamente de um Estado Estrangeiro. Não é, pois, imperativo que cheguem exclusivamente via o sistema de alerta da INTERPOL, conclui o STJ.

Extradição por apenas um único crime

Tendo em conta a defesa de Alex Saab de que poderia ser julgado por oito crimes, cada um punido com pena até 20 anos de prisão, o que daria um total de 160 anos de prisão, o STJ decidiu que a extradição é apenas para ele seja julga-

do por um único crime, conforme garantia oferecida pelos Estados Unidos, ficando assim afastada a possibilidade de aplicação dessa pena de 160 anos de prisão.

Dado o adiantado da hora, A NAÇÃO não pôde contactar a equipa que defende Alex Saab e tão-pouco recebemos o acórdão do STJ, sendo certo que a sessão que julgou o caso aconteceu na terça-feira. Mas tudo indica que a mesma deverá recorrer, agora, ao Tribunal Constitucional, de modo a evitar a extradição para os EUA.

Ao longo deste quase um ano vários episódios ocorreram em torno deste caso, que rapidamente ganhou contornos internacionais, com a equipa de Alex Saab a atacar em várias frentes, de modo a evitar a extradição daquele que é tido com um “testa de ferro” do presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, cujo governo encontra-se em choque há vários com os EUA.

Ainda esta semana em São Vicente, o presidente da República, Jorge Carlos Fonseca, confessou, uma vez mais, que tem recebido vários telefonemas no sentido de evitar a extradição de Alex Saab para os EUA, mas que nada pode fazer, dado que “não manda” nos tribunais em Cabo Verde.

PUB



## Uma editora de Cabo Verde para o Mundo



Cidada - CP 690 - Praia  
Ilha de Santiago - Cabo Verde  
Praia: (+238) 2602690  
geral@alfa.cv • www.alfa.cv



## DESPORTO

# Covid-19 coloca futebol em “standby” por 21 dias no Sal



O surgimento de alguns casos de covid-19 nas equipas de futebol, no Sal, determinou a suspensão dos Regionais da primeira e segunda divisões por 21 dias. A medida foi tomada pela Comissão de Avaliação e Validação de Actividades Desportivas, após a realização de testes de rastreio aleatórios a cinco jogadores de cada clube.

Jason Fortes

Após a suspensão do Regional de futebol na Boa Vista, foi a vez do mesmo acontecer no Sal, na sequência do surgimento de alguns casos de covid-19 nos planteis da respectiva prova. Recorde-se que a competição já ia na sua quarta jornada,

estando a equipa do Palmeira liderando com 12 pontos.

O Regional no Sal vai estar suspenso por três semanas, determinação da Comissão de Avaliação e Validação de Actividades Desportivas, que foi acatada pela Associação Regional de Futebol do Sal.

Trata-se de uma paragem devido ao quadro de covid-19 na ilha. A medida foi assumida após os recentes testes feitos de forma aleatória a todos os clubes da primeira divisão. Foram feitas teste de rastreio à covid-19, à cinco jogadores de cada clube, tendo três dado positivos. A paragem vai abranger igualmente os treinos.

Segundo a RCV, citando fonte da Comissão, outros critérios foram também levados em conta. O presidente da Associação Albino Lopes garante que a situação deveria ser melhor discutida numa reunião que estava agendada para a última quarta-feira (17).

Antes da paragem, a equipa do Palmeira liderava o campeonato da primeira divisão com 12 pontos, seguido de Chã de Matias (06), Florença e Juventude (05), Académica (04), Oásis, Verdun e Académico (03) e Santa Maria (0).

Futebol/Santo Antão Sul

## Sporting lidera o campeonato regional

A equipa do Sporting lidera de forma isolada o Campeonato Regional de futebol em Santo Antão Sul. Na 2ª jornada, disputada no último fim-de-semana, os “Leões” derrotaram a Académica do Porto Novo por 1-0.

Valdir, aos 25 minutos, foi o autor do único golo da partida, garantindo assim o triunfo. Com um jogo em atraso, o Sporting é líder isolado da prova, somando três pontos.

Na tabela classificativa segue-se a equipa do Tarrafal, que soma dois pontos. No último sábado (13), esta formação empatou a duas bolas com a Fiorentina. Logo atrás surgem as equipas da Académica e Fiorentina, ambas com um ponto.

Na próxima jornada, a formação do Inter defronta a Académica, enquanto que o Sporting mede forças com a Fiorentina. Tarrafal fica isenta na jornada deste final de semana.





# Leia e ouça o jornal **A Nação** **Cabo Verde** em qualquer lugar, em qualquer língua.

Baixe o aplicativo  
PressReader e aproveite!





# Ana Furtado, uma campeã que quer deixar legado em Santa Catarina



Ana Furtado é uma jovem santacatarinense que tem dado provas no atletismo nacional. Nas várias corridas em que já participou quase sempre conseguiu alcançar o pódio. Hoje, aos 32 anos, trabalha para abrir uma escola de atletismo na Assomada.

Silvino Monteiro

Natural da localidade de Boa Entrada, no concelho de Santa Catarina, Ana Furtado é licenciada em Educação Básica, com especialidade em Educação Física.

Já participou em várias provas nacionais e esteve quase sempre entre os três primeiros classificados. Para além de praticar atletismo é igualmente árbitra de futsal e andebol, mas também joga futsal, voleibol e andebol.

Em conversa com o A NAÇÃO, a jovem atleta conta que a sua paixão pelo desporto surgiu através do curso que fez na Faculdade de Educação e Desporto (FAED), da UNI-CV.

“Inicialmente não queria fazer educação física, mas na altura não havia outra opção disponível. Para não perder um ano lectivo aceitei a área de educação física”.

Ana Furtado avança que dentro da área de educação física trabalhou várias modalidades, nomeadamente, futebol, atletismo, andebol, basquetebol e voleibol.

“No atletismo tínhamos um professor dinâmico e que partilhava a sua experiência conosco. As suas aulas serviam como treino e fonte de motivação para prática do atletismo”.

## Início da caminhada

A jovem atleta conta que em 2018 recebeu um convite para

participar no campeonato Regional Santiago Norte.

“Nessa minha primeira participação conquistei o pódio. Na prova dos 400 metros fiquei em segundo e nos 800 metros conquistei o terceiro lugar. Com estes dois prémios logo na estreia ganhei confiança e comecei a preparar-me para provas de estrada.

Particpei na corrida de São Silvestre na cidade da Praia e fiquei em segundo lugar. Em 2019 fui campeã da prova de 5 km e salto em cumprimento no campeonato Regional Santiago Norte”, aponta.

Ana Furtado revela que graças a esses feitos conseguiu conquistar a confiança e patrocínios da Emicela Team Cabo Verde e da Câmara Municipal de Santa Catarina.

“Na altura era a única mulher a praticar o atletismo em Santa Catarina. Por isso, apostaram em mim e com isso senti motivada para continuar a correr cada vez mais e obter melhores resultados. Para além das várias provas em Santa Catarina, já participei em corridas na cidade da Praia, nas ilhas do Sal, São Vicente e Santo Antão.

Em todas sempre fiquei nos três primeiros lugares, excepto na corrida da meia maratona de 21 km realizada na ilha do Sal que contou com muitos





atletas internacionais e fiquei no 10º lugar”.

### Rigor nos treinos e dieta alimentar

Para estar em boa forma, Ana Furtado assegura que cumpre com rigor os planos de treinos e segue uma dieta alimentar equilibrada.

“Todos os domingos recebo um plano semanal de treino enviado pelo treinador que está em Portugal. Temos um grupo de treino e normalmente fazemos cerca 50 minutos ou uma hora e meia de treinos por dia”.

Actualmente, Ana Furtado faz estágio enquanto professora de educação física, na escola Técnica Grão Duque Henri, mas confessa que tem conseguido conciliar o trabalho com os treinos.

“Quando temos um objectivo a atingir sempre encaramos os desafios com motivação. Neste momento estou a preparar para vencer as corridas que arrancam a partir do mês de Abril”.

### Necessidade de espaços condignos para treinos

Olhando para o desenvolvimento do desporto em Santa Catarina, Ana considera que está num nível aceitável, mas defende que é preciso melhorar as infraestruturas para que os atletas possam treinar em melhores condições.

“Nós os praticantes do atletismo precisamos de uma pista de tartan para podermos treinar em segurança. O Estádio de Cumbe actualmente não oferece condições para prática do atletis-

mo. O piso de terra batida, para além de ter muitas pedras, está desnivelado o que pode facilmente provocar lesões nos atletas.

Também é precisamos urgentemente de uma parte com areia para treinarmos o salto em comprimento, uma vez que o campeonato regional começa no mês de Junho. No que toca ao futsal são necessárias algumas intervenções no polidesportivo de Nhagar”.

### Fraca participação das mulheres

Ana Furtado confessa que gostaria de ver mais mulheres a praticarem atletismo no país e particularmente em Santa Catarina.

“Há muitas mulheres a fazer em actividade física para manterem a saúde e a boa forma, mas

são poucas que participam nas provas de atletismo.

Já participei em corridas em que havia prémio até o 5º lugar, mas como éramos apenas quatro, o prémio do 5º lugar ficou por atribuir por falta de concorrente.

Por isso apelo as mulheres para praticarem atletismo, para além do bem-estar podem ganhar também algum dinheiro”.

### Projectos e sonhos

A nível de projectos desportivos, Ana Furtado adianta que está trabalhar para abrir uma escola de iniciação no atletismo na Assomada.

“O nosso objectivo é trabalhar com crianças desde pequeno para se tornarem em verdadeiros atletas. Enquanto professora de

educação física, noto que há muitos adolescentes e jovens com potencial mas precisam de quem os possa orientar para que possam seguir em frente.

Já apresentámos o projecto à Câmara Municipal e outros parceiros e foi bem acolhido dado que uma escola de atletismo vai contribuir para desenvolvimento do desporto no concelho e na região”.

Com o palmarés já conquistou em Cabo Verde, Ana Furtado confessa que um dos seus maiores sonhos é representar o país no exterior. Nomeadamente, nas provas internacionais que os atletas da Emicela Team participam nas Canárias, Portugal ou em Marrocos. “É para isso que trabalho todos os dias arduamente para deixar um legado a nível do atletismo”, conclui.

PUB



Navegue sem intermediários

[www.anacao.cv](http://www.anacao.cv)







São Vicente

# Resgate de 100 anos de história do espólio da Foto Melo

O riquíssimo e vasto espólio da Foto Melo poderá ganhar vida e ser dado a conhecer ao mundo. Um património de um valor histórico incalculável, retratado em cerca de 100 mil chapas ou negativos, que estão num processo de investigação, graças à antropóloga e fotógrafa portuguesa Liliana Rocha, que está a fazer uma tese de doutoramento sobre a família e a Foto Melo. Basta dizer que um dos irmãos Mello – José Henriques – está identificado como o primeiro fotógrafo de guerra português.

Gisela Coelho

**E**m Cabo Verde, sobretudo na zona de Barlavento, raro é o lar que não tenha no seu álbum familiar fotografias tiradas pela Foto Melo.

A isso juntam-se instantâneos vários sobre o dia-a-dia de São Vicente e Santo Antão. Cenas como baptizados, casamentos, carnaval, desporto, chegadas de reis, ministros e governadores.

Pioneiro da fotografia nestas ilhas, uma parte importante da história deste arquipélago ficou registada pelas lentes e pelo olhar das sucessivas gerações de fotógrafos da família Melo.

Imagine agora que poderia ser possível, um dia, contemplar e pesquisar sobre a história do Mindelo antigo, e a própria história da

fotografia em Cabo Verde, através de um acervo fotográfico vasto e riquíssimo, de chapas e negativos, que permaneceram durante vários anos guardados na antiga casa Foto Melo, no Alto de Miramar, no Mindelo.

## Primeira casa de um fotógrafo cabo-verdiano

Esse espólio pode estar, agora, em vias de ser recuperado, preservado e trabalhado para dar a conhecer aos cabo-verdianos e ao mundo uma ampla narrativa, não só sobre o desenvolvimento da sociedade mindelense, mas também de várias outras ilhas, que se esconde por detrás de cerca de 100 mil chapas que se estimam

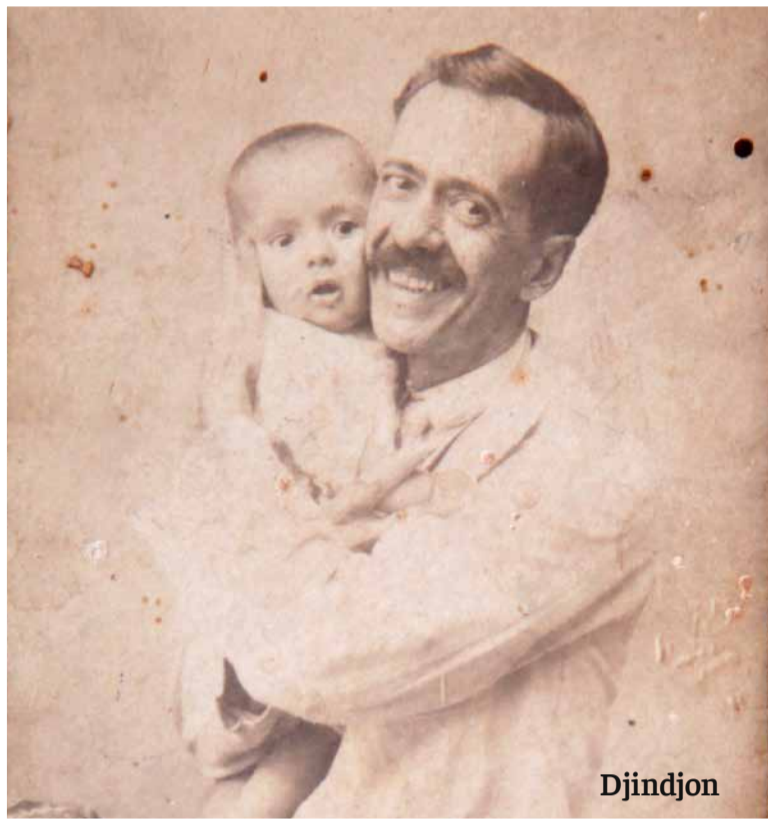
existirem, em cerca de 100 anos de história que deram vida à casa Foto Melo.

Segundo se sabe, a Foto Melo foi fundada em 1890 (fechou em 1992), por João Henriques de Melo (1871-1944), em Cabo Verde, mas não é certo ainda se a primeira casa terá nascido em São Vicente ou Santiago.

“Segundo a minha investigação, a Foto Melo foi fundada na cidade da Praia e, por volta de 1912, transferida para São Vicente. E acredito que durante algum tempo terá mesmo funcionado nas duas ilhas”.

Foto Melo foi a primeira casa de fotografia de um fotógrafo cabo-verdiano a ser edificada no arquipélago. Uma referência na-





Djindjon



Papim

cional que perdurou ao longo dos tempos e da história.

Mas, segundo a investigadora, na Ilha do Monte Cara, antes da Foto Melo, houve pelo menos uma outra casa de um fotógrafo belga, Maximilien Baumont.

Com negócios em Santiago e em São Vicente, a Foto Melo deixou, em ambas as ilhas, uma geração de fotógrafos, o mais conhecido acabou por ser Djessa Melo. Por isso, na história da fotografia em Cabo Verde, os Melos têm um lugar de realce.

## Destino

Meio que por acaso do destino, a Foto Melo acabou por cruzar caminho com a fotógrafa portuguesa Liliana Rocha, uma amante de espólios fotográficos antigos.

“A primeira vez que vim a Cabo Verde, em 2016, visitei a livraria Nho Djunga, pois, na altura era a única referência de um fotógrafo cabo-verdiano que eu tinha, em Cabo Verde, e comecei à procura do espólio e fotografias de João Cleofas Martins, como ele se chamava, mas toda a gente me falava da Foto Melo. Diziam que do Nho Djunga havia pouca coisa preservada, mas que na Foto Melo havia um arquivo inteiro por explorar”.

E continua: “Então, depois regresses a Portugal, e como percebi que, relativamente à história da fotografia em Cabo Verde existia um longo caminho a percorrer, submeti um projecto de doutoramento na Universidade de Lisboa, que está a ser apoiado pela Fundação Para a Ciência e Tecnologia

e consegui financiamento”, explicou Liliana em entrevista ao A NAÇÃO.

## Estudo da fotografia em Cabo Verde

A tese de doutoramento, intitulada “Clichés identitários em Mindelo: estudo antropológico sobre fotografia em Cabo Verde a partir da Foto Melo (1890-1992)” debruça-se sobre o estudo da história da fotografia neste arquipélago, uma matéria que, segundo diz a nossa entrevistada, “se encontra ainda inexplorada”, centrando-se naquela que foi, outrora, a casa de fotografia mais importante de Cabo Verde.

“Com base no vasto arquivo da Foto Melo e nos retratos que foram feitos no estúdio do Alto de Miramar, na cidade do Mindelo, pretendo debruçar-me sobre questões que envolvem a representatividade e a complexa identidade cabo-verdiana”, revela.

Liliana Rocha está assim a estudar a história da fotografia em Cabo Verde, a partir do arquivo da Foto Melo.

“E, juntamente com a minha tese, surge a vontade de recuperar o estúdio da Foto Melo, que ainda é um sonho que eu espero que venha a tornar-se realidade. Com a recuperação do estúdio que ainda existe no Alto Miramar, recuperar também o arquivo, o espólio, e torná-lo acessível às pessoas”.

A vontade de recuperar o espólio da Foto Melo era de há muito um sonho antigo da família. Jorge Melo, actual guardião do arqui-

vo e neto de Djindjon (João Henriques de Melo, fundador da Foto Melo) e sobrinho do conhecido Papim, Eduardo Trigo de Melo, o último proprietário do estúdio, explicou ao A NAÇÃO que há a tentativa de começar a recuperar o espólio, mas quanto há musealização não há para já nenhum projecto concreto.

“Estamos a ver se reedificamos a Foto Melo, noutros moldes, naturalmente, sem ser casa fotográfica, mas um museu, algo dedicado à fotografia e à família Melo. Estamos a trabalhar no levantamento do espólio, porque o espaço já foi assaltado duas vezes, misturaram as chapas.

Por isso há que tentar, primeiro, recuperar, guardar e conservar e, depois, dar um passo maior que é expor isso e pôr à disposição das pessoas”, conta Jorge Melo, sobrinho de Papim, garantindo que há negativos desde “1800 e troca o passo” até o momento da morte do Papim, em 1999, que foi já o último fotógrafo da família Melo.

## Primeiras pesquisas

A Foto Melo, realça Liliana Rocha, teve dois fotógrafos principais, João Henriques de Melo (fundador) que em Cabo Verde era conhecido como Djindjon de Melo, e, depois, passou então para Eduardo Trigo de Melo, “Papim”, o filho que deu continuidade à Foto Melo.

“Mas todos os filhos do Djindjon de Melo chegaram a trabalhar na Foto Melo. Ele teve nove filhos homens e todos chegaram

a trabalhar na Foto Melo, à excepção de Manuel Lima de Melo (que morre com um ano de idade”.

Tendo como base a recolha de elementos para a sua tese, Liliana Rocha já está a analisar e a fazer a limpeza e digitalização de algumas fotografias, um projecto que espera que venha a ter continuidade.

“O projecto não pode morrer aqui e ficar simplesmente nas prateleiras de uma biblioteca. Tem todo o sentido dar continuidade ao que começámos a fazer e recuperar o estúdio e tentar torná-lo acessível às pessoas, também”, defende.

## Riqueza fotográfica

O trabalho da tese está no reinício, depois de ter sido interrompido pela pandemia, mas Liliana Rocha já começa a ter ideia da riqueza fotográfica do espólio que encontrou.

“Estive cá o ano passado para tentar fazer esse trabalho e, precisamente na altura em que acontece a pandemia, fui repatriada para Portugal, e só estive cá um mês e duas semanas. Voltei no dia 1 de Fevereiro e estou ainda nesta nova etapa mas para já dá para perceber que existem imensas fotografias do Mindelo antigo, do Porto, vistas do Mindelo das primeiras décadas do séc. XX.”

Aliás, como realça, a actividade da Foto Melo na ilha de São Vicente começa ligada à vida do Porto Grande do Mindelo, cujo crescimento foi bastante impulsionado pelos ingleses.

“A fotografar os barcos que chegavam ao Porto, a fotografar os marinheiros e a vender as fotografias aos marinheiros, portanto, existem muitos retratos de pessoas que passam pela ilha, mas também reportagens de algumas figuras importantes que chegavam ao Porto do Mindelo”, revela.

Contudo, a investigadora também adianta que a grande maioria do espólio contém reportagens e retratos das pessoas que viviam e vivem no Mindelo.

“Temos retratos desde o início do século XX até à década de 90, sejam retratos de família ou fotografias tipo passe, as carinhas para o Bilhete de Identidade e Passaporte e, ainda, imensas reportagens, como, por exemplo, dos bailes de Carnaval no Grémio, no Castilho, no Consulado ou no Éden Park. E ainda reportagens sociais como casamentos, comunhões e funerais.”

## Vandalismo

Em termos de equipamentos fotográficos antigos, “infelizmente”, já não há nada no espólio e estima-se que a maior parte tenha sido roubada.

“Temos ainda duas luzes de estúdio, mas máquinas fotográficas já não existe nada”.

Segundo conta Jorge Melo, já tinha sido feito um trabalho de pré-selecção do material existente, mas a Foto Melo foi assaltada e os ladrões, pensando que havia alguma coisa de útil nas caixas, vandalizaram e acabaram por misturar “centenas e centenas de caixas, com milhares de chapas”.

“Misturaram inclusive a data dos eventos que já estavam todos separados. Então vai ser um trabalho de muito tempo. Não é um trabalho que se faz em meia dúzia de meses, nem num ano sequer. Mas, o trabalho que estamos a fazer agora, fundamentalmente, é de conservação desse material”.

Agora, com a tese de Liliana em curso, e dado que para se proceder à investigação é necessário um pré-trabalho de organização e limpeza do material fotográfico, este “sonho” começa a ganhar forma. Uma forma que todos esperam que se venha a concretizar dada a sua relevância patrimonial e cultural para a história de Cabo Verde.



# Primeiro fotógrafo de guerra português

**J**osé Henriques de Mello, irmão de Djindjon, fundador da Foto Melo, em Cabo Verde é apontado como o primeiro fotógrafo de guerra português, título que dá nome inclusive a um livro de Alexandre Ramires e Mário Matos e Lemos.

Ambos eram filhos de pai português e mãe da ilha de Santiago. José Henriques, ao que consta, acabou por emigrar de Portugal para os Estados Unidos da América, onde terá falecido.

A sinopse da obra relata que o livro serviu precisamente para dar a conhecer o nome e a obra do primeiro fotógrafo de guerra português, José Henriques de Mello, que, na então Província da Guiné, efectuou algumas dezenas de fotografias da campanha 1908, que contou com uma força expedicionária enviada pelo governo português e chefiada pelo governador, 1.º tenente João de Oliveira Muzanty. Campanha essa que fez um século em 2008, ano em que o título foi lançado pela Editora da Universidade de Coimbra.

Mas a história dos irmãos Melo não se confina, pois, apenas às ilhas de Cabo Verde nem a Portugal. “Eles (João e José Melo) tinham a sociedade Melo & Irmãos e chegaram a trabalhar juntos. Existem alguns anúncios na imprensa portuguesa da Foto Melo em que fazem precisamente publicidade às fotografias de Cabo Verde e da Guiné. Essas fotografias que eram vendidas da Guiné, são, no entanto, todas do tempo de João Henriques de Melo, o fundador da Foto Melo.”

Isto porque, segundo aquela investigadora, Papim, que dá continuidade ao estúdio em São Vicente, nunca trabalhou na Guiné.

“É possível que João de Melo tenha estado ainda em Benguela, Angola. Encontrei algumas fotografias assinadas que sugerem tal, mas tudo isto são coisas que requerem muita investigação. Tenho algumas pistas, agora é pegar no novelo e desenrolar a ver onde vai dar”, conta a investigadora Liliana Rocha. GC



José Henriques de Melo

## Património único no mundo que deve ser preservado

Liliana Rocha mostra-se expectante com as suas pesquisas relativas aos acervo da Foto Melo, em São Vicente, porquanto, como reforça, “não existe praticamente nada sobre a história da fotografia em Cabo Verde”, mas também porque, como argumenta, este arquivo não é “só um caso único para Cabo Verde”, “é um caso raro no mundo e, por isso, escolhi a Foto Melo como objecto da minha pesquisa”.

“Foi um acaso”, diz, explican-

do que foi numa viagem de férias, que realmente descobriu que existia um espólio da Foto Melo. Mas, conforme elucidou, à medida que o tempo passa, “vou apercebendo-me o quão realmente especial é este arquivo, o quão único é no mundo. Estamos a falar de fotografias com mais de 100 anos e estamos a falar de um arquivo que permaneceu intocável. As portas foram fechadas porque o Papim morreu. As fotografias e os negativos ficaram intactos

dentro de quatro paredes. É uma coisa muito rara”.

Segundo diz aquela investigadora, a maior parte das fotografias (não todas, porque também há fotografias degradadas devido à “humidade, condições atmosféricas e dejectos dos animais”), cerca de 70%, estão em “muito boas condições”.

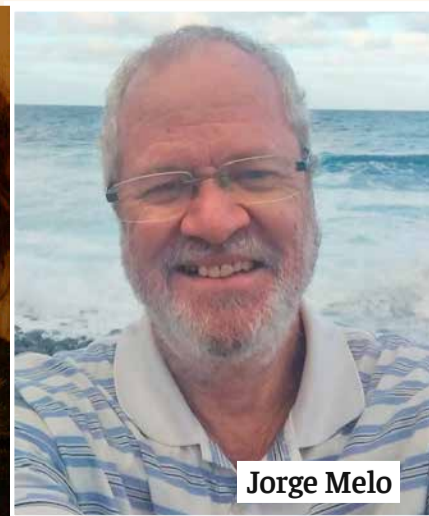
Um acervo e um património que deve e merece ser preservado e dado a conhecer, ainda por cima numa ilha, São Vicente, onde o hábito de

fotografar e se deixar fotografar começou bastante cedo.

“Temos 100 anos de história de fotografia, 100 anos de história da evolução da sociedade mindelense, mas não só, porque também há fotografias de outras ilhas, Fogo, Santo Antão, Santiago, São Nicolau, ou seja, há aqui uma história da fotografia e um património que pertencem a Cabo Verde e não unicamente a Mindelo”, conclui. GC



Liliana Rocha



Jorge Melo



# Adriana Carvalho é destaque de “Leitura”

O número 9 da revista “Leitura”, da Livraria Pedro Cardoso, traz como destaque a professora e investigadora Maria Adriana de Sousa Carvalho, além dos resumos da apresentação de livros, notícias do mundo da literatura entre outras rubricas habituais.

Romice Monteiro

A Livraria Pedro Cardoso lançou esta quarta-feira, 17, mais um número da sua revista “Leitura”. “Uma vida dedicada à investigação” é o nome do artigo dedicado à Adriana Carvalho, no qual esta antiga docente, hoje reformada, fala da trajetória do ensino liceal em Cabo Verde de 1860 a 1975, da sua vida académica e publicação dos vários livros de que é autora.

Este número do magazine da Pedro Cardoso traz igualmente uma homenagem a Kaká Barbosa, falecido há recentemente. “A música trouxe-me para a poesia” e um outro sobre “Ser capaz de ler o mundo”.

Para além destes assuntos, a revista traz, como é habitual, resumos de apresentação de livro, resenha crítica sobre obras, artigos de opinião e notícias sobre o mundo da literatura e novidades editoriais.

De realçar que a revista leitura tem uma periodicidade trimestral, e costuma trazer em todas as suas edições informações sobre o mundo literário em Cabo Verde e no estrangeiro, com objetivo de incentivar a leitura, a escrita e o conhecimento dos cidadãos, sobretudo os mais jovens. A primeira edição da “Leitura” foi lançada a 13 de Abril de 2018, na Biblioteca Nacional.



## Acontece

- ▶ - Josimar de Pina e Ulisses Português, no Quintal da Música, quinta-feira, 18, às 21H00.



- ▶ - Apresentação do livro “A Cor do Papel Verde” de Gualberto do Rosário, na Câmara Municipal do Sal, sexta-feira, 19, às 17H00.



- ▶ - “Guitarríssima” com Rafael Serralles no Palácio da Cultura Ildo Lobo, sábado, 20, às 19H30.



- ▶ - Sarau “A Poesia Está Na Rua”, no Centro Cultural Norberto Tavares em Assomada, domingo, 21, às 16H00.



- ▶ - Feira Criativa “Março mês da Mulher”, no Palácio da Cultura Ildo Lobo até o dia 27 de Março.



## Aconteceu...



- ▶ - Lançamento do livro “Liberdade, sempre! Homenagem a Jorge Carlos de Almeida Fonseca por ocasião dos seus 70 anos” em Mindelo, segunda-feira, 15.



## SOCIEDADE

### Mosteiros

# Dia do artesão celebrado com uma feira do artesanato na praça Azambuja

A Câmara Municipal dos Mosteiros, na ilha do Fogo, organiza esta sexta-feira, 19, uma feira de artesanato, na praça Azambuja, na cidade de Igreja, para celebrar o dia do artesão e do pai e ainda para homenagear a mulher artesã.

A feira contará com a participação de 23 artesãos, dos quais oito são imigrantes africanos convidados para participar no evento. Além da exposição de artesanato, haverá também um espaço para exposição de plantas ornamentais e outro dedicado à música ao vivo.

A autarquia espera que o evento seja mais uma montra para a venda dos produtos artesanais feitos em Cabo Verde e, particularmente, nos Mosteiros, assim como um espaço de partilha de experiência entre criadores locais e de outras paragens.

A edilidade assegura que a realização da feira de artesa-



nato enquadra-se nas acções constantes do programa de governação para o mandato de 2020/24, que visa a implementação de uma agenda cultural integrada num território com forte identidade e dinamismo culturais.

Segundo a mesma fonte, o programa de governação prevê a “elaboração do plano estratégico da cultura, criação de um gabinete da cultura, investimento na preservação do património histórico-cultural com destaque para elevação de talaia-baixo (género musical) a património nacional”.

O programa prevê ainda a instalação do “museu do povo” para reconstruir a história da vida de várias personalidades dos Mosteiros que se destacaram nas mais diversas áreas e domínios, através de bustos e monumentos em homenagem a memória dessas personalidades.

#### Tarfal de Santiago

## Câmara e parceiros unem-se para combater cães vadios

A Câmara Municipal do Tarfál de Santiago e a ONG “Movimento Civil de Gestão dos animais canina e felina” e a empresa “Irmãs Monteiro” estão a unir esforços para melhorar o problema dos cães vadios no município.

As partes reuniram-se na terça-feira 16, na cidade de Mangue, para delinear as estratégias para resolver a questão dos animais vadios na via pública naquele município do norte de Santiago.

O vereador de Economia Local, Inovação e Desenvolvimento Ru-

ral, Osvaldo Chantre, entende que é necessário estabelecer uma relação de parceria para traçar planos de controlo de cães vadios no concelho, principalmente no centro da cidade, uma vez que é uma questão que afeta a saúde pública, bem como a actividade económica no concelho.

E para ter uma ideia clara da situação, as partes decidiram que necessário proceder com os trabalhos de reconhecimento no terreno sobre o número de cães de rua no concelho.

#### Porto Novo/Santo Antão

## Anibal Fonseca promete água domiciliária à zona norte

O presidente da Câmara Municipal do Porto Novo, Anibal Fonseca, garantiu esta semana que “dentro de poucos meses”, as 70 famílias da zona Norte do município vão passar a beneficiar da rede de água domiciliária.

Para aquele autarca, a confirmar-se, esse será o concretizar de “um sonho de séculos” para os habitantes das localidades de Bolona, Chã de Feijoal, Chã Dura, Chã de Cruz, Morrinho de Égua, Água das Patas, Pascoal Alves e Chã de Manuelinho que, ao longo dos anos,

têm vindo a enfrentar uma situação de penúria de água para consumo e para o gado.

A água será disponibilizada a partir da nascente situada em Escravoeirinhos, nas proximidades de Martiene. Para o efeito, estão a ser instalados sete sistemas de bombagem, que funcionarão mediante energia solar, estando o término das obras previsto para Junho deste ano. Trata-se de um investimento do Governo, estimado em 70 mil contos.

C/inforpress



# boaentrada.poilão@.. reflexão suscitada pelo lançamento do livro “Firme e Hirto como o Poilão”



Arlindo Andrade

“Pé de poilão” é assim chamada, em Boa Entrada, a árvore mais antiga de Cabo Verde. Percecionada pelo povo como modelo de “conservação da natureza”, é um símbolo de resistência. Esta árvore é um “ex libris”, um cartão de visita de Boa Entrada. Quem visita a Cidade de Assomada sabe que existe, a poucos quilómetros, um local chamado Boa Entrada onde pode conhecer a mais robusta e a mais antiga árvore de Cabo Verde.

Por isso mesmo, pela sua robustez e resistência, não apenas é marca da região, mas também um símbolo dos habitantes da ilha de Santiago que, apesar de todas as vicissitudes das suas vidas, se mantêm-se de pé e de cabeça erguida, firmes e hirtos como o poilão. Para mim tem sido fonte de inspiração desde que me dei conta da forma como, imponente e altivo, resiste aos anos que passam.

O livro “Firme e Hirto como o Poilão”, inspirado nesta árvore, é também uma forma de homenagem, dando-a a conhecer, por aquilo que ela é e por tudo o que representa. Aliás, antes de mim, o povo a escolheu, tornando o poilão parte da nossa história.

## A minha história

Nasci na freguesia de Babosa em Picos, São Salvador do Mundo. Mas, a memória que tenho é de Boa Entrada para onde os meus pais foram viver, levando com eles os seus gémeos, de dois anos de idade: a minha irmã e a mim.

De Babosa só sei o que conta a minha mãe... retenho também aquela casinha branca à beira da estrada, onde nasci, e que a minha mãe, saudosa, me apontava sempre que por lá passávamos, de Hiace, nas idas e vindas da Cidade da Praia ou quando íamos visitar a minha

avó paterna que morava um pouco mais acima.

Boa Entrada sempre me cativou pela sua extraordinária e singular beleza. Contudo, há que dizê-lo, era ainda mais bonita no tempo da minha infância, e as hortas eram mais abundantes e muito mais verdes. As enxurradas que tiveram lugar em agosto de 1994, provocaram muitos estragos, alguns irrecuperáveis, como o abalroamento de duas árvores de grande porte, uma amendoeira e uma outra árvore conhecida, localmente, por “lembalemba”. O poilão é fascinante... continua a resistir aos efeitos da chuva, do sol ou do vento.

Apesar da sua beleza natural que se fica a dever às suas caudalosas ribeiras, o que não é de somenos num território onde a água escasseia, Boa Entrada nunca despertou a atenção das autoridades no criar as condições para alavancar das suas potencialidades, sobretudo no que ao turismo diz respeito. Oh, aquele verde que brota das terras que a água das ribeiras empapa; aquelas hortas cheias de fruta da melhor, onde não fal-

tam mangueiras e papaeiras, e também laranjeiras, abacateiros e limoeiros...

Na época da colheita da manga, entre julho a setembro, de manhãzinha enchiam-se baldes e baldes de saborosas mangas que caem durante a noite. Chegam para dar e vender!!! Como sabe bem comê-las no convívio familiar, enquanto se joga às cartas ou se escuta uma morna; ou num tempo de relaxamento, à sombra da acácia ou de uma groselha tropical, árvore conhecida localmente por azedinha, que ornamenta quase todas as ruas desta localidade.

A minha infância, passei-a a trabalhar na horta, mas sempre com o poilão por perto. Dele me abeirava por vários motivos, sobretudo por ficar perto de um trapiche onde se produzia grogue artesanal, cuja máquina era movida pela força de bois, que, já por si, era um atrativo para a miudagem, mas também pela conversas bem humoradas entre os trabalhadores e os visitantes.

Ali perto ficava a escola, cujo pátio era local onde as crianças se juntavam para as suas brincadeiras, mas era também um

ponto de encontro da população, onde circulavam informações, concretamente uma informação que, para os agricultores, era importante: o horário da distribuição das regas pelas diversas hortas. Muitas vezes o meu pai me mandava lá colher essa informação.

Para além de ser tão especial a área circundante ao poilão, toda a região é belíssima! Passear pela ribeira de Boa Entrada... observar as levadas de água, ser surpreendido pelo voo repentino dos pardais aninhados nos arbustos, as borboletas coloridas, o chilreio dos passarinhos de pena azul, a simpatia dos camponeses que sempre oferecem fruta aos turistas que passam. Os poços e os tanques de água, a frescura e a beleza da ribeira... O Criador deixou a sua marca em Boa Entrada!

Os poemas do meu livro, escrevi-os com o coração, por amor a Cabo Verde, convicto de que a escrita não apenas faz memória, como nos ajuda a compreender a nossa história; para no presente sermos dignos do passado, e, no presente olhando o passado, nos projetarmos para o futuro.



“Apesar da sua beleza natural que se fica a dever às suas caudalosas ribeiras, o que não é de somenos num território onde a água escasseia, Boa Entrada nunca despertou a atenção das autoridades no criar as condições para alavancar das suas potencialidades, sobretudo no que ao turismo diz respeito”



Pedro Pires

# Entre o silêncio tranquilizante e a realidade interpeladora

Creio não estar a exagerar se considerar a situação por que o mundo está a passar e o nosso pequeno país, também, crítica, conturbada, escorregadiça e de muitas incertezas. Com efeito, são tempos inéditos, diferentes daqueles com os quais temos convivido, mais ou menos bem, ou que já ultrapassámos, tempos que reclamam uma atitude madura e sábia para os enfrentar com probabilidades de êxito, o que, por sua vez, nos recomenda refletir e refletir bastante antes de decidir.

A escolha de objetivos a realizar e de caminhos a seguir para os alcançar constituem elementos cruciais, constitutivos da tomada de decisão e da probabilidade de obtenção dos resultados almejados. A programação e a escolha de prioridades constituem outro exercício sensível de gestão, que reclama realismo e inteligência estratégica, pois não se pode baralhar o roteiro nem errar nas seqüências de concretização.

Por seu lado, os caminhos fáceis e as soluções ligeiras e descuidadas, a fim de agradar expectativas irrealistas ou de mobilizar apoios efêmeros, contribuem para desresponsabilizar as pessoas e as comunidades, afastando-as da situação objetiva e de soluções sólidas e duradouras. As facilidades não representam escolhas acertadas, especialmente, quando a resposta adequada seria conceber e concretizar soluções viáveis, sólidas e duradouras.

Temos passado por momentos críticos que vêm reclamando dos cidadãos e das lideranças ponderação e maturidade que ajudem a encontrar escolhas e soluções realistas e viáveis em bases sólidas, a fim de se colocar o nosso país a salvo de desenvol-

vimentos posteriores imprevisíveis e comprometedores de ganhos arduamente conseguidos, pondo os interesses nacionais acima de quaisquer outros.

Neste embate por uma verdadeira salvação nacional, antes de qualquer outro elemento de ordem material ou materialista, deve-se destacar, valorizar e estimular a força anímica que nos tem inspirado: o amor a Cabo Verde. Com efeito, a mola simbólica e emocional que nos tem impulsionado tem sido o patriotismo. Sem ele, tudo seria mais complicado e nos perderíamos em meandros intrincados da gestão de compensações a interesses individuais, de grupos ou de terceiros.

Não resta dúvida a ninguém que o nosso país está perante uma conjuntura crítica, desafiante e complexa. A sinceridade obriga-nos a reiterar que nos encontramos perante uma crise multiforme de desdobramentos vários: sanitário, económico, financeiro, social e humanitário. Por todo o lado, a preocupação primeira tem sido, e continua sendo, a erradicação da Covid19, agora, previsível com uma ampla campanha de vacinação. A segunda grande prioridade é enfrentar e superar com sucesso a conjuntura “pós-covid-19”. Isto é, reunir as condições e os recursos humanos, materiais e financeiros para relançar a economia, saldar as dívidas públicas e privadas, reequilibrar as finanças públicas e as contas dos bancos e, por fim, restaurar os graves e vastos danos económicos e sociais que vão restar por resolver.

As crises são situações de anormalidade e carregadas de riscos. Requerem, por isso, uma gestão política sábia. Neste sentido, nenhuma lide-

rança avisada deve arrogar-se da veleidade de querer resolver sozinha, e no conforto dos gabinetes, a complexidade da situação e dos desafios por vencer, desconsiderando as contribuições indispensáveis de outros atores políticos, económicos, sociais, culturais e religiosos. Pelo contrário, os tempos de crises reclamam responsabilidades partilhadas, união, solidariedade e cooperação. Pois, unidos, solidários e cooperativos seremos mais capazes e, certamente, estaremos em melhores condições de vencer os desafios que nos são impostos!

Por esta e por outras razões, considero que há, no nosso país, a necessidade urgente do fomento de um ambiente político de diálogo, de confiança recíproca, de cooperação e aberto ao compromisso, a fim de se garantir nos próximos tempos a estabilidade política e social, a harmonia nacional e a segurança pública indispensáveis.

Outrossim, estamos em tempo de escolhas políticas, em que caberá a responsabilidade maior aos eleitores que vão decidir. O mais certo é que a situação pós-covid19 exija uma gestão muito criteriosa, ponderada e rigorosa e, certamente, austeridade no uso e distribuição dos recursos públicos.

A recuperação económica, financeira e social, a seguir, que alguns já chamam de reconstrução nacional, terá que ser sempre uma obra de dimensão nacional, complexa e de longo prazo, compartilhada e sustentada em projetos e programas sólidos e em sectores modernos portadores de novas oportunidades económicas e geradores de mais rendimentos e empregos, a fim de se compensar os destruídos. O sector social exigirá uma atenção muito especial.

Vários analistas e futurólogos têm defendido que o pós-covid19 não será jamais uma réplica do pré-covid19 e que a nova normalidade será diferente da normalidade antecedente. Acredito que sim, particularmente, na forma de fazer política, exigindo mais diálogo, compromissos firmes e maior partilha de responsabilidades. Ouso pensar numa ideia incomum que é uma nova democracia, participativa e cooperativa.

Neste percurso nacional desafiante, há um lado ético e simbólico a não se descuidar: a necessidade de se manter um clima de confiança no seio da sociedade cabo-verdiana. É fundamental que as instituições do Estado preservem a sua credibilidade e confiança junto da sociedade e dos cidadãos. E, igualmente, que gozem e continuem a gozar do respeito e da confiança dos nossos parceiros africanos e internacionais. Do meu ponto de vista, a nossa reputação política tem sido de índole referencial (a exemplaridade), o que significa que é de natureza ética, portanto, variável. Aos servidores públicos, em todos os sectores da Administração e em todas as Instituições do Estado, cabe a imensa tarefa de manter e reforçar esta exemplaridade e velar pelo prestígio, pela credibilidade, pela eficiência e pelo respeito ao nosso Estado de Direito Democrático. Na mesma linha de pensamento, cabe aos atores políticos a árdua tarefa ética de elevar e prestigiar a política e a função política.

Por fim, Cabo Verde e os cabo-verdianos não devem assumir-se, apenas, como um “mais um” à espera; devem ter iniciativa própria e ambicionar, com trabalho árduo, ser diferentes, sempre para melhor!

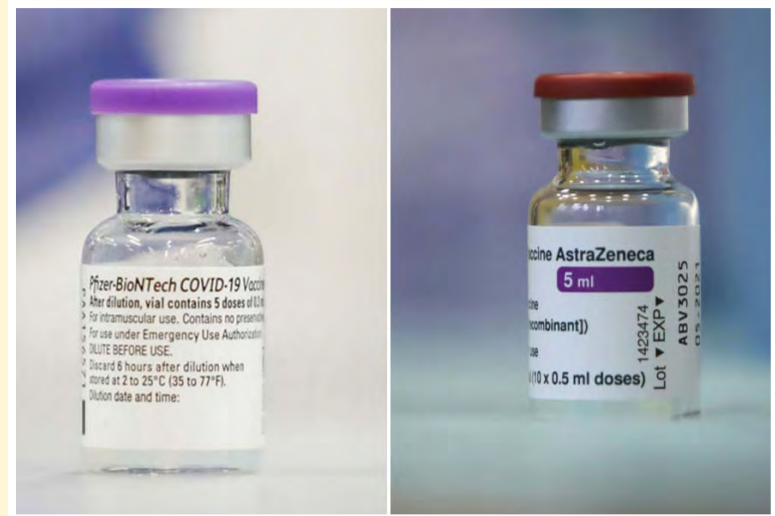
*Há, no nosso país, a necessidade urgente do fomento de um ambiente político de diálogo, de confiança recíproca, de cooperação e aberto ao compromisso*





## Vacinação nossa... de cada dia!

Num país onde tudo é partidarizado e governamentalizado, a vacinação veio colocar, novamente, foco na Pandemia. Tanto o “Cabo Verde, fé e esperança”, como o “Cabo Verde para todos”, até os partidos pequenos, todos parecem procurar a forma de tirar proveito do momento que a Vacina inspira. Mas o ZIG quer mesmo é saudar o início da vacinação e que, apesar das dúvidas sobre a segurança da AstraZeneca, veio mesmo em boa hora. Que comece então com a Pfizer, e que ninguém venha a ter trombozes ou alergias graves... Coitado do cabo-verdiano... Cada hora é uma aflição.



## Presidenciais

Também quem partilha o foco com as Legislativas são os candidatos Presidenciais. Há dias, foi Carlos Veiga, a roubar o “show” do MpD e, nesta sexta, será José Maria Neves a chamar a si todas as atenções e... o PAICV que dê um tempo. Ambos reafirmam grande engajamento com a sociedade civil e a cidadania, depois de grandes tarimbadas pelos partidos políticos. Verdade seja dita que, achando-se do Centro, CV e JMN são os dois grandes líderes de Cabo Verde no momento, respectivamente, um ao Centro-Direita e outro ao Centro-Esquerda. E os partidos que, depois deste contar das espingardas, que guardem munições para as Presidenciais de Outubro.



## Projetos e mais projectos...

Santo Antão está na boca do PM. Estes dias o que não falta à ilha são lançamentos de projectos. Semana atrás de semana, UCS arranja um jeito de ir a Santo Antão. Primeiro os estudos do Aeroporto Internacional de Santo Antão, depois a Segunda Fase do Porto do Porto Novo e a construção de um Centro de Saúde na Ribeira das Patas, “quase um hospital”, são as mais novas iscas para Ulisses renovar o mandato a 18 de Abril na ilha das montanhas. Agora é esperar pelo resultado desta sementeira de projectos... esperar que os Mil-pés não estraguem a plantação.

## Transportes

A estratégia do governo de conceder o monopólio a empresas estrangeiras no sector dos transportes volta a mostrar os seus resultados. Cansada de ver a Icelandair a sugar e a sugar do pobre contribuinte, a Binter resolveu também meter a boca na mesma tecta onde já saíram mais de 15 milhões de contos sem hipóteses de retorno. Depois de 1 de Abril não há voos para ninguém, caso algumas das suas exigências da companhia canária não forem satisfeitas. Que Ulisses, Olavo e Elisio não se espantem se até as eleições a CV Interilhas resolver enveredar pela mesma rota da Icelandair e da Binter. Aqui se fazem e aqui se pagam quando os negócios são mal feitos, a pensar nos cálculos eleitorais, o dinheiro que não mais acaba e outras fantasias. Não é preciso frequentar nenhuma faculdade de economia para saber tamanha palissada. Qualquer negociante dos Sucupiras deste país sabe dessa lei de ouro.

## Efeito Amadeu

Não há dúvida de que o homem de quem se fala, depois de Alex Saab, é Amadeu Oliveira. Este é candidato na lista da UCID por São Vicente e há quem diga que poderá ser, também, candidato a Presidente de Cabo Verde, chutando Daniel Medina para o escanteio. Se for, será uma Campanha mexida em que a Justiça será o prato forte no debate, e se ganhar o Pleito, será uma Revolução feita a partir do topo. O Efeito Amadeu veio para ficar e a procissão ainda está no adro. Este pode ser o ano de muitas surpresas...



## Money Talks

Decididamente, Dino d' Santiago virou o “show man” do MpD para as Legislativas. Desta vez é o convidado especial de mais um Talk da JpD Portugal, para falar das Políticas Públicas Afectas à Cultura, na Terra Mãe. O ZIG pergunta se o jovem Dino, lá longe, na 11ª Ilha, conhece de facto essas políticas? Ou se sabe, por acaso, que as “políticas públicas” da maioria dos artistas em Cabo Verde, durante a pandemia, foi o desenrasca para sobreviver?... Houve quem tivesse de fazer pão ou vender sabão para sustentar a família... Oh, Dino, menos “money talks”... e mais tino, por favor!



## Mais um milagre

Qualquer coisa como uma semana atrás o MCIC, qual profeta previu um milagre para São Vicente. A chegada do busto de Luís Morais à Avenida Marginal, que a acontecer, será o segundo no espaço de duas semanas. Como quem não quer nada, lá deixou o MCIC subentendida a ideia de que, oficialmente, não haverá uma inauguração, devido às restrições da lei eleitoral. Entretanto, segundo o MCIC, que se considerem convidados os músicos que quiserem prestigiar a chegada do busto com uma serenata. O ZIG, esclarecido das interpretações lá entendeu, que isto foi nada mais nada menos que o anúncio de mais uma inauguração, curiosamente, nas vésperas das eleições.





**Tradição e modernidade para um serviço de excelência**  
**Tradition and modernity for an excellent service**

**Serviços**

- Limpeza e higiene
- Limpeza e recuperação de pavimentos
- Segurança privada
- Serviços de segurança em resorts
- Limpeza de fachada
- Limpeza e conservação de monumentos
- Desengorduramento de restaurantes
- Limpeza de cadeiras, sofás, carpetes, carros e estofos

**Services**

- Cleaning and hygiene
- Floor cleaning and restoration
- Private security
- Security services in resorts
- Façade cleaning
- Monument cleaning and maintenance
- Restaurant degreasing
- Chair, sofa, carpet, car and upholstery cleaning

Há mais de 20 anos no mercado, Setelima presta serviços de limpeza e de segurança privada. Actualmente, conta com mais de 300 funcionários nas ilhas de Santiago, São Vicente, Sal, Santo Antão, Brava e Fogo. Na Boa Vista, presta serviços no aeroporto internacional Aristides Pereira e serviços de segurança em resorts.

For more than 20 years in the market, Setelima provides cleaning and private security services. Currently, it has more than 300 employees on the islands of Santiago, São Vicente, Sal, Santo Antão, Brava and Fogo. In Boa Vista, it provides services at the international airport Aristides Pereira and security services in resorts.



**Etc.**

**Pandemia**

**Um ano de  
Covid-19**



Um ano de pandemia da covid-19

# Lições, melhor preparação para o futuro e incertezas

Jorge Noel Barreto, que sucedeu a Artur Correia no cargo de director nacional da Saúde (DNS), recorda que a falta de recursos para fazer o diagnóstico da covid-19 foi um dos aspectos que caracterizou a chegada da pandemia a Cabo Verde. As condições foram criadas primeiro na Praia, e depois descentralizadas para São Vicente, Fogo e Sal, na tentativa de dar uma resposta rápida a nível nacional.

A linha da frente de combate à pandemia precisava ser reforçada, o que levou a que fossem recrutados mais profissionais de saúde em diversas áreas. Logo apareceram os casos graves e o país não tinha unidades de cuidados intensivos.

## Cuidados intensivos

“Não tínhamos, e ainda não temos, serviços de cuidados intensivos, tal como conhecemos lá fora. Mas houve uma mobilização para a compra de equipamentos, como ventiladores e outros produtos farmacêuticos, necessários para dar assistência às pessoas que necessitavam de cuidados especiais”, frisa o nosso entrevistado.

Para além destes, acrescenta, há ainda o desafio do financiamento, que obrigou a uma redistribuição das verbas existentes e mobilização de novas verbas para responder à demanda em várias frentes.

“As epidemias são sempre algo do qual não estamos à espera. Mas, independentemente de haver ou não epidemias, o país deve fazer um esforço para estar minimamente preparado. Cabo Verde tem tido essa preocupação no sentido de reforçar a segurança sanitária. Por outro lado, situações de urgência acabam por se transformar em oportu-

Um ano após o diagnóstico do primeiro caso de covid-19 em Cabo Verde, o director nacional da Saúde diz que a situação é ainda preocupante, apesar dos números apontarem para uma situação estacionária e do início, ainda esta semana, da campanha de vacinação. Jorge Noel Barreto sublinha que uma das principais lições do combate à pandemia prende-se com a criação de condições para que o país possa estar preparado em termos de recursos técnicos e humanos para dar resposta às emergências.

Natalina Andrade



Jorge Noel Barreto

nidades para acelerar a resposta a necessidades que já estavam identificadas”, reforçou.

## Novas variantes, novos desafios

Há sensivelmente duas semanas, o país recebia a notícia

da identificação de dois casos da variante britânica da covid-19, detectada em amostras de ilha de Santiago. Não estando ainda em condições de fazer esse diagnóstico, as autoridades sanitárias nacionais aguardam mais resultados para conhecer a circulação dessa variante no país.

Entretanto, segundo frisa Jorge Barreto, os números actuais não apontam para este cenário.

“O país ainda não recebeu o resto dos resultados, mas, se formos analisar o número de novos casos publicados todos os dias, e se essas variantes são muito mais transmissíveis e mais vi-

rulentas, ou seja, capazes de provocar mais casos graves, esses números de novos casos ainda não apontam para esse nível de transmissibilidade e nem de virulência”, considerou.

Jorge Barreto garante que o país está a trabalhar no sentido de disponibilizar condições para fazer a sequenciação genómica, técnica que permite detectar as mutações do vírus e investigar as variantes que vão surgindo no mundo.

## Sequelas leves nos recuperados

Não há uma informação estatística sobre efeitos e sequelas nas pessoas recuperadas em Cabo Verde.

Entretanto, Jorge Barreto sinaliza que alguns pacientes, entre casos graves e leves, têm relatado algum cansaço, sensação de diarreia (sem estar com diarreia), algum esquecimento e dor muscular em pessoas que ficaram internadas por muito tempo.

Como frisa também, não se relatou nenhum caso severo e todos vão melhorando com o tempo e com a retoma das actividades normais.

Quanto ao critério de alta, alterado ao longo da pandemia e que passou a ser de entre 10 e 14 dias após identificação do vírus, dependendo se o paciente tem ou não sintomas, o DNS reforça: “Após este período, o vírus já não tem capacidade para infectar outras pessoas. Foi uma forma também de facilitar a logística, pois restos do vírus podem ser detectados no PCR durante algumas semanas e até meses.”

Jorge Barreto realça que esta recomendação da Organização Mundial da Saúde (OMS) veio facilitar imenso porque “poupa-se



em reagentes, que são caros, e as pessoas não precisam ficar muito mais tempo no isolamento porque realmente não há esse perigo de propagação”.

### Plano de vacinação não esta comprometido

Cabo Verde dispõe, até à data, de duas vacinas diferentes. Uma delas, a da Pfizer, com a qual vai-se iniciar a vacinação, requer condições “muito mais específicas de armazenamento e transporte”, mas o DNS, garante que há congeladores na Praia com capacidade para armazenar todas as doses.

“Esta vacina dá-nos a possibilidade de colocá-la numa temperatura menos fria durante cinco dias e é nesse período de tempo que ela vai ser distribuída e aplicada nas outras ilhas”, explica Barreto, frisando que, para além dos congeladores, há arcas específicas que serão utilizadas para a distribuição, tanto deste imunizante, quanto da vacina da AstraZeneca, que pode ser armazenada em temperaturas de 3 a 8°.

“Não vamos administrar todas as vacinas ao mesmo tempo, pelas próprias regras da vacinação. Vamos distribuí-las e, conforme as pessoas vão sendo vacinadas, o transporte vai sendo feito”, esclarece.

Tanto a vacina da AstraZeneca, como a da Pfizer requerem duas doses por pessoa, embora com intervalos diferentes.

“A da Pfizer requer um intervalo de 21 a 28 dias. Já a vacina da AstraZeneca leva um período maior para a segunda dose que é de três meses”, pontualiza o director nacional da Saúde.

### Astrazeneca: aguardar inquéritos internacionais

No que diz respeito à segurança da vacina da AstraZeneca, alvo de dúvidas na Europa quanto aos seus efeitos colaterais, Jorge Barreto explica que Cabo Verde recebeu vacinas do lote 4121Z009, fabricado no Serum Institute, na Índia, o maior fabricante de vacinas no mundo.

“Em relação a este lote ainda

não foi detectado nenhum problema, portanto, serão utilizadas, salvo alguma informação contraditória, o que ainda não temos”, explica, sublinhando que, até então, as reações adversas foram atribuídas aos lotes ABV5300 e ABV2856, distribuídos na Europa, neste momento.


“Trata-se de um lote diferente, que inclusive já foi aplicado a mais de 28 milhões de pessoas na Índia e também está a ser utilizado no Brasil e outros países da África, como Angola, São Tomé e Gana”, pontua.

Segundo Jorge Barreto, mesmo que essas reações sejam, de facto, atribuídas à vacina, o plano de vacinação não é posto em causa.

“Comprovando-se que há realmente relação entre a vacina e formação de coágulos, uma hipótese é retirar o lote específico de circulação e substituir por um novo lote. Continua-se a fazer a vigilância e relação a outros lotes no mesmo sentido. É isso que habitualmente acontece a qualquer medicamento ou outro produto que cause algum efeito reverso”, clarificou.

Barreto adverte ainda que todos os medicamentos, sejam vacinas ou qualquer outro produto farmacêutico de utilização em pessoas, têm uma probabilidade de ter um efeito adverso, secundário ou indesejável.

“Pode ser um paracetamol, um antibiótico, um medicamento para a hipertensão, todos têm uma probabilidade de causar um efeito. Essa probabilidade é estudada até certo ponto, mas o produtor desse medicamento fornece a informação que tem disponível. Depois, conforme as pessoas vão utilizando estes produtos é possível ter mais informação em relação a esses efeitos secundários. É algo que devemos esperar de qualquer medicamento e não sabemos prever quando ou em quem vai acontecer”, explicou.

Este responsável adverte ainda que é preciso aguardar o inquérito dos organismos internacionais para depois ver qual é a quantidade de pessoas que tiveram essas reações e se não é aquilo que se espera do produto. 

## Mais de 16 mil casos e 157 óbitos

O primeiro caso de covid-19 em Cabo Verde foi diagnosticado a 19 de Março de 2020, na ilha da Boa Vista. Um caso importado, identificado em turista inglês de 62 anos, que havia chegado ao país no dia 9 do mesmo mês. Este foi também o primeiro óbito registado no país.

Dias depois, a 22 de Março, eram notificados mais dois casos, também na Boa Vista: mais dois turistas, ambos hospedados no Hotel Riu Palace.

Santiago foi a segunda ilha a registar casos de covid-19, o quarto caso a nível do país, e também importando, desta feita por um cidadão cabo-verdiano que regressava de férias na Europa. A esposa viria a ser, dias depois, confirmada como o primeiro caso de transmissão local na Praia.

### 29 de Março de 2020: primeiro Estado de Emergência

No dia 29 de Março, com cinco casos positivos no país, entrou em vigor o primeiro Estado de Emergência, decretado pelo Presidente a República. O mesmo vigorou até 17 de Abril, altura em que foi prorrogado por mais 15 dias, nas ilhas de Santiago, Boa Vista e São Vicente.

A 14 de Maio, o parlamento aprovava o quarto Estado de Emergência apenas na ilha de Santiago, altura em que o país acumulava pouco mais de 300 casos registados, a maioria na Praia.

A partir deste período seguiram-se situações de calamidade e contingência nas várias ilhas, conforme a propagação do vírus e o levantamento gradual das restrições.

Num ano, o país atingiu 16.154 casos registados, 157 óbitos por covid-19 e cinco mortes de pacientes com covid-19, mas ocorridos por outras causas.

A situação actual ainda é considerada preocupante.

“Apesar do número de casos não ser tanto e os dados apontarem para uma situação estacionária a nível nacional, ainda os casos vão sendo identificados. A situação de cada ilha é diferente uma da outra, há momentos de acalmia, de redução do número de casos, mas nada nos garante que, nos dias seguintes, esse número não aumente”, diz o director nacional da Saúde.

### Óbitos registados

Quanto aos óbitos registados, Barreto esclarece que o número não mui-

to elevado em Cabo Verde permite fazer uma análise aprofundada de cada caso e identificar os pacientes que morrem por covid-19 e os que, estando infectados, morreram por outras causas.

“As pessoas cujo óbito foi atribuído à covid-19 eram pessoas que tinham manifestações respiratórias e acabaram por piorar. Nestes casos, no contexto da doença, não há dúvidas que essa pessoa faleceu por causa da covid-19.

Entretanto, chegamos a alguns casos, muito poucos, em que a pessoa tinha, por exemplo, um cancro em fase terminal, não apresentava sintomas respiratórios nem nenhuma manifestação de covid-19, mas, porque para ser internado no hospital tem de fazer um teste de rastreio, esse caso é identificado. Aí já não há relação do resultado com a causa da morte, portanto, não é uma morte por covid-19, mas uma morte com covid-19”, esclareceu.

### Incertezas

O director nacional da Saúde, salvasguarda que o ritmo de imunização, que terá início brevemente, vai depender da disponibilização das vacinas por parte dos fabricantes. Por outro lado, alerta que, mesmo atingindo os 70% de vacinação em 2021, ainda não se conhece por quanto tempo vai durar a imunidade.

“Ainda não sabemos se haverá necessidade de fazer essa vacinação contra a covid-19 todos os anos, da mesma forma que fazemos a vacinação anual contra a gripe. Isso porque, entretanto, também há mutações que vão surgindo”, explica.

Todas estas possibilidades, diz, não permitem garantir que, com 70% da população vacinada, vai ser possível levantar todas as restrições.

“É o que esperamos, que as pessoas de risco estejam todas imunizadas e a partir daí haja uma flexibilização das medidas, mas não todas. Israel é um exemplo: mesmo com boa parte da sua população vacinada continua a recomendar a utilização de máscaras e a evitar a realização de eventos com aglomeração de pessoas.”

Ainda não se conhece igualmente qual é o efeito que essas vacinas terão nas variantes que vão sendo identificadas.

NA

# Covid-19 pode deixar sequelas crónicas até em pacientes com sintomas leves



Cansaço, falta de ar, insónia, perda de memória e outras sequelas tendem a perdurar no corpo e na mente das pessoas contaminadas com o coronavírus, que dá origem à covid-19. Alguns dos cerca de 350 mil estudos científicos já publicados sobre a doença indicam que até pacientes que tiveram sintomas leves, sem hospitalização, ficam com marcas crónicas ou que duram meses após a alta clínica. Em Cabo Verde, jovens e menos jovens já dão sinais disso mesmo.

João Almeida Medina

**L**ogo após o contágio, com frequência os pacientes queixam-se da falta de ar, da perda do olfato e do paladar, além de cansaço inexplicável.

No início da pandemia da covid-19, pensou-se que tudo passaria num período mais ou menos curto, mas os estudos e as observações clínicas mostram que muitas pessoas continuam doentes meses a fio e depois dão sinais de melhora.

Uma jovem, de 19 anos, residente na Cidade da Praia, a quem preservamos a identidade, é um exemplo deste tipo de

paciente. Foi contaminada, recebeu alta clínica, mas continua a queixar-se de falta de ar e cansaço.

Outro caso refere-se a um homem, de 38 anos, que costumava fazer corrida matinal de mais de 10 km por dia, também na capital do país, antes da infecção com o coronavírus. Após a covid-19 tentou retomar o seu desafio diário, mas percebeu que cansava em cinco minutos.

As corridas matinais ficaram difíceis de se concretizarem tal como as caminhadas de outro cabo-verdiano, de 52 anos, que



## Futuro após a pandemia

Diante das múltiplas incógnitas da covid-19, o jornal El País-Brasil colocou à comunidade científica e médica a questão sobre o que nos reserva o futuro após a pandemia.

Em resposta, o médico e pesquisador venezuelano Alberto Paniz Mondolfi disse que é possível que no futuro a covid-19 seja “uma infecção de ocorrência habitual, com possíveis surtos provavelmente associados às estações”.

Ao El País, a directora do Centro Nacional de Epidemiologia de Espanha, Marina Pollán, faz perguntas sobre a futura normalidade: “As máscaras serão comuns? Como a utilização das reuniões remotas influenciará a nossa psicologia e a nossa interação social? A ideia do outro como possível transmissor de infecção mudará o modo como nos relacionamos?”.

A epidemiologista, disse àquele jornal esperar que a sociedade seja capaz de aprender algumas lições desta pandemia, como a necessidade de melhorar o cuidado dos idosos e de reforçar o sistema de saúde e a pesquisa científica.

“Somos seres inteligentes, uma experiência como essa deveria ajudar-nos a reconhecer pontos frágeis na nossa forma de organizar-nos e melhorá-los”, expressou Pollán ao citado jornal.

Em Cabo Verde, não se conhece nenhum estudo sobre as sequelas da doença. Pouco se fala ainda desse problema, mesmo porque as pessoas fixaram-se na questão das vacinas. No entanto, o director Nacional de Saúde, disse a este jornal que as sequelas têm leves nas pessoas recuperadas. Também admitiu não haver uma

informação estatística sobre efeitos e sequelas nas pessoas recuperadas.

Seja como for, espera-se que as autoridades foquem a comunicação nas sequelas que ficam da covid-19, de modo a que os jovens e menos jovens percebam o real impacto presente e no futuro da doença nas nossas vidas.

Até porque a comunidade médica e científica não cansa de nos lembrar que esta não é apenas uma doença que incomoda por dias e vai embora. Não é uma gripe sazonal. Os estudos e a prática clínica já demonstram que as marcas podem durar meses e, quiçá, tornarem-se crónicas. Portanto, prevenir e vacinar mostram-se fundamentais para combater o vírus.

JA



Alberto Paniz Mondolfi



Marina Pollán

### Fenómeno sério

O fenómeno está a ser levado tão a sério pela comunidade médica e científica que, segundo o programa Priorité Santé, da Rádio França Internacional (RFI), o hospital Foch, na região de Paris, criou há bem pouco tempo uma equipa especializada no atendimento a pacientes que ainda convivem com sequelas da doença meses após a contaminação.

Nicolas Barizien, chefe da unidade de reeducação do referido hospital, revelou à RFI que os primeiros casos começaram a aparecer em Maio do ano passado.

Pessoas que tiveram versões leves da covid-19, que nem foram hospitalizadas, como a maioria dos casos em Cabo Verde, procuraram a unidade hospitalar para relatar o retorno dos sintomas,

tempos após terem alta médica.

O programa da RFI específica que novos exames foram realizados e mostraram que a doença teve um impacto real na qualidade de vida das pessoas, jovens e menos jovens. Muitas vezes os sintomas persistentes fazem com que sejam incapazes de levar uma vida normal meses a fino.

### Problemas de memória, cardíacos e outros

Segundo a empresa britânica Digital Science, a comunidade científica está tão centrada em compreender a origem, a imprevisibilidade letal e as sequelas da covid-19 que mais de 350 mil estudos foram publicados num espaço de menos de um ano, de Março de 2020 a Fevereiro de 2021.

O que incomoda bastante a

comunidade científica é que não só ainda não há soluções para propor às pessoas em quem a doença perdura, mas também não existem provas objetivas que expliquem os respectivos sintomas.

Cruzando os perfis das pessoas, os especialistas tentam, por ora, encontrar formas de aliviar os sintomas.

Nicolas Barizien disse à RFI que acontece algo com as pessoas depois da infecção que ainda não entenderam exactamente o que é.

O certo é que há quem tenha sido infectado há nove meses ou mais e continua sem sentir o gosto ou o cheiro dos alimentos.

Além do paladar e do olfato, o médico francês dá conta que há pacientes que ficam com problemas cardiorrespiratórios e falhas de memória. Outros per-

deram peso e têm dificuldade para recuperar a massa muscular.

Segundo a página Viver Bem, da Uol Brasil, uma das pistas dos cientistas é que, após covid-19, algumas pessoas desenvolvam uma inadaptação da frequência cardíaca e da respiração, que podem estar elevadas em repouso e baixas durante o esforço.

Para compreender tudo isso, o hospital Foch realiza testes cardíacos de esforço e busca detectar suspeitas de hiperventilação.

Alguns remédios podem melhorar essa condição, mas as moléculas não são eficazes para todos os pacientes. Por isso, preferem não divulgar nomes de medicamentos que podem ajudar no caso de umas pessoas, mas complicar em outras.



também foi infectado e há meses tenta reestabelecer-se.

Os sintomas perduram e as histórias repetem-se. Mostram que as sequelas ficam em corpo e mentes das pessoas, independente da idade e das práticas diárias. Aliás, esses casos mencionados contrariam o senso comum de que a doença deixa marca sobretudo em pessoas idosas ou que passaram por um processo de internação hospitalar. Quem tem ou teve sintomas leves, como a jovem e o desportista, também pode ficar com sequelas por meses.



## SOCIEDADE

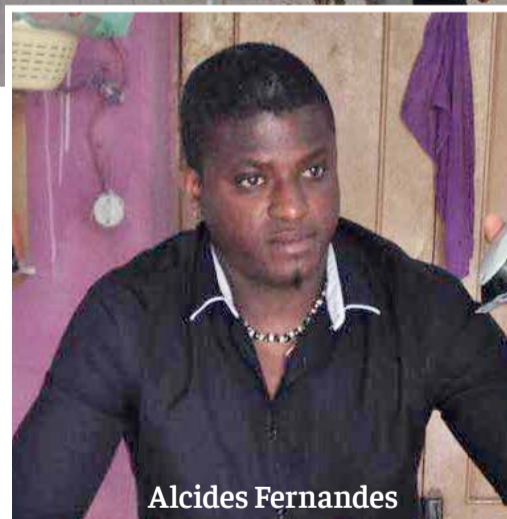
Santiago Norte

# Operadores lutam arduamente para salvarem os seus negócios

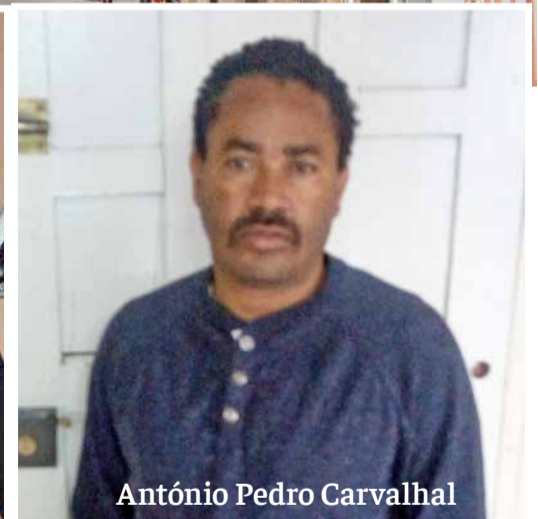


Os operadores económicos na região de Santiago Norte são unânimes em reconhecer que 2020 foi um ano difícil e de muita perda para o sector, devido aos efeitos da covid-19. Afirmam que lutaram contra a maré para manterem a cabeça fora da água. Esperançosos, perspectivam que até ao final deste ano a situação venha normalizar-se.

Silvino Monteiro



Alcides Fernandes



António Pedro Carvalho

O jovem Alcides Fernandes, proprietário de uma barbearia na cidade da Assomada, diz que desde a chegada da pandemia, em Março do ano passado, que o negócio piorou devido à diminuição de clientes.

“Tivemos que ficar vários meses em casa sem trabalhar, mas com muitas despesas por pagar, nomeadamente a renda do espa-

ço e os impostos às Finanças. Para reabrir o espaço, tivemos que fazer novos investimentos para cumprir os requisitos sanitários mínimos exigidos por lei para evitar a propagação da doença”.

### Sem festas de romaria e outros eventos

Conforme Alcides Fernandes, com a chegada da pande-

mia, deixou de haver grandes movimentações por altura das festas de romarias, nomeadamente a festa de 13 de Maio na Assomada, São Salvador do Mundo nos Picos, Nha Santa Catarina, Nossa Senhora da Graça, Nhu Santo Amaro, entre outras, assim como casamentos, baptizados e crismas.

“Normalmente, são esses eventos que dinamizam as

barbearias, mas por questões sanitárias deixaram de ser como antes”.

O jovem barbeiro avança que antes da covid-19, sobretudo nas época festivas e das férias dos emigrantes, facturava cerca dois mil escudos por dia, mas agora nem consegue metade.

“O que conseguimos não está a dar nem para pagar a renda do espaço e electricidade todos os

meses. Estamos a lutar para sobreviver e esperar dias melhores pelo menos até final deste ano”.

Por seu turno, António Pedro Carvalho, “Jite”, proprietário de um bar e espaço de jogos também na Assomada, diz que tem feito bastante sacrificado para manter as portas abertas, na expectativa de que esta fase difícil passe logo.

“O meu negócio está prati-





Bela



Aldino Pereira

camente parado há um ano. Depois do levantamento das restrições impostas durante o período do Estado de Emergência e de contingência, tive autorização apenas para reabrir a parte do bar, mas tem tido pouca afluência. A parte de jogos de matraquilhos, um dos sectores mais rentáveis, continua fechado”.

Jite avança que pediu aos responsáveis da Câmara Municipal e autoridades sanitárias para visitarem o seu espaço para verem o que é preciso fazer para criar as condições necessárias, mas até isso não aconteceu.

“Estou a sofrer a minha dor. Tenho dívidas de energia e água acumuladas por pagar. Tive que negociar com a Electra para pagar as facturas por prestações. Caso contrário, não seria possível, uma vez o que estamos a facturar não dá para cobrir as despesas.

A cada dia que passa, o espaço está a degradar-se porque já não tenho recursos para fazer a manutenção. Além disso, para complicar ainda mais a minha situação, durante todo esse tempo, tive que pagar os impostos às Finanças”.

### Sector de restauração

O sector da restauração e hotelaria no concelho de Santa Catarina também atravessa momentos difíceis desde a chegada da pandemia. O proprietário do restaurante e pensão Pingo Pingo, “Bela”, diz que, à semelhança de outros colegas na região Santiago Norte, particularmente o seu negócio foi muito afectado.

“Praticamente fui dos pri-

meiros a fechar as portas com a declaração do Estado de Emergência e quarentena obrigatória. Depois da retoma, tive que voltar a encerrar porque uma das funcionárias apanhou o coronavírus e durante todo esse tempo, mesmo sem facturar, tive que honrar os compromissos como os nossos colaboradores”.

Conforme Bela, o serviço de aluguer de quartos caiu bastante.

### Sem ajuda do Governo

“Sem turistas e emigrantes o movimento foi praticamente nulo. O governo prometeu ajudas e juros a 3% mas não passou de promessas. Fizemos os documentos exigidos na Pro-Empresa, mas não recebemos nada”, lamenta.

Para manter o negócio de pé e não despedir os funcionários, Bela avança que contou, por um lado, com a colaboração do proprietário do prédio que lhe perdeu cinco meses de renda.

“Pago 120 mil escudos de renda mensais e como já tenho 10 anos ali, em reconhecimento, ele isentou-me cinco meses e isso ajudou-me bastante”, explicou.

Por outro lado, Bela diz que teve que apostar em outras actividades, nomeadamente compra de hortícolas na ilha do Fogo para revender na ilha de Santiago, particularmente em Santa Catarina.

“Se fosse apenas pelos serviços de bar e restaurante já teria fechado as portas há muito tempo, porque não dava para manter os funcionários e sustentar a minha família”.

### Impacto no turismo

O sector do turismo é um dos que foi mais afectados pela covid-19. Alguns dos operadores tiveram mesmo que suspender as suas actividades. Outras tiveram que se readaptar e capacitar os seus colaboradores para a nova realidade.

Aldino Pereira, um dos sócio-gerente da “Rural Tours” (Agência de Guias Turísticos), diz que o negócio da empresa foi duramente afectado pela covid-19.

“A chegada do vírus ao nosso país coincidiu com o momento em que tínhamos mais reservas na nossa plataforma online desde a criação da nossa empresa. No espaço de uma semana tivemos cancelamentos que, meses depois, forçaram-nos a despedir dois dos nossos colaboradores, visando reduzir os custos de funcionamento”, aponta.

Segundo Aldino, durante este período em que o turismo esteve hibernado, aproveitou para capacitar e qualificar os seus colaboradores através de acções realizadas pelo Ministério do Turismo para a mitigação do impacto da covid-19 no turismo.

### Perspectiva para a retoma

No que tange à retoma do turismo, Aldino Pereira diz que ele e os seus pares estão esperançosos.

“Cosnta que a retoma vai ser lenta e os clientes optarão por locais com menos aglomeração possível. Neste caso, uma das opções será o turismo rural que é o nosso segmento. Para isso estamos a desenhar novos pacotes com foco nas experiências rurais levando em conta a segurança sanitária”, sublinha.

Tarrafal

## Turismo nacional foi a chave para sobreviver

Maurícia Vaz, proprietária do restaurante e pensão Sol e Luna, no concelho de Tarrafal, revelou ao A NAÇÃO que, para salvar o seu negócio, teve que usar muita criatividade. No seu caso, a estratégia foi atrair turistas nacionais.

“Decidi organizar algumas actividades e lançar pacotes promocionais, sobretudo aos fins-de-semana, para trazer mais nacionais para o Tarrafal. Antes, os nossos potenciais clientes eram os turistas estrangeiros, mas, com a pandemia, vimos uma oportunidade para apostar no turismo local. Até agora tem dado certo”.

Conforme Maurícia, o movimento ainda está aquém do desejado.

“A taxa de ocupação

está abaixo de 50% (por cento) e a maior movimentação é aos fins-de-semana. Antes da pandemia, a movimentação era durante a semana toda porque havia muitos turistas no concelho”.

Apesar do período difícil, Maurícia diz que fez um esforço para não despedir nenhum funcionário.

“Durante a quarentena, os funcionários foram para casa, mas depois voltei a chamá-los, à medida que a movimentação foi crescendo. Actualmente todos os 10 funcionários já estão a trabalhar”.

Maurícia diz acreditar que até o final deste ano a situação venha a normalizar-se.

“Com fé em Deus haveremos de ultrapassar este momento”, conclui.

SM



Maurícia Vaz

Paulino Dias, economista

# Pior crise de sempre desde a Independência Nacional



Numa análise realista sobre os impactos económicos e sociais da pandemia da covid-19, no país, o economista Paulino Dias diz que enfrentamos a pior crise “de sempre”, desde 1975. Uma crise que veio pôr a nu a “crescente” discrepância de condições de vida entre a população. E alerta para tempos ainda difíceis no futuro, como o possível aumento do desemprego, aumento da pobreza, devido à combinação entre o atraso na recuperação do turismo e do facto de o Estado já dar “mostras” de não ter mais recursos para sustentar as medidas de mitigação. Depois da pandemia, alerta, virá a crise da dívida pública.

Gisela Coelho

**P**ara Paulino Dias, não há dúvidas que a covid-19 está a ser a “pior” crise “sanitária, económica e social”, que Cabo Verde já enfrentou, desde a “Independência”, em 1975.

“A nível macro, a quase paralisação de sectores importantes, com enfoque no turismo, provocou – e continuará ainda a provocar por algum tempo – uma série de eventos sistémicos em cadeia com impacto nos níveis de emprego e rendimento das famílias, nas receitas do Estado, na balança comercial, entre outros parâmetros, conduzindo à maior retração do PIB (Produto Interno Bruto) da história recente do país”, começa por analisar este especialista, em entrevista ao A NAÇÃO.

A nível micro, esta pandemia, alerta também, afecta, de modo particular, “o nível de confiança e os processos de decisão de todos os agentes económicos” – sejam eles investidores, traba-

lhadores, clientes, fornecedores, decisores públicos, etc. -, sendo, contudo, o impacto futuro destas alterações ainda uma “grande incógnita”.

Instado sobre a análise que faz das medidas implementadas pelo Governo, se foram eficientes, ou meramente paliativas, o nosso entrevistado responde que o Governo fez o que era “possível fazer”, num “contexto de crise sistémica profunda e abrangente”, o que exigia respostas rápidas sem se ter todas as informações desejáveis.

“Ainda mais com espaço de manobra muito limitado pelos níveis já elevados da dívida pública que Cabo Verde já possuía antes da pandemia. Ninguém tinha um “manual” de como lidar com uma crise desta magnitude. Nem tem ainda”, alerta.

Se atentarmos à “frente” económica, Paulino Dias observa que ao procurar “proteger” o emprego e o rendimento das famí-



# Acentuada discrepância entre ricos e pobres

Instado pelo A NAÇÃO analisar as fragilidades que a pandemia veio por a nu em relação ao perfil de desenvolvimento económico de Cabo Verde, Paulino Dias vai directo à “primeira” fragilidade – que, do seu ponto de vista, não estava propriamente “escondida” para quem quisesse ver. Ou seja, a “excessiva dependência estrutural” da economia do Turismo, que já representava 25% do PIB, sendo que em ilhas como o Sal e a Boavista esta percentagem é muito maior.

“Várias pessoas vinham alertando para este risco, tendo em conta que o turismo é uma indústria extremamente sensível”, pontuou.

A segunda fragilidade revelada, diz, é a “crescente discrepância” de condições de vida entre a população. “Esta crise não está a ser igual para todos: afeta de forma muito mais dramática a população de baixa renda, empregada no setor informal da economia e/ou nos setores que dependem direta

e indiretamente do turismo. Há uma franja substancial da população que, não obstante os ganhos decorrentes do crescimento contínuo da economia desde a independência e das várias políticas adotadas ao longo do tempo, continua absolutamente vulnerável, o que requer de todos nós uma reflexão profunda sobre o papel do Estado e a distribuição justa destes ganhos”.

A terceira, e última fragilidade, constatada por Paulino Dias é a “insuficiente capacidade” do sistema de saúde cabo-verdiano, em lidar com uma crise sanitária de “maior” magnitude.

“Os nossos profissionais de saúde estão a ser incansáveis – verdadeiros heróis – no combate a esta pandemia que, felizmente, não atingiu aqui as proporções que terá tido em outras regiões do mundo”. Mas, para finalizar, chama a atenção, que “se as coisas piorassem”, a “nossa capacidade de resposta suscita preocupações”, e o cenário podia ser pior. GC



lias, o Governo “suavizou (ou ao menos atrasou)” o impacto sócio-económico da pandemia.

## Gestão operacional

Já na “frente” sanitária faz também um balanço “globalmente positivo”, das medidas implementadas. Porém, explica que houve aspetos ligados à gestão operacional da implementação das medidas que, a seu ver, poderiam ter sido diferentes.

“Houve alguma lentidão inicial em fazer chegar o rendimento às pessoas. Alguns grupos – sobretudo no setor informal da economia - ficaram desprotegidos”. Outrossim, menos positivo foram aquilo a que chama de “tendências”, como afirma, “absolutamente dispensáveis”, de “partidarização das medidas no contexto das eleições autárquicas e agora legislativas, bem como “alguma distorção na priorização de despesas públicas” neste contexto, “por exemplo, a nível de viagens dos próprios membros do executivo”.

Junta-se ainda a esta lista, “alguma letargia na obtenção das vacinas e no arranque do processo de vacinação”, especialmente em comparação com outros países de “estrutura similar”.

## Pressão do lay off no INPS

Questionado ainda, como economista, como examina o encargo/pressão que o layoff veio colocar ao INPS, se pode ou não, perigar a sustentabilidade financeira deste, Paulino Dias desdramatiza e diz que lhe parece “um bocado forçado”, dizer que o encargo com o layoff, “nesse contexto”, periga essa sustentabilidade e explica porquê.

“A sustentabilidade financeira do INPS no tempo é determinada pelo nível de recursos que recebe (que, por seu lado, depende sobretudo do nível de emprego formal na economia), pelo nível dos seus encargos correntes (o que gasta com pagamento de pensões, apoio médico-medica-mentoso, subsídios e despesas de funcionamento) e pela sua política de aplicação dos seus recursos excedentários (investimentos)”.

Segundo dados do INPS, de 27 de Março a 15 de Outubro de 2020 o Instituto tinha pago cerca de 1,15 milhões de contos, referentes a prestações relacionadas com as medidas de mitigação da COVID-19 (incluindo participação em layoff, subsídios de desemprego e outros). Este montante, esclarece Paulino Dias, equivale a cerca de 1,2%

do total dos ativos do INPS registados em 2019 (fonte: <https://www.inps.cv/download/relatorio-de-contas-2019/>).

Perante este contexto, Paulino Dias prefere acreditar que o INPS está a “cumprir, também,” a sua função de entidade de proteção social num contexto de crise.

Instado igualmente sobre se tendo em conta o contexto actual económico do país, devido à pandemia, o Governo arriscou, ou não, demais, ao conceder uma série de novos avales à TACV/CVA, este economista não tem dúvida que “arriscou, certamente”. E elucida que, “quando um Governo concede um aval a uma empresa, está a chamar a si o risco intrínseco da operação: se a empresa não puder pagar o empréstimo, deverá ser o Estado a fazê-lo”.

Por isso, do seu ponto de vista, a questão “fundamental” é se o Governo “quer, e está preparado politicamente para a decisão alternativa, que seria o encerramento da empresa?” Uma decisão que “não é fácil”, admite e sobre a qual diz, “infelizmente”, não ter ainda uma posição “fechada” sobre o assunto. “De todo o modo, tendo já concedido tantos avales, penso que seria de todo desejável que o Estado ti-

vesse mais poder de decisão efetiva dentro da empresa”.

## Crise da dívida

Quanto à escalada da dívida pública, inflacionada naturalmente também pelos avales à TACV/CVA, o nosso entrevistado lembra que Cabo Verde já era, antes da covid-19, uma das 10 economias mais endividadas do mundo e que o seu aumento não deixa de ser “preocupante” (ver xxx).

Nesse contexto, alerta também que, depois da crise da pandemia, teremos que enfrentar uma outra – a crise da dívida. “Afetará certamente a capacidade de investimento público, elevará a perceção de risco-país (que condiciona o acesso a capital no exterior mesmo para investimentos privados) e pode, por esta via, limitar o crescimento da economia”. A esperança, afirma, é de que, depois da crise, a economia venha “a crescer de forma acelerada, contribuindo também para reduzir o peso da dívida pública em relação ao PIB”.

## Futuro

Sobre o futuro que nos espera, não tem dúvidas que 2021

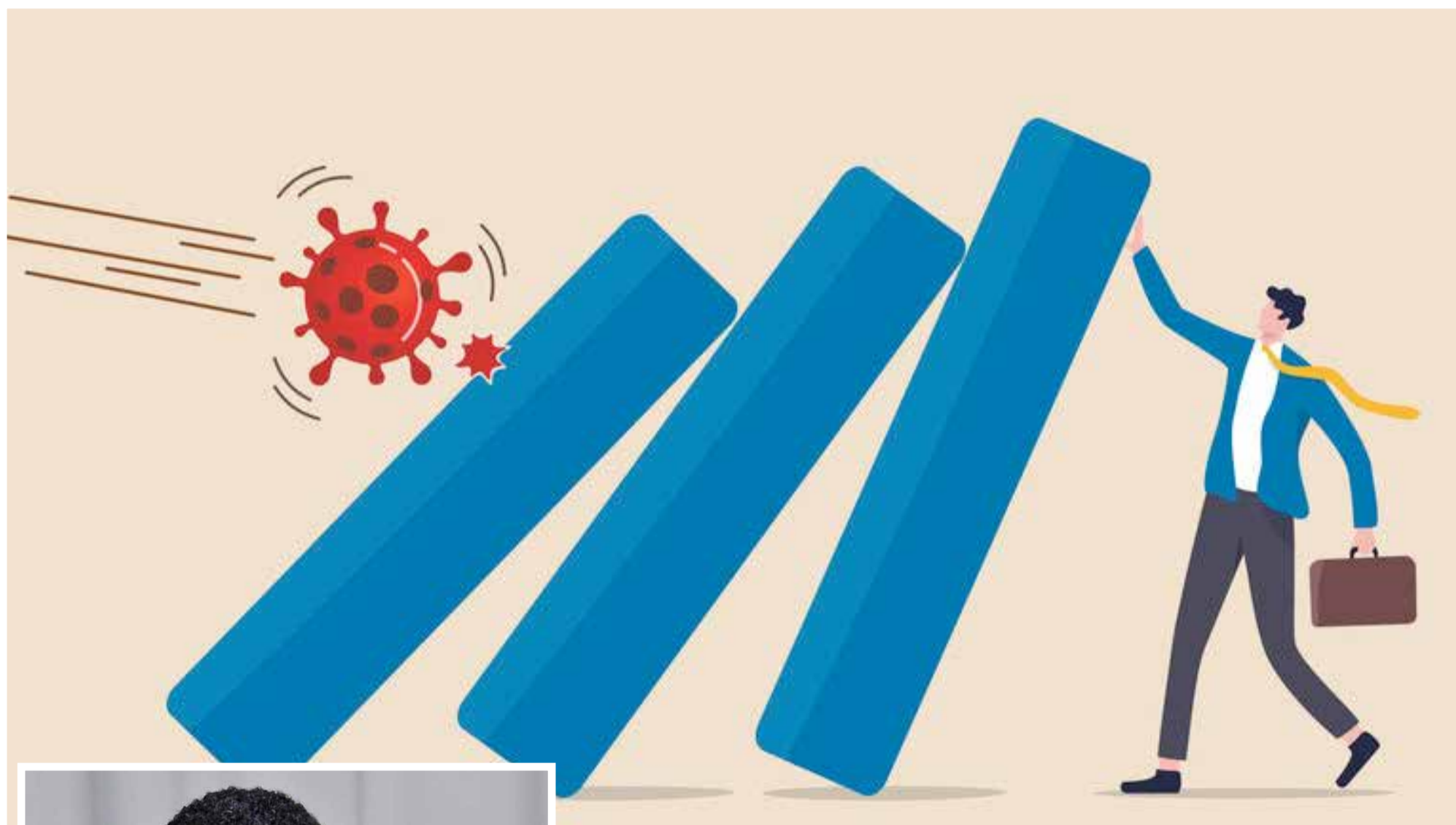
não será um ano fácil para a economia nacional. Isto, porque os efeitos da crise “sentir-se-ão de forma mais acutilante no plano social”, devido à combinação do “atraso na recuperação do turismo (apesar dos sinais que vão surgindo aqui e ali), com a menor capacidade do Estado em continuar a injetar dinheiro na economia através das medidas de mitigação (layoff, linhas de crédito, subsídios, mecanismos de transferência de renda, etc.)”.

Já a questão da continuidade, ou não do regime especial de layoff, diz que é crítica. “Por um lado, a dinâmica económica ainda não é suficiente para permitir a retoma de atividades por parte das empresas e estas não terão capacidade para manter os empregos caso o layoff não seja renovado. Por outro lado, o Estado já dá mostras de não ter mais recursos para sustentar tais medidas”. Nesse contexto, alerta que o desemprego poderá vir a aumentar ainda mais este ano e, por conseguinte, o rendimento das famílias, o consumo e o investimento. “Contudo, espera-se que 2022 venha a ser um ano melhor em termos de retoma de crescimento económico”, perspectiva.

## SOCIEDADE

José Luís Neves, secretário-geral da Câmara de Comércio de Sotavento

# “Tecido empresarial corre sérios riscos de desmantelar-se”



José Luís Neves

José Luís Neves (JLN), secretário-geral da Câmara do Comércio, Indústria e Serviços de Sotavento (CCS), mostra-se reticente quanto ao futuro das empresas nacionais, sobretudo das micro, pequenas e médias empresas, mas também as do sector do turismo. Alerta que, com a “persistência da crise”, se as medidas adoptadas não forem “reforçadas”, o tecido empresarial nacional “corre sérios riscos de desmantelar-se”.

Gisela Coelho

Segundo informações avançadas pela CCS, ainda há “uma relativa carência de dados e informações” sobre o impacto da crise pandémica na economia e nas empresas. Por isso mesmo, o secretário-geral dessa Câmara, acredita que

“é possível que ainda nem tenhamos a real noção da dimensão do impacto e da devastação económica e social da crise no país”, junto das empresas e das famílias.

Entretanto, diz também, os dados e as informações dispo-

níveis demonstram que o impacto da pandemia na economia cabo-verdiana está a “ser brutal”.

“O Banco de Cabo Verde estima que o Produto Interno Bruto (PIB) caiu 11% em 2020 e o défice orçamental e a dívida pública



dispararam para 11,4% e 145% do PIB, respectivamente. A agência de notação de risco Fitch Ratings é mais pessimista e estima que a recessão económica em Cabo Verde possa ter sido na ordem dos 14%, enquanto que a dívida pública disparou para 154% do PIB”, argumenta.

### “Destruição de cerca de 20 mil empregos”

A juntar a este quadro, José Luís Neves clarifica que, de acordo com as próprias projecções do Governo, a taxa de desemprego deverá subir de 11,3% em 2019 para cerca de 20% em 2020, levando à “destruição de cerca de 20 mil empregos”.

Dados que também reforçam esse impacto é que “o crédito à economia caiu em torno dos 2,1 pontos percentuais (p.p), o sector primário deverá contribuir com 0,0 p.p para o crescimento, o sector secundário com 0,2 p.p. Já o sector terciário deverá cair - 4,2 p.p, com o sector dos transportes a perder - 3,1 p.p e o sector do alojamento e da restauração a perder - 1,9 p.p.”

A CCS avança que “todos” os sectores foram “fortemente afectados”, de forma directa ou indirecta, pela pandemia. Pois, a economia cabo-verdiana depende “essencialmente” do turismo, que representa cerca de 23% do PIB e é responsável, aproximadamente, por cerca de 50% dos empregos.

“Os dados disponíveis demonstram que os impactos têm sido devastadores no principal sector da economia, com efeitos extremamente nefastos sobre todos os sectores conexos.

A procura turística caiu na ordem dos 500 mil turistas em 2020 (cerca de 60%) e redução das receitas correspondentes em torno dos 28.017 milhões de ECV (cerca de 65%).

Em termos mais específicos, a queda do tráfego aéreo e do movimento de passageiros chegou a aproximar-se dos 100% entre Abril e Maio de 2020 (99,5% e 98,6%, respetivamente)”, quantifica.

### Riscos de desmantelamento

No que tange às empresas do sector do turismo, segundo aquela fonte, os dados demonstram que a queda no volume de negócios foi - 50,6% no 2º trimestre de 2020, em termos homólogos, tendo o ramo do serviço de alojamento e restauração registado uma diminuição de 94,4%, dos transportes em -69,3% e do comércio -38,9%.

“Nas ilhas do Sal e da Boa Vista a situação é desoladora. A devastação económica e social, a destruição de empregos e dos rendimentos das famílias é enorme”, sublinha.

Sobre as medidas de impacto adoptadas pelo Governo, que “foram sendo ajustadas ao longo do ano de 2020, umas prorrogadas e outras actualizadas”, em função da evolução da crise, JLN explica que, na “globalidade”, os empresários nacionais consideram que “foram adequadas, não obstante terem apontado enormes constrangimentos” na sua operacionalização.

“O que gerou muitas dificuldades no acesso aos benefícios por parte das empresas, também por causa de um conjunto de restrições impostas pelo Governo, para que as empresas pudessem aceder às medidas e aos benefícios”.

### Reforço das medidas

Neste contexto, alerta que o problema é que com a “persistência da crise”, se as medidas adotadas não forem “reforçadas”, o tecido empresarial nacional “corre sérios riscos de desmantelar-se”.

Nesse sentido, o secretário-geral da CCS defende que é preciso “reforçar” as medidas em curso e adotar novas medidas. “Porque, caso contrário, a devastação económica e social, sobre as empresas, os empregos e os rendimentos das famílias será catastrófica nos próximos tempos”.

JLN esclarece que, no entanto, a CCS tem informações que algumas empresas associadas dessa agremiação “fecharam

portas e, conseqüentemente, despediram os trabalhadores”.

### Desafios

Instado sobre quais são os principais desafios e oportunidades criadas pela pandemia, para o país e as empresas, JLN, começa por elencar o desafio sanitário:

“Consideramos que o controlo da pandemia é um pré-requisito para a retoma da dinâmica económica. Temos o desafio de assegurar a vacinação e a imunização da população, o mais breve possível, como condição indispensável para a retoma do principal sector da economia nacional que é o turismo”,

Isto, porque, como defende, é “preciso garantir a segurança sanitária, de modo a construir confiança junto dos mercados emissores de turistas e dos operadores”. Depois, surge o desafio do relançamento da economia e recuperação da dinâmica económica.

E para isso, alerta, “é fundamental construirmos um plano de recuperação consistente, no qual, um dos eixos fundamentais deverá passar pela redinamização da actividade empresarial, com foco na recuperação dos empregos e dos rendimentos”.

Na óptica deste entrevistado do A NAÇÃO, esta crise e os impactos devastadores sobre a economia, as empresas, os empregos e os rendimentos das famílias, tornou mais premente a necessidade de se repensar o modelo de crescimento e de desenvolvimento, ancorado no turismo essencialmente all inclusive, com pouca conexão à economia local.

“É hora de apostarmos na diversificação da economia e do turismo e na economia digital, alargar e diversificar a nossa base produtiva e melhorar o ambiente de negócios”, alerta também.

Actualmente, a CCS conta com cerca de 480 associados, no pleno gozo dos seus direitos e são empresas multisectoriais, com enfoque no sector do comércio.

## CCS propõe novas medidas para salvar tecido empresarial

Um ano depois do despoletar da crise pandémica, José Luís Neves defende que se torna “necessária e premente” a adopção de uma “nova geração” de medidas de apoio às empresas que, sem descuidar a vertente da mitigação dos efeitos, vise “essencialmente a salvação do tecido empresarial nacional”.

Perante tal quadro, argumenta, a Câmara de Comércio de Sotaventos (CCS) acabou de formular ao Governo novas propostas com vista a ajudar as empresas, solicitando atenção especial à do sector turístico, particularmente no Sal e Boa Vista.

“Nomeadamente, no acesso a financiamento a fundo perdido em pelo menos 50% e financiamento sem custos para as empresas, isto é, com juros bonificados e garantias a 100%; num verdadeiro choque fiscal, através do qual o Governo isenta e/ou, reduz, prorroga, suspende todos os impostos e taxas que o espaço fiscal lhe permite fazer e devolve impostos às empresas e às famílias em prazos úteis”.

Outras das propostas, prendem-se com a “prorrogação das moratórias de crédito, da asunção dos custos bancários inerentes às moratórias pelo Governo, com efeitos retroativos ao início da pandemia; com o pagamento imediato de todas as dívidas do Estado às empresas; e através do reforço das medidas de apoio ao emprego (lay-off simplificado, subsídio de desemprego, medidas de apoio à contratação)”.

Em relação aos custos de factores de produção das empresas, a CCS sugere que o Estado passe a assumir “50% das despesas incorridas pelas empresas com água, electricidade, no exercício de 2020 e 2021, ou então aplicando a moratória de pagamento das facturas sem juros acrescidos”.

A CCS defende ainda que, para além do foco na melhoria do ambiente de negócios, se deve colocar um grande enfoque nos programas de assistência técnica às empresas para o pós-pandemia.

“Sobretudo para as micro, pequenas e médias empresas, que incluem um diagnóstico exaustivo da situação actual, a capacitação empresarial, a formalização das empresas, a criação de planos de reestruturação empresarial, de recuperação dos negócios e de relançamento da actividade nos pós pandemia, ligado à possibilidade de acesso a uma linha de crédito especificamente criada para o efeito”.

Não menos importante, a CCS chama a atenção também para a necessidade de o Governo analisar a situação financeira, e de endividamento das empresas estratégicas do país, “junto do mercado financeiro, tanto do sector empresarial do Estado como do setor empresarial privado”, com o objectivo de “encontrar uma solução equilibrada de saneamento financeiro das empresas em situação de endividamento excessivo e de inadimplência.” GC

# Pandemia deixa sector empresarial de Barlavento numa situação preocupante e imprevisível



A covid-19 deixou o sector empresarial na região de Barlavento numa situação preocupante e imprevisível. A afirmação é do presidente da Câmara de Comércio de Barlavento, que aponta o sector turístico como o mais afectado e define como prioridade a salvação das empresas e a protecção dos postos de trabalho. Para Jorge Maurício, as medidas de apoio do Governo tiveram efeito, mas não o desejado, pelo que resta aguardar que a chegada das vacinas ao país, seja um bom prenúncio para a melhoria da situação.

Jason Fortes

“**D**e uma forma geral, o rombo no sector empresarial está a ser enorme e catastrófico porque ainda não parou”, afirma o presidente da Câmara de Comércio de Barlavento (CCB), Jorge Maurício, em declarações ao jornal A NAÇÃO.

“A situação das empresas e dos empresários continua preocupante e cada vez mais eles têm menos capacidades financeiras para dar uma resposta efectiva. Todos os dias, a situação torna-se imprevisível.

Portanto a imprevisibilidade acaba por ser, neste momento, a chave e também o tempo”, acrescenta.

Para Jorge Maurício, toda a cadeia de valores ligada ao negócio aeroportuário e do turismo tem sido a mais afectada desde a chegada da pandemia ao país.

Neste sentido, defende que a retoma da economia, quando tiver que acontecer, deverá se iniciar com o turismo, pois trata-se de um sector chave para o país.



“O sector do turismo representa mais de 25% do PIB cabo-verdiano, ou seja, é uma dimensão de facto grande para uma economia diminuta como Cabo Verde, para um quadro empresarial também maioritariamente caracterizado por pequenas e microempresas, com dificuldades, com insuficiências muitas vezes técnicas, mas maioritariamente financeiras”.

Actualmente, a preocupação da Câmara de Comércio de Barlavento está concentrada em dois aspectos, designadamente a salvação das empresas e a protecção dos postos de trabalho.

“Tudo o que possa ser feito de todos os parceiros sociais para salvarmos qualquer tipo de emprego, para proteger os postos de trabalho, estaremos a incentivar e a criar também soluções, apresentar soluções para o bem da nossa comunidade empresarial”, explica Jorge Maurício.

### Medidas do Governo não tiveram o efeito desejado

Já prevenido o impacto da covid-19 na economia nacional, o Governo tomou, em Março de 2020, um conjunto de medidas para apoiar as empresas e aumentar assim a sua liquidez.

Entre as medidas constavam a criação de linhas de crédito e de garantias, algumas medidas fiscais, bem como medidas relativas ao mercado de trabalho e protecção social.

Jorge Maurício revela que as medidas adoptadas pelo Governo têm surtido efeito, mas não o desejável, tendo em conta a dimensão do “rombo”, que a cada dia cresce mais.

“As medidas devem ser ajustadas no dia-a-dia, porque uma medida que outrora foi eficaz, hoje pode não sê-lo. Apesar de insuficientes, foram medidas assertivas, discutidas e aprovadas no seio da concertação social onde as câmaras de co-

mércio tiveram uma contribuição fundamental e que foram bem recebidas pelo Governo, que soube consubstanciar as propostas em ferramentas económicas em tempo útil”, acrescenta.

### Vacinação aumenta esperança

Apesar da situação pouco animadora do sector empresarial na região de Barlavento e não só, o presidente da CCB diz-se esperançoso quanto à melhoria da situação, tendo em conta a chegada das vacinas ao país.

“Com o início da vacinação já a 19 de Março, já se consegue vislumbrar uma expectativa mais animadora. Também, com a nova meta imposta pelo Governo de que até o final do ano termos cerca de 70% da população vacinada, já é um sinal animador e dá uma ideia de que poderemos de forma mais rápida fazer a retoma económica”.

O presidente da CCB defende um processo de vacinação que abranja a maior parte da população para também proteger, não só os turistas que passam por Cabo Verde, mas também a população local.

“Se não for assim, não conseguiremos dar uma resposta efectiva e ter uma capacidade de serviço e uma capacidade produtiva à altura daquilo que nos é exigido com a reabertura dos mercados europeus, principalmente o mercado emissor de turistas para Cabo Verde, que é essencialmente europeu”, conclui.

Jorge Maurício frisa que, nesta fase, todos devem estar focados num único aspecto, que é ajudar as empresas e a sociedade, bem como os empresários e as famílias de forma transversal, numa perspectiva de equilíbrio social, económico e sanitário, para estarem melhor preparados para uma resposta efectiva.



Jorge Maurício

PUB

**A Nação**  
JORNAL INDEPENDENTE  
Cabo Verde

**O seu mediador de confiança**

www.anacao.cv

#juntosnaprevenção #ficaemcasa

anacaocaboverde



## SOCIEDADE

Dionísio Simões, presidente das Aldeias SOS

# É preciso aumentar a resiliência das famílias e diversificar o foco de investimento



Durante a pandemia da covid-19 ficou patente que o problema habitacional precisa ser incluído na agenda pública, assim como a educação das famílias para a resiliência financeira. O desenvolvimento centrado no turismo trouxe consequências graves em ilhas cuja máquina financeira depende do sector. Estas são algumas conclusões a que se chega após um ano de covid e pontos que devem ser repensados, de acordo com Dionísio Simões Pereira, director nacional das Aldeias SOS Cabo Verde.

Natalina Andrade

**A** pandemia trouxe à luz do dia várias realidades sociais que se apresentavam um pouco encobertas, nomeadamente em relação a habitação”, diz Dionísio Simões Pereira, numa análise das principais sequelas sociais que vão sendo deixadas pelo vírus da covid-19.

“Diante das recomendações que foram feitas e num determinado momento, quando as pessoas foram exortadas a permanecerem nas suas residências, ficou patente que para muitas famílias suas salas de visita eram a rua”, observa a nossa fonte.

E continua: “Em algumas ocasiões, agentes policiais, querendo manter as pessoas em casa, foram confrontados com esse tipo de situação em que a família ajeita-se à noite, mas durante o dia não há espaço para estar no interior da habitação”.

Para Simões Pereira, uma lição deve ser tirada e medidas precisam ser implementadas para a melhoria das condições de vida. “O lado habitacional vai ter de entrar na agenda pública. Não é aceitável que depois de tantos anos depois da independência continuemos a ter agregados familiares de cinco, sete



peças a viver em espaços de menos de 50 m<sup>2</sup>”, aponta.

A concentração de investimentos no turismo deixou rasto de miséria e colocou milhares de famílias em situação de grande vulnerabilidade. Ilhas consideradas turísticas, como Sal e Boa Vista, onde a principal fonte de rendimento advém do turismo e toda a economia à volta dela, são hoje a prova de que o foco nos sectores de investimento também deve ser reorganizado.

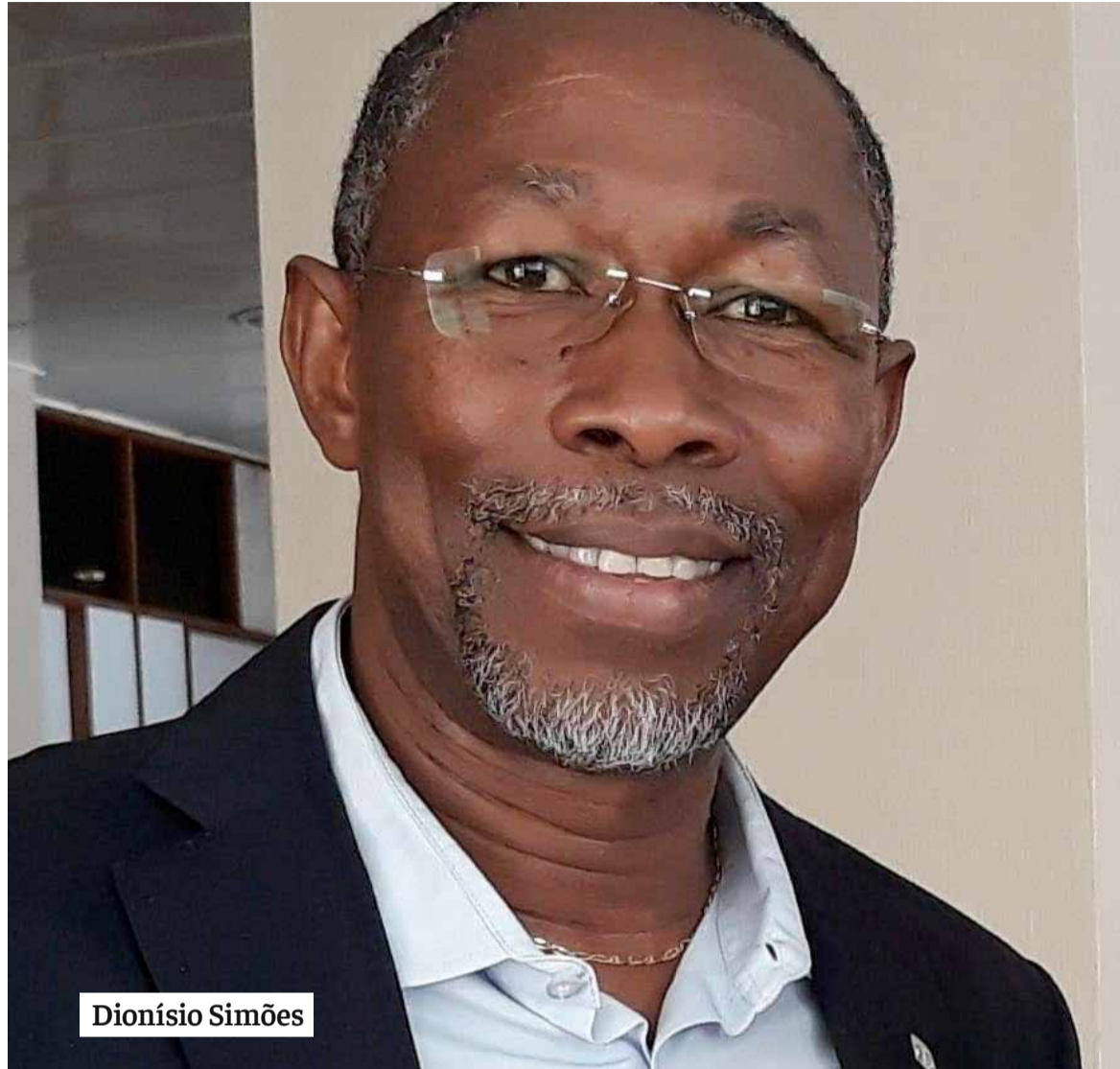
“Não se pode colocar todos os ovos no mesmo cesto, pois no dia em que o cesto cair corremos sérios riscos. Nós colocamos demasiado esforço e estratégia a nível do turismo”, considera.

### Resiliência e educação alimentar

Educar as famílias para a resiliência económica e alimentar é outro factor chave apontado por Dionísio Simões Pereira, com base numa abordagem a nível da estruturação de qualidade de vida e de condições para uma vida decente.

“As famílias devem ser treinadas para alguma resiliência. Precisamos questionar o que devemos ter feito se uma situação desta natureza se repetir daqui a dois ou três anos”, exorta, apontando o investimento na agricultura urbana e peri-urbana como um caminho a considerar.

Da mesma forma, práticas que evitam o desperdício e fomentem a conservação deve ser visto como um aliado. “Não somos educados a



Dionísio Simões

desidratado couve, repolho e outros alimentos e que depois podem ser colocados de molho e cozinhados”, exemplifica.

Segundo diz este entrevistado ao A NAÇÃO, as pessoas precisam ser educadas para a diversificação e equilíbrio da dieta alimentar. “Lembramo-nos do peixe seco no período das cinzas, mas é um produto que pode aguentar durante um ano. É preciso trabalhar na preparação das pessoas para defumar o peixe, secar, salgar, e poder utilizar mais tarde”, sublinha.

São alternativas que, em situação de crise, vão subsidiar as famílias e fazer com que não estejam dependentes da ajuda do Governo. “Ao invés de dar uma bolsa com um pouco de arroz, pode ensinar estas famílias a estarem preparadas e ter o essencial para sua alimentação no dia a dia”, explica.

Esta ideia, segundo diz, deve ser aplicada também na questão do emprego, para uma pessoa que não esteja empregado por terceiros possa produzir em casa e ter rendimento de outra forma, sobretudo

nos meios urbanos onde a situação é mais crítica.

### Consequências psicológicas e aumento da violência

As consequências psicológicas desta pandemia, segundo Dionísio Simões Pereira, podem estar a passar ao lado, mas não devem ser ignoradas. Desde o alcoolismo ao aumento da violência doméstica, várias problemáticas devem ser analisadas em consequência da fragili-

dade económica.

“Parecendo que não, quantas famílias estão fragilizadas, tiveram a qualidade de vida prejudicada e, muitas vezes, o equilíbrio da própria estrutura familiar”, questiona.

“Nem toda a gente consegue gerir o estresse provocado por tantas restrições, indefinições e por tantos medos. Muitas das pessoas que se movimentavam intensamente, que tinham uma ocupação de tempo, com rendimento, com tarefas específicas estão neste momento em situação de alcoolismo”, alerta.

Da parte das questões do género, recorda, já veio à baila a tensão criada no seio da família e que acaba desembocando em situação de violência doméstica, resultante das consequências e dos efeitos das limitações impostas pela pandemia.

“Quando se pede para satisfazer certas necessidades que a pessoa não está a conseguir satisfazer, quando um chefe de família, que sustenta e governa a casa, chega a um determinado momento perde essa capacidade, começa a perder a autoridade, se sente encurralado e começa a perder paciência, teremos a violência como consequência”, refere.

Esta violência, segundo diz, pode resultar de um “acto de inconsciência e de impulso” que não soube conter e gerir. Neste caso, o agressor precisa de assistência psicológica, ou estará a ser também ele duplamente violentado.

Para fazer esta análise, sugere, as entidades públicas e organizações devem se juntar e equacionar formas de intervenção, visando encontrar soluções para os casos mais graves.

PUB

**A Nação**  
JORNAL INDEPENDENTE  
Cabo Verde



Marcando a diferença  
desde Setembro de 2007

Telefone: + 238 260 26 90 (PBX)  
E-mail: [jornal.anacao.cv@gmail.com](mailto:jornal.anacao.cv@gmail.com)  
[www.anacao.cv](http://www.anacao.cv)



## CULTURA

Um ano da pandemia

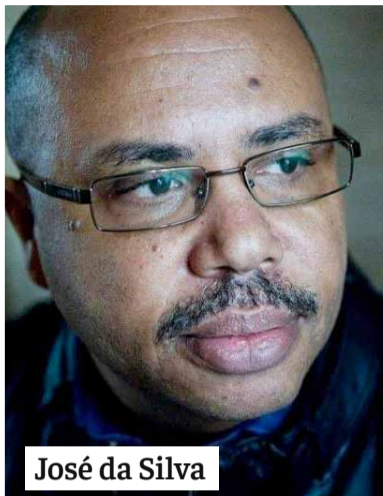
## Agentes culturais esperançosos na retoma



José Lima



Aderson Soares



José da Silva



Fatu Djakitê



Gilson Lima

**A**pós um ano da suspensão de shows e eventos, o sector da cultura ainda vive um momento de flexibilizações. Ainda não há data para a retoma das actividades. São vários artistas e técnicos parados por causa da pandemia.

José Lima, da empresa Cabo-Som, é uma desses operadores. Diz que não conseguiu trabalhar durante todo o ano. Ele e os seus colaboradores viram as suas receitas caírem e tiveram que recorrer a empréstimos para pagar as despesas e os funcionários.

“Estamos no vermelho. Tivemos que pedir acesso a algum crédito bancário para colocar os trabalhadores em regime lay off mas nesse momento o que temos são prejuízos acumulados”, lamenta.

Aderson Soares, ou Detxa, da DEventos em São Vicente, é um produtor que trabalha com eventos de massa e emprega várias colaboradoras. Sem renda desde o início da pandemia, diz já não saber até quando aguentar sem declarar falência. A solução, conforme Detxa, está na retoma de eventos, o que só será possível quando as pessoas forem vacinadas.

“Ao garantirmos a imunidade de grupo penso que podemos voltar a trabalhar. As pessoas estão com saudades desses tipos de eventos e acredito que quando regressarmos vai ser muito bom, vai ter muita pro-

Parados há um ano, artistas e produtores de eventos acreditam que o sector vai renascer com a retoma pós-pandemia. Neste momento, a esperança centra-se em alternativas para fazer frente a actual conjuntura. Até que o quadro se normalize a cantora Fatu propõe espectáculos com mais de 100 pessoas.

Criselene Brito

cura”, perspectiva o produtor, que garante estar a preparar eventos para atrair as pessoas, pós pandemia.

O produtor musical José da Silva, conhecido como Djô da Silva, reitera a ideia de que os espectáculos pós-pandemia conquistarão um bom público e “tudo será igual” o que é bom para a economia e para os músicos que tem perdido muito em direitos autorais.

“Os artistas que eu agencio estão sendo muito prejudicados em termos de direitos autorais, porque está ligada aos espectáculos e quanto menos espectáculos menos direitos têm. O dinheiro que estão a receber é metade, ou menos de metade, do que estão acostumados”, observa Djô.

## De cantora a padeira

Muitos tiveram que se adaptar para sobreviver ao período. A cantora Fatu Djakitê, que costumava actuar em vários espectáculos, nacionais e internacionais, teve que se reinventar e literalmente “pôr as mãos

na massa”. Aprendeu a fazer pão como uma das formas de sustentar a família.

“Tivemos ajuda de amigos e familiares, continuei a trabalhar no estúdio de gravação sem renda, aprendi a fazer pão para vender e consegui levar este ano sem nenhum tipo de dívidas. Digo que está sendo uma luta que constituiu um aprendizado em sabermos lidar com os recursos que nós temos”, desabafa Djakitê, acrescentando que já começou a aparecer em pequenos shows nos quais ela conseguiu actuar e as esperanças estão depositadas no regresso aos palcos.

O produtor de eventos Gilson Lima, gerente da Cockpit, trabalhava com o aluguer de palco, material de som, restauração, catering, entre outros, na cidade da Praia, é outro exemplo de resiliência. Actualmente, está a investir na hidroponia, sistema de produzir hortícolas sem utilizar terra, apenas água, como forma de obter renda e honrar os compromissos.

“Depois da pandemia ficamos sem renda, então, resolve-

mos apostar nesta área. Estamos a arranjar parcerias novas e a montar uma empresa que neste momento prepara-se para empregar oito pessoas e inserir produtos no mercado”, conta Gilson.

## Soluções

Fatu Djakitê propõe a realização de shows com mais de 100 pessoas num único espaço. “Se lá fora é possível fazer shows, aqui também. O que falta é pesquisar e encontrar a melhor forma de fazê-los. 1h30 de espectáculo, as pessoas irem de máscara, mais de 100 pessoas num espaço é exequível, sim”, sentencia a cantora.

José Lima sugere formas de aliviar as empresas neste momento, ao afirmar que “poderiam adiar os pagamentos de INPS e desburocratizar um pouco mais o acesso a créditos bancários.”

Já Gilson Lima e Detxa consideram que a solução no momento é reinventarem-se e esperar pela vacina.

Djô da Silva avalia a questão

da vacina e diz que ela não irá resolver, de imediato, o problema com os shows internacionais.

“Será complicado a retoma de eventos internacionais porque nem todos os países vão imunizar-se ao mesmo tempo. Esses estão com níveis diferentes de vacinação, então se eu tenho um artista que vai fazer uma turnê na Europa ficará difícil. Penso que uma retoma a 100% só irá acontecer depois da imunização completa”, perspectiva Djô da Silva.

## Um ano sem aglomerações

O sector cultural ficou marcado, nesse um pandémico, por várias restrições, por isso não faltaram manifestações onde os agentes do sector acusaram o governo de os ter abandonado, com prejuízos e sem data prevista para a retoma de actividades.

Houve momentos de flexibilização, como a possibilidade da realização de eventos à volta das apresentações musicais ao vivo em bares, salas de teatros abertos com lotação máxima de 100 pessoas, que deram certo alívio ao cenário. Mas, mesmo assim, o sector ainda amarga os prejuízos da paralisação e a esperança centra-se na retoma das actividades. A esperança é que, com a vacinação em massa, o país volte à normalidade e a cultura volte aos palcos para a alegria dos cabo-verdianos. ✎



# Produção de livros ressentente-se da covid-19



A chegada da covid-19 ao país, em Março do ano passado, desestabilizou por completo o ramo editorial, quebrando a dinâmica que se vinha verificando nos últimos anos a esta parte. Mesmo com a pandemia, a Rosa de Porcelana conseguiu publicar, ao longo de 2020, dez títulos, embora sem poder explorar os efeitos dos lançamentos que normalmente cada nova obra exige.

A distribuição e a circulação de livros, assim como a disponibilidade dos parceiros em participar no patrocínio editorial estiveram comprometidos, o que, segundo Márcia Souto, administradora da Rosa de Porcelana, impactou negativamente a sustentabilidade da dinâmica da editora.

“Naturalmente que ficámos muito condicionados pela pandemia, em especial pelos sucessivos estados de emergência tanto em Cabo Verde como em Portugal, mercados

Um ano após a chegada da covid-19 a Cabo Verde, os efeitos são ainda sentidos em várias áreas. No ramo cultural, em específico no da produção de livros, as editoras e livrarias recordam-se de um ano “para esquecer”. A Rosa de Porcelana e a Pedro Cardoso, as que mais se têm destacado no domínio da produção editorial, sofreram impactos negativos, mas vêem no fim do túnel uma luz, mesmo que fraca ao longo de 2021.

Ricénio Lima

onde operamos de forma mais sistemática. Neste primeiro trimestre de 2021, estamos a carregar os sinais da crise vindo do ano passado, embora não tenhamos parado a edição”, faz saber ao A NAÇÃO.

Várias obras ficaram por lançar devido a pandemia, assegura Márcia Souto, estando livros por lançar na Praia, Mindelo, Lisboa, Paris e Roma, alguns já editados e outros em finalização. São os casos de “Um mar de conflitos”, do historiador Daniel A. Pereira, um volumoso trabalho so-

bre uma das figuras mais controversas do período colonial, António Manuel Martins, ou então a biografia de “Cesária Évora”, da polaca Elzbieta Sieradzinska.

O festival Literatura do Mundo, organizado pela Rosa de Porcelana, na ilha do Sal, foi também cancelado em 2020 e este ano reina a incerteza.

## Pedro Cardoso retoma Leitura

Em situação não muito diferente está também a editora

Pedro Cardoso, que também engloba uma livraria, acentuando as dificuldades económicas em tempos de Covid-19.

A editora e livraria se ressentiram igualmente da pandemia, afectando não só a produção de livros, como também todas as actividades programadas, desde feiras, debates, conferências e suspensão da revista Leitura, segundo conta Mário Silva, administrador da Pedro Cardoso.

Igualmente, livros ficaram por lançar e a livraria Pedro Cardoso também esteve con-

dicionada com a circulação restrita das pessoas e poucas vendas.

## Lançamentos

Apesar dos efeitos negativos de um “ano para esquecer”, a Pedro Cardoso perspectiva 2021 como um ano dinâmico em termos de lançamento de livros. Para este ano, segundo Mário Silva, está em agenda, até agora, o lançamento de pelo menos seis títulos de autores como Tchalê Figueira, Gualberto do Rosário, Osvaldo Lopes da Silva, entre outros.

Para já, a revista Leitura foi retomada ontem, quarta-feira, 17, após a interrupção por motivos de Covid-19. Nesta nona edição, esse periódico escreve sobre a trajectória do ensino liceal em Cabo Verde de 1860 a 1975, tendo a investigadora Adriana Sousa como capa.

Já em relação à Rosa de Porcelana, Márcia Souto reconhece que o ano de 2021 não está perdido, mas que é preciso que haja uma distensão da pandemia, com a imunização de grupo, através da vacinação, para que a luz no fim do túnel deixe de ser tênue.

“Se as condições melhorarem, temos os livros de Clara Silva e Maria de Lourdes, o livro de poemas de Haydeia Avelino Pires, o de história de Daniel A. Pereira, o autobiográfico de António Castro Guerra e o biográfico de Elzbieta sobre Cesária Évora, além dos romances de Carlota de Barros e José Pedro Oliveira, e a antologia poética de Ana Mafalda Leite”, informa aquela fonte.

Ambas as editoras esperam por dias melhores em que a covid-19 deixe de impactar o mundo real e se torne apenas temas de ficção e de livros de história.





Filinto Elísio

Olhares  
de Lisboa

# Flashes

O aconchego puro, mau grado tudo. Diria até inteireza da poesia no amanhecer. Talvez nem chegue a ser inteireza, que é palavra forte; se calhar, apenas Édipo e Esfinge, já sentados à mesma mesa, enquanto fumeja o café, ao pão confeccionado para cada dia e à metafísica bastante de não pensar em nada.

\*

E se, de Caeiro, guardador de rebanhos, nos baixa o santo contemplador, ainda mais em tempo de recolhimento domiciliário, quedo-me, como podem imaginar, com trancas à porta e em modo pastoreio das nuvens. Ter os pés no chão, mesmo que a cabeça nas nuvens. Ei-las, hoje, tão oferecidas na alvura, a fazerem jus à entremeada de março. E a lograr topadas, aqui e ali, da nossa intimidade com a solidão.

\*

Encorajo (deste lugar de escrita que transpira Cidadania) a

candidatura de José Maria Neves à Presidência da República de Cabo Verde. Vejo neste Cidadão (de notável caminhada nas lides e nos embates da Nação) a figura acertada a ser próximo Chefe de Estado. Culto, arguto e sereno - sobretudo apostado na realização do bem comum -, José Maria Neves não tem outra áurea que a de um Cabo Verde sintonizado a este século XXI. Aportando ideias em prol da qualidade da nossa democracia, a sua magistratura presidencial (estou certo que inovadora) estimulará um ambiente geral de desenvolvimento, estribado na sustentabilidade ambiental, na coesão social e na qualidade de vida. O coletivo nacional precisa de um Cidadão com estes predicados...

\*

Há 60 anos começava a luta de libertação nacional das antigas colónias portuguesas, caminho grande. O fenómeno despoletou-se de forma mais contundente em Angola, dir-se-ia que as

independências africanas e a revolução dos cravos engendraram-se desse antanho. Lembrar que o Estado Novo, nos anos 50 e 60 do século passado, protagonizou vergonhosas desumanidades nas antigas colónias portuguesas. Haja exemplo: Batepá (S. Tomé, 1953), Satiagrahas (Índia, 1954), Pidjiguiti (Guiné-Bissau, 1959), Mueda (Moçambique, 1960), Baixa do Cassanje (Angola, 1961), para não falar da famigerada fome dos 40 (Cabo Verde). António de Oliveira Salazar, recusando qualquer transição pacífica e negocial, respondia com repressão (massacre, prisão, tortura, transferência) aos apelos dos nacionalistas por autodeterminação e independência, e quis manter o império contra o sinal dos tempos, através de uma guerra colonial injusta, inglória e desastrosa. O processo histórico tem erros? Tem sim. A própria guerra, em todos os seus lados, teve os seus extremismos e excessos. Mas errar, em tantas encruzilhadas e paradoxos, também faz parte da estrada dos acertos. O

importante é evitarmos saudosismos, revivalismos ou traumas infundados. Ódios retroativos, ressentimentos que não libertam. As independências e o 25 de abril foram as fecundas possibilidades do caminho grande.

\*

A coda (e ao floreio que lhe coube). O aconchego também avulta-se desta semana, em quase eclosão da primavera, moda lânguida no fazer olhinhos às flores da laranjeira e, completando o puzzle do destrambelho, a tornar cada instante lúdica hora do conto. O aconchego pela percepção de que, como diria Shakespeare, sermos feitos "do mesmo material de que são feitos os sonhos." Às vezes, o imaterial da tua constância. Outras vezes, ocupar aqui o território afetivo. Crê-se que amor é quando a própria poesia dispensa a métrica e abre mão da rima, mas - cada letra, sílaba, palavra, para não dizer verso, até prosa -, precisa de ti nela impregnada...



As taxas aqui retratadas são praticadas nas operações entre o BCV e as instituições de crédito. As taxas praticadas por estas últimas nas operações com os seus clientes estão liberalizadas, com excepção do câmbio com o Euro que é fixo.

#### Taxas de Juro

Data	Tipo	Taxa (%)
01/04/2020	Taxa Directora	0,2500
01/04/2020	Absorção de liquidez	0,0500
01/04/2020	Cedência de liquidez	0,5000
01/04/2020	Redesconto	1,0000
16/03/2021	Taxa Base Anual	1,0273
01/04/2020	Operação Monetária de Financiamento a longo prazo	0,7500

#### Títulos do BCV - Últimas Emissões

Data	Tipo	Taxa (%)
10/02/2021	Títulos de Intervenção Monetária (180 dias)	0,2500
16/02/2021	Títulos de Intervenção Monetária (181 dias)	0,2500
23/02/2021	Títulos de Intervenção Monetária (181 dias)	0,2500
02/03/2021	Títulos de Intervenção Monetária (181 dias)	0,2500
05/03/2021	Títulos de Regularização Monetária (14 dias)	0,2500
08/03/2021	Operação Monetária de financiamento (1 Ano)	0,7500
10/03/2021	Títulos de Intervenção Monetária (180 dias)	0,2500

#### Títulos da Dívida Pública - Últimas Emissões

Data	Tipo	Taxa (%)
16/02/2021	Obrigações do Tesouro 9 anos	3,0000
23/02/2021	Bilhetes de Tesouro 270 dias	1,0000
25/02/2021	Obrigações do Tesouro 8 anos	3,0000
02/03/2021	Obrigações do Tesouro 2 anos	2,8750
05/03/2021	Bilhetes de Tesouro 90 dias	1,0000
09/03/2021	Obrigações do Tesouro 4 anos	2,8750
12/03/2021	Bilhetes de Tesouro 270 dias	1,0000
16/03/2021	Obrigações do Tesouro 5 anos	2,8750

#### Taxas de Câmbio de 17-03-2021

	Moeda	Unid.	Compra	Venda
ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA	USD	1	92,357	92,559
INGLATERRA	GBP	1	128,146	128,449
CANADÁ	CAD	1	74,097	74,238
SUIÇA	CHF	100	9 987,721	10 000,497
JAPÃO	JPY	100	84,834	84,961
DINAMARCA	DKK	100	1 481,509	1 484,198
NORUEGA	NOK	100	1 090,085	1 092,775
SUÉCIA	SEK	100	1 086,126	1 088,983
ÁFRICA DO SUL	ZAR	1	6,126	6,328
CHINA	CNY	100	1 422,425	1 422,425
BRASIL	BRL	1	16,526	16,526
SENEGAL	XOF	100	16,810	16,810

Obs: Para mais informações, consulte [WWW.BCV.CV](http://WWW.BCV.CV)



## Prato cheio

### Gelado Caseiro de Chocolate

#### Ingredientes

- barra de chocolate negro;
- 1 colher de sopa de chocolate em pó;
- 1 pacote de natas;
- 200 ml de leite;
- 75 g de açúcar;
- 2 gemas.

#### Modo de preparação

- 1- Começar por juntar, num tacho, as natas, o açúcar e o leite. Aquecer em lume brando até começar a ferver, mexendo sempre.
- 2- Quando levantar fervura, retirar do lume, adicionar a barra de chocolate partida em pedaços e mexer bem até o chocolate derreter.
- 3- De seguida, juntar as gemas e mexer bem até obter uma mistura homogénea.
- 4- Levar o preparado ao frigorífico até estar completamente frio.
- 5- Quando estiver bem frio, colocar na máquina de gelados e proceder de acordo com as instruções. Se não tiver máquina, basta colocar o gelado no congelador até solidificar, mexendo de vez em quando, para evitar que se formem cristais de gelo.



## Caça-palavras



Encontre os 10 nomes relacionados ao mundo do teatro:

SOLUÇÕES:

RISO  
PLATEIA  
FIGURINO  
TEATRO  
LUZ  
DRAMA  
TRAGÉDIA  
PALCO  
COMÉDIA  
ARTE

## Anedotas

#### Conta bancaria

O marido ao despedir-se da esposa:

- Querida, enquanto eu estiver em viagem, como queres que te mande notícias? Por telefone, telegrama ou fax?
- De preferência, por transferência bancária.

#### Emagrecer

- Doutor, como eu faço para emagrecer?
- Basta a senhora mover a cabeça da esquerda para a direita e da direita para a esquerda.
- Quantas vezes, doutor?
- Todas as vezes que lhe oferecerem comida.

## Talento

**Adérito de Brito** é um jovem natural da Ribeira Seca, concelho de Santa Cruz, que procura construir uma carreira sólida na música. A sua paixão é o Hip Hop, género que lhe conquistou o coração através do grupo Rapaz 100 Juiz.

“Senti o gosto por cantar desde criança mas precisava saber em qual género me encaixava melhor. Quando ouvi os 100 Juiz identifiquei-me com o Hip Hop”, conta o jovem que no mundo artístico responde por Pzaiko.

Depois de algum tempo com letras na gaveta, Pzaiko gravou, em Novembro de 2016, o seu primeiro single, “Limite é Céu”.

A música, que contou com a participação do rapper Djax, caiu no agrado dos ouvintes que ficaram à espera de novos lançamentos.

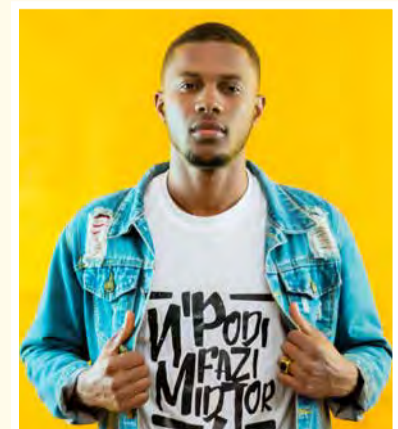
“Fui bem aceite e isso me motivou a dar o próximo passo. Anunciei na mesma altura que tinha um EP pronto para prosseguir e quando lancei em 2019 tive bons feedbacks”, diz.

Recentemente, Pzaiko lançou um novo single, “N Ben di Longi”. O videoclip chegou às plataformas digitais a 4 de Fevereiro e já conta com cerca de 15 mil no YouTube.

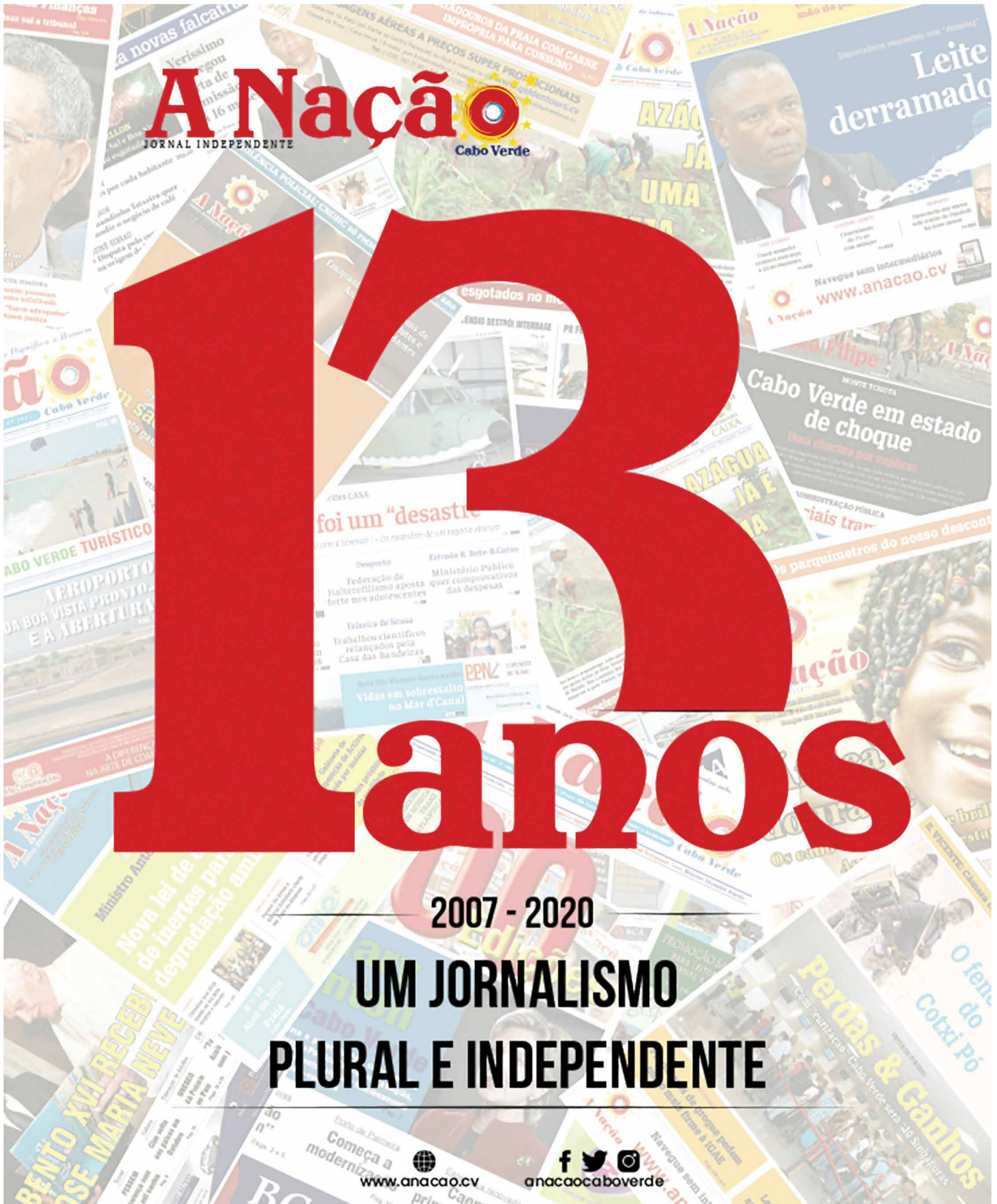
Para este jovem talento, que quer viver exclusivamente da música, o caminho para alcançar este objectivo parece longe mas

não impossível. “Quero viver daquilo que amo, a música. Quero que ela seja a minha fonte de rendimento, para dar melhores condições de vida para a minha família. Sei que é uma tarefa difícil sobretudo em cabo verde mas estou disponível para lutar por isso”.

Por agora, para sustentar a carreira artística e não só, Adérito Pzaiko trabalha como recepcionista no Hotel Praia Mar e estuda Gestão Comercial e Marketing na Escola de Negócio e Governação da Uni-CV. Futuramente se não for na música, quer ter sucessos nesta área que é também admirado por ele.







**A Nação**  
JORNAL INDEPENDENTE  
Cabo Verde

# 13 Anos

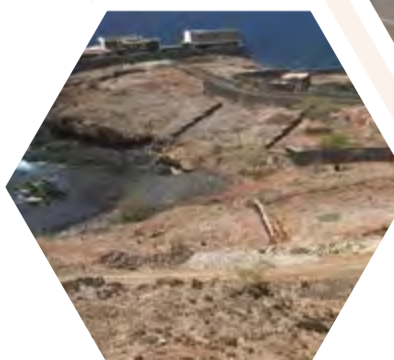
2007 - 2020

**UM JORNALISMO  
PLURAL E INDEPENDENTE**

[www.anacao.cv](http://www.anacao.cv)

[f](#) [t](#) [i](#)  
anacaocaboverde





**CHEGOU O PPN, O SUPLEMENTO PRONTO PARA O SEU NEGÓCIO!  
ESTE É O ESPAÇO QUE FALTAVA PARA O AJUDAR A VENDER O SEU BEM MÓVEL E IMÓVEL.  
AQUI, NÓS FAZEMOS VALER E RENDER O SEU INVESTIMENTO! SOMOS O PARCEIRO IDEAL PARA SI!**

**ANUNCIE NO PPN!**





www.simovel.cv

edificio.solar@simovel.cv

4364 103 / 4364 200 / 927 00 94



VENDE-SE

T2 Esq – 5º Andar – Edifício Solar – Av. Santiago, Palmarejo  
Com: 2 Quartos | 2 Casas de Banho | Área 104 m2  
9,880,000 CVE



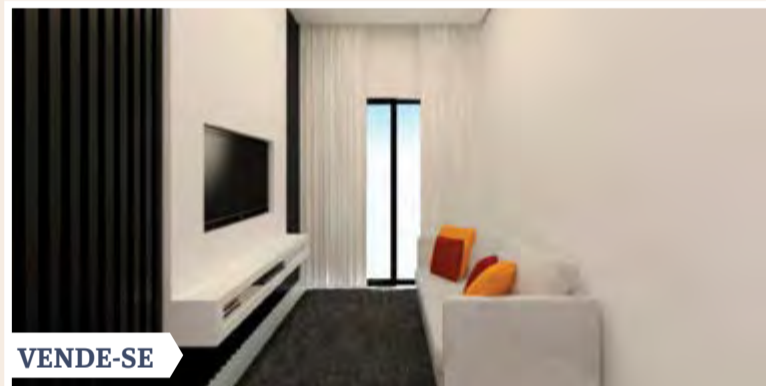
VENDE-SE

T2 Esq – 6º Andar – Edifício Solar – Av. Santiago, Palmarejo  
Com: 2 Quartos | 2 Casas de Banho | Área 104 m2  
9,880,000 CVE



VENDE-SE

T3 Frt – 6º Andar – Edifício Solar – Av. Santiago, Palmarejo  
Com: 3 Quartos | 2 Casas de Banho | Área 140 m2  
13,300,000 CVE



VENDE-SE

T2 Dto – 3º Andar – Edifício Solar – Av. Santiago, Palmarejo  
Com: 2 Quartos | 2 Casas de Banho | Área 112 m2  
10,080,000 CVE



VENDE-SE

T2 Dto – 4º Andar – Edifício Solar – Av. Santiago, Palmarejo  
Com: 2 Quartos | 2 Casas de Banho | Área 112 m2  
10,640,000 CVE

## EDIFÍCIO SOLAR

Empreendimento da SIMÓVEL, empresa do Grupo SITA, está situado na Avenida Santiago, Palmarejo, Cidade da Praia, Cabo Verde.

Para além de requinte, será muito moderno e funcional. Terá um total de 19 apartamentos, sendo 12 T2 e 6 T3 e 1 T4, todos com pré-instalação de ar condicionado. O prédio conta ainda com gerador de emergência, dois elevadores, sistema moderno de gestão de água e energia, e estará preparado para uma gestão de condomínio eficaz.

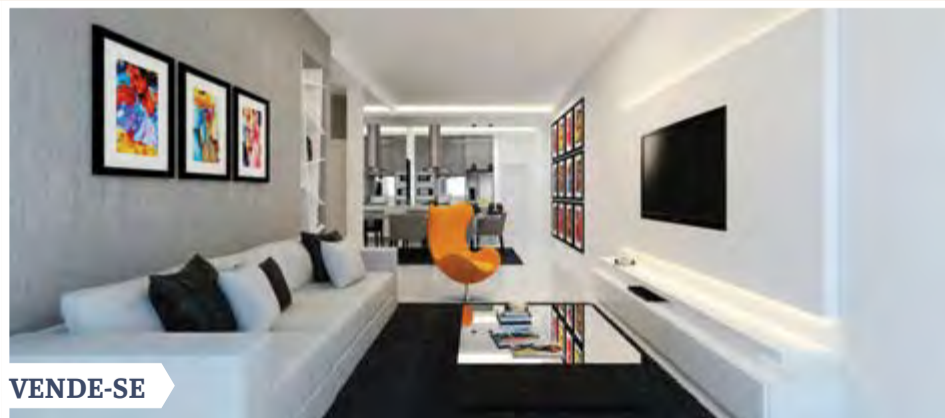
Haverá apoio e aconselhamento de profissional de design de interiores, como forma de melhor se adaptar às necessidades e sonhos específicos.

Não perca esta grande oportunidade!



VENDE-SE

T2 Dto – 5º Andar – Edifício Solar – Av. Santiago, Palmarejo  
Com: 2 Quartos | 2 Casas de Banho | Área 112 m2  
10,640,000 CVE



VENDE-SE

T2 Dto – 2º Andar – Edifício Solar – Av. Santiago, Palmarejo  
Com: 2 Quartos | 2 Casas de Banho | Área 112 m2  
10,080,000 CVE





📍 Mira Mar, Palmarejo Baixo, Cidade da Praia  
 ✉ info@hrochasolucoes.cv  
 ☎ +238 985 16 89  
 🌐 www.hrochasolucoes.cv  
 📱 HRocha Soluções



**VENDE-SE :**

Belíssima e espaçosa casa em Achada de Santo António num lote de 599, 48 metros quadrados com três vistas. A superfície construída ocupa 522,44 metros quadrados.

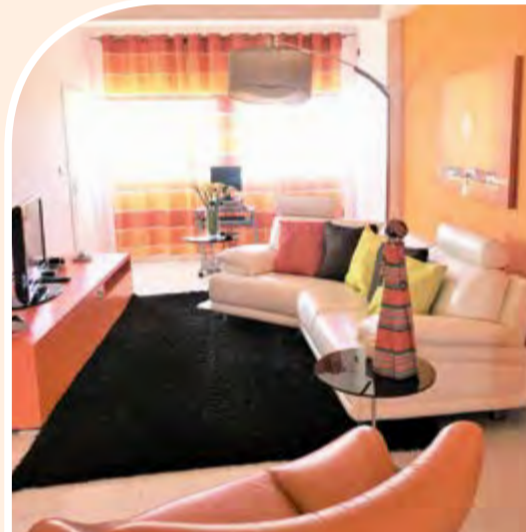
Com 6 quartos com roupeiros e 5 casas de banho, sendo 3 suites. Sala de visitas, sala de jantar e escritório, 2 cozinhas e uma dispensa espaçosa, lavandaria e arrecadação.

Quartos com varanda e um bonito terraço no último piso com vista para o mar. Com jardim e garagem fechada.



**VENDE-SE :**

Apartamento T1 duplex em Terra Branca. Com dois pisos e terraço em cima da casa.



**ARRENDAMENTO-SE**

T2 mobilado no Plateau num prédio em frente ao INPS, com duas casas de banho, roupeiros nos dois quartos, sala de estar e sala de jantar. Cozinha completamente equipada e ar condicionado em todos os cômodos.



**ARRENDAMENTO-SE**

Em Achada de Santo António um espaço comercial com uma área de 183 metros quadrados.

Com 3 salas, duas casas de banho e open space.



# VENDE-SE

### Iphone 6s Plus

Memória - 128 GB  
 Sistema Operativo - iOS  
 Cor - Gold  
 Conectividade - Bluetooth, NFC, Wi-Fi  
 Processador - Dual Core  
 Resolução - 1920x1080  
 Rede - 4G, 2G, 3G  
 Camera - 12 MP  
**Preço - 40.000,00 - (Quarenta mil escudos)**



### Iphone 8 Plus - Space Gray

Memória - 64 GB  
 Sistema Operativo - iOS  
 Cor - Grey  
 Conectividade - Lightning, Bluetooth, 4G, NFC, Wi-Fi  
 Processador - Hexa Core  
 Resolução - 1920x1080  
 Rede - 4G, 2G, 3G  
 Camera - 12 MP  
**Preço - 70.000,00 - (Setenta mil escudos)**



### Iphone 7 Plus

Memória - 32 GB  
 Sistema Operativo - iOS  
 Cor - Rose Gold  
 Conectividade - Lightning, Bluetooth, 4G, NFC, Wi-Fi  
 Processador - Quad Core  
 Rede - 4G, 2G, 3G  
 Camera - 12 MP  
**45.000,00 - (Quarenta e cinco mil escudos)**



**Contacto: 918 46 07 | 995 42 00**

**PEQUENOS ANÚNCIOS**



Sistema completo de video vigilância, com 16 câmeras IP: 75.000,00- ECV



Gerador Aslo Silencioso 5 KVA: 85.000,00 ECV



UPS: 25.000 ECV



UPS: 25.000 ECV



Jantes: 5.000 ECV unidade

**CONTACTO: 9954200 /9184607**



# Classificados



## CONVOCATÓRIA

Nos termos legais e estatutários convocam-se os Acionistas da sociedade “Laboratórios INPHARMA - Indústria Farmacêutica, SA” para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária no próximo dia 06 de Abril de 2021, pelas 16H00, na sua sede social, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

**Ponto 1** - Eleição do Secretário da mesa da assembleia Geral;

**Ponto 2** - Apreciar e deliberar sobre o Relatório do Conselho de Administração, Balanço e Contas de 2020, bem como a parecer do Conselho Fiscal, relativo ao mesmo exercício;

**Ponto 3** - Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados;

**Ponto 4** - Proceder à apreciação geral da Administração da Sociedade, nos termos do artº. 297, número 1, alínea c) do Código das sociedades Comerciais.

Os documentos relativos às contas do Exercício de 2020 bem como o teor das propostas que irão ser presentes à Assembleia Geral, encontram -se patentes na sede da Sociedade.

Se após 30 minutos da hora marcada não estiverem presentes acionistas representando pelo menos 50% do capital social, a Assembleia reunirá em segunda convocatória no dia 06 de Maio de 2021, no mesmo local e hora.

Cidade da Praia, 17 de Março de 2021.

O Presidente da Mesa de Assembleia Geral

  
JORGE MARQUES AMARAL



MATEC - Manutenção Caboverdiana, S.A.

Sede: Zona Industrial Sul

Telefone: 2321032/1566

Fax: 2323907

São Vicente

## Assembleia Geral Ordinária

### Convocatória

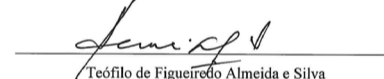
Nos termos Estatutários e Legais, são convocados os Senhores Accionistas da MATEC

- Manutenção Caboverdeana, S.A. para a Assembleia-Geral Ordinária a ser realizada no dia 8 de Abril de 2021, pelas 18h00mn nos escritórios da empresa com a seguinte ordem de trabalho:

- 1- Apreciação do Relatório, Balanço e Contas do Exercício 2020 bem como o parecer do Fiscal Único;
- 2- Deliberação sobre a Aplicação de Resultados;
- 3- Apreciação da Gestão da Sociedade;
- 4- Informações.

S. Vicente, 15 de Março de 2021

O Presidente da Mesa da Assembleia-Geral

  
Teófilo de Figueiredo Almeida e Silva



## MOAVE - MOAGEM DE CABO VERDE, SA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA CONVOCATÓRIA

Nos termos dos Artigos 13º e 14º do Estatuto da Sociedade, convocam-se os Senhores Accionistas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária no próximo dia 09 de Abril de 2021, pelas 17:00 horas, na sala de conferências da Agremiação Empresarial da Câmara de Comércio de Barlavento, nesta cidade, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1) Apreciar, aprovar ou modificar o Relatório, Balanço e Contas do Conselho de Administração relativos ao exercício de 2020, bem como os pareceres dos Auditores Externos e do Fiscal Único, referente ao mesmo exercício;
- 2) Proceder à apreciação geral da gestão e fiscalização da sociedade;
- 3) Deliberar sobre a proposta de Aplicação dos Resultados de 2020;
- 4) Autorizar o Conselho de Administração com relação à aquisição e alienação de acções próprias.
- 5) Diversos

Em conformidade com o disposto no Artigo 13º do mesmo Estatuto, qualquer accionista com direito de voto poderá fazer-se representar na Assembleia Geral por qualquer pessoa, mediante procuração ou simples carta dirigida ao Presidente da Mesa, identificando o mandatário e especificando a reunião a que se destina.

Mindelo, 15 de Março de 2021

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral

  
Edmund St' Aubyn de Sousa Carmilho  
Mogim de Cabo Verde, SA



## CONVOCATÓRIA

### ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Nos termos legais e estatutários, vem o Presidente da Mesa da Assembleia Geral convocar os accionistas da SOCIEX – Sociedade Caboverdiana de Importação e Exportação, SA para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, no dia 27 de Março de 2021, pelas 10H00, nas instalações da C.C.B. Câmara de Comércio de Barlavento, cidade do Mindelo, S. Vicente, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Leitura e aprovação da acta da reunião anterior;
2. Apreciação e deliberação do Relatório e Contas do exercício de 2020, bem como do parecer do Fiscal Único;
3. Apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade nos termos do Código das Empresas Comerciais;
4. Preenchimento de uma vaga no Conselho de Administração da SOCIEX, SA;
5. Diversos

S. Vicente, 04 de Março de 2021

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral

  
EMANUEL DE BRITO GOMES

Obs:

a) A documentação de suporte aos pontos submetidos à Assembleia pode ser consultada na sede da empresa na cidade do Mindelo e nas delegações em diferentes ilhas;





**EMPRESA DE ELECTRICIDADE E ÁGUA, SA**

Av.º Dr. Baltazar Lopes da Silva nº 10/ 1º C.P. 137 – Mindelo - S.Vicente  
República de Cabo Verde

**ANÚNCIO DO CONCURSO**

Concurso público Internacional n.º 003/ESA/21

- 1. Entidade Adjudicante:**  
ELECTRA SA, Av. Dr. Baltazar Lopes da Silva N.º 10, 1º, C.P. 137 - S. Vicente, Telefone: +238 2303030; Fax.: + 238 2313014; www.electra.cv
- 2. Órgão competente para a decisão de contratar e órgão competente para autorizar despesa:** Conselho de Administração da ELECTRA, SA
- 3. Entidade responsável pela condução do procedimento:** A Entidade responsável pela condução do procedimento é a ELECTRA SA, através da Unidade de Serviços de Aprovisionamento e Logística.
- 4. Financiamento:** As despesas inerentes à celebração do contrato são financiadas pela ELECTRA, SA.
- 5. Objecto do Concurso:** O presente concurso destina-se a aquisição de materiais para IP (luminárias LED e braços).
- 6. Local da execução do contrato:** Cabo Verde, Cidades da Praia e de Mindelo.
- 7. Obtenção dos documentos do concurso:** Os documentos relativos ao presente concurso podem ser requeridos por e-mail através do endereço: j.barbosa@electra.cv, C.C. h.gomes@electra.cv.
- 8. Custo dos documentos do concurso:** O custo dos documentos é de 6.000\$00 (seis mil escudos cabo-verdianos) livre de encargos bancário e não reembolsáveis. O pagamento deve ser efetuado através de transferência bancária a favor de:
 

Nome do destinatário:	ELECTRA NORTE
Nome do Banco:	BCA
IBAN:	CV64 0003 0000 83440371 101 76
SWIFT CODE:	BCATCVCV

O Caderno de Encargos (CE) será enviado em formato digital para o endereço eletrónico indicado no pedido, após a receção do comprovativo do respetivo pagamento.

O pagamento deverá ser efetuado até as 14:30 horas (hora local CV) do dia 31 de março de 2021.
- 9. Requisitos de admissão:** Podem ser admitidos quaisquer interessados que reúnam as condições previstas na lei e nos documentos do procedimento, incluindo os requisitos técnicos e financeiros.
- 10. Língua:** As propostas bem como toda a documentação técnica que as acompanham devem ser redigidas em língua portuguesa.
- 11. Data de apresentação de propostas:** Os interessados devem entregar as propostas até às 14h00 (hora local em CV) do dia 16 de abril de 2021, conforme instruções do CE, no seguinte endereço:
 

Unidade de Serviços de Aprovisionamento e Logística  
Av.º Dr. Baltazar Lopes da Silva nº 10,  
C.P. 137 – Mindelo, São Vicente  
+238 2303030
- 12. Prazo de manutenção das propostas:** Os concorrentes ficam vinculados à manutenção das propostas pelo prazo de 90 dias.
- 13. Critério de adjudicação:** A adjudicação será feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa para a entidade adjudicante mediante avaliação dos seguintes fatores: O Preço, a qualidade técnica da proposta e o prazo de entrega.
- 14. Ato público:** O ato público de abertura das propostas tem lugar na Sede da ELECTRA, SA, as 15H00 (hora local CV) do dia 16 de abril de 2021, podendo no mesmo intervir todos os concorrentes e os representantes dos concorrentes devidamente credenciados para o efeito.
- 15. Lei aplicável ao procedimento:** o presente procedimento será regido por Lei n.º 88/ VIII/2015 de Abril, que aprova o Código de Contratação Pública (publicado no BO n.º 24 I Série), o Regime Jurídico dos Contratos Administrativos (Decreto-Lei n.º 50/2015 de 17 de Novembro, publicado no BO n.º 72, I Série), e Portaria n.º 60/2015, que aprova os documentos estandardizados de procedimentos pré-contratuais previstos (no BO n.º 78, I Série, de 9 de Dezembro).

Mindelo 16 de Março de 2021

Entidade

/ Eng. Manuel Jesus Silva /  
Administrador



REPÚBLICA DE CABO VERDE  
TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SÃO FILIPE/FOGO  
JUÍZO CÍVEL

**= ANÚNCIO JUDICIAL =**  
REG. Nº 17 /JP/TJCSF/2020/21

FAZ SABER que neste Juízo, correm termos uns autos de Acção Especial de Justificação Judicial, registado sob o nº 38/2021, movido pelo autor ORLANDO BRITO FONTES, maior de idade, solteiro, natural da freguesia e Concelho de Santa Catarina do Fogo, residente em emigrante nos EUA, representado pelo mandatário judicial constituído Dr. UBALDO LOPES, advogado, com escritório e residência nesta cidade, contra os RÉUS HERDEIROS DE FORTUNATO GOMES DE PINA E MARTINA AVELINO DE PINA E INTERESSADOS INCERTOS.

São citados os réus, com as seguintes advertências legais:

a).. Para no prazo de VINTE DIAS, que começa a correr depois de finda a dilação de QUARENTA DIAS, contados da segunda e última publicação do anúncio, deduzirem, quando se julgarem com melhor direito ou com direito igual ao daqueles a justificação judicial sobre o (s) prédio (s) infra discriminado (s), pelos fundamentos constantes do duplicado da petição inicial, cuja cópia encontra-se depositado neste cartório para ser entregue logo que for solicitado; VERBAS:

A) Um prédio rustico sito em Monte Vermelho, (terra de sementeira localizada em Monte Bode), inscrito na matriz predial da freguesia de Santa Catarina do Fogo, com área de 27.000m<sup>2</sup>, com o valor matricial de 464.916\$00, com confrontações a norte com Martina Alves, Maria Alves, este com Luís Pina Teixeira e oeste com Regato, em nome do Autor Orlando Brito Fontes, mas esta registado na Conservatória em nome do vendedor falecido que era conhecido por Florêncio Alves;

B) Um prédio rustico sito em Achada Furna, (mais concretamente na zona Alta de Montado Nacional, cerco 624 sito em Pé de Monte Sobrado), inscrito na matriz predial rustica da freguesia de Santa Catarina do Fogo, sob o atual nº 2745/0 com confrontações indefinidas a norte, sul, este e oeste, com uma área de 48.600m<sup>2</sup> e valor matricial de 836.848\$00, ainda em nome de Fortunato Gomes de Pina, falecido;

C) Um prédio rustico site em Achada Furna (terreno em zona Alta de Montado Nacional cerco nr. 624, sito em Pé de Monte Sobrado), inscrito na matriz da Freguesia de Santa Catarina do Fogo, sob o atual nº 2746/0, com confrontações indefinidas a norte, sul, este e oeste, e com o valor matricial de 599.225\$00 (DOC 2), ainda em nome de Fortunato Gomes de Pina, já falecido;

D) Um prédio rustico sito em Achada Furna, inscrito na matriz rustica da freguesia de Santa Catarina do Fogo, (terreno em zona alta do montado nacional, cerco nr 622, sito em Pé de Monte Sobrado) sob o atual nº 2744/0, com confrontações indefinidas a norte, sul, este e oeste, com uma área de 25.809m<sup>2</sup>, valor matricial de 440.809\$00, ainda em nome do falecido Fortunato Gomes de Pina;

FAZ SABER ainda, de que é obrigatória a constituição de Advogado na referida acção, de que deverá no prazo de CINCO DIAS pagar o preparo inicial, sob pena de efetuá-lo acrescido de taxa de justiça igual ao dobro da sua importância, a contar da data da entrega da contestação na Secretaria do Tribunal da Comarca do Fogo - São Filipe, nos termos do artigo 110º do Código das Custas Judiciais e que tem a faculdade para juntamente com a oposição, requerer o benefício de Assistência Judiciária, devendo este ser em requerimento autónomo e que poderá fazê-lo em relação à Ordem dos Advogados de Cabo Verde ou sua Delegação, solicitando a designação de um Advogado, juntando desde logo os elementos comprovativos da sua insuficiência económica, sendo no prazo máximo de DOIS DIAS, dias, contados da citação

São Filipe, 04 de março de 2021

O Juiz de Direito  
Paulo Jorge Santos Aguiar  
Ajudante Escrivão  
José Pires

S. Filipe Fogo C.P. 03 - Telefone #(0238)3338174 - Fax #(0238)2812829 - Cabo Verde



Emploi à la FAO - 2100804  
Date de publication 09/mars/2021  
Date de dépublication 23/mars/2021, 21:59:00

Description de l'emploi - Agronome  
Organizational Unit: FRCVI  
Grade: N/A  
Numéro de poste: N/A

Type d'emploi Travail temporaire  
Type de réquisition: PSA (Accord de services personnels)  
Lieu principal Cabo Verde - Praia  
Durée: 100 jours WAE

*La FAO s'attache à assurer la diversité - parité hommes-femmes, répartition géographique équilibrée et diversité linguistique - parmi son personnel et les consultants internationaux qu'elle emploie, afin de servir au mieux les États Membres dans toutes les régions*

**Les femmes et les ressortissants d'États Membres non représentés ou sous-représentés possédant les qualifications requises sont encouragés à présenter leur candidature. Les personnes handicapées sont également encouragées à présenter leur candidature.**  
**Toutes les candidatures seront traitées dans la plus stricte confidentialité.**

#### Organizational Setting

Le consultant national agronome est recruté dans le cadre du projet «Gestion de l'eau pour une agriculture résiliente et durable et en réponse au COVID-19 au Cabo Verde», un projet financé et mis en oeuvre par l'Organisation des Nations Unies pour l'agriculture et l'alimentation (FAO) en étroite collaboration avec le Ministère de l'agriculture et de l'environnement.

#### Reporting Lines

Le consultant travaillera sous la supervision générale du représentant de la FAO pour Cabo Verde, la supervision directe de la chargée au représentant de la FAO (Programme) et en étroite collaboration avec des partenaires du projet. Le CN devra assurer une étroite collaboration avec l'équipe nationale du projet de la DGASP, les équipes de TSS de la FAO, la Représentation de la FAO au Cabo Verde et les autres partenaires du projet pour l'établissement des normes et procédures pour la planification et l'exécution des activités de gestion de l'eau d'irrigation notamment l'établissement des plans d'irrigation goutte à goutte, de la formation des agriculteurs sur la gestion et l'utilisation des systèmes d'irrigation goutte à goutte, et d'appui à la planification des actions agricoles sur le terrain. Il devra assurer les fonctions suivantes :

#### Technical Focus

L'objectif principale du projet est de démontrer que malgré la menace posée par la pénurie d'eau et une sécheresse persistante, le Cap-Vert, comme petit État insulaire en développement et pays sahélien, peut transformer ces défis en une opportunité pour le développement agricole, la sécurité alimentaire et la nutrition tout en réduisant les vulnérabilités des ménages ruraux et offrir des opportunités de génération de revenus.

Le CN devra assurer une étroite collaboration avec l'équipe nationale du projet de la DGASP, les équipes de support technique de la FAO, la Représentation de la FAO au Cabo Verde et les autres partenaires du projet pour l'établissement des normes et procédures pour la planification et l'exécution des activités de gestion de l'eau d'irrigation notamment l'établissement des plans d'irrigation goutte à goutte, de la formation des agriculteurs sur la gestion et l'utilisation des systèmes d'irrigation goutte à goutte, et d'appui à la planification des actions agricoles sur le terrain. Il devra assurer les fonctions suivantes:

#### Tasks and responsibilities

- Elaborer le plan d'activités détaillé sur la gestion de l'eau d'irrigation
- Planifier les systèmes d'irrigation goutte à goutte à installer
- Appuyer la définition des spécifications techniques des matériels et équipements d'irrigation goutte à goutte
- Préparer un dossier d'achat des matériels et des équipements d'irrigation goutte à goutte et gestion de l'eau à la parcelle.
- Préparer un dossier d'appel d'offre des semences des cultures maraichères, des plantes et des matériels végétaux améliorés
- Appuyer la planification des cultures à introduire et la diversification des espèces en période et époque culturales
- Participer à l'évaluation des offres des appels à la concurrence pour les acquisitions du projet

- Organiser et appuyer l'approbation des spécifications techniques des fournitures, matériels et équipements d'irrigation goutte à goutte prévus dans le cadre du projet
- Organiser, appuyer et assister la réalisation les formations qui sont prévues sur la gestion de l'eau et l'utilisation des systèmes d'irrigation goutte à goutte prévues au projet
- Accompagner la mise en cuvre des activités agricoles du projet au niveau des sites ;
- Appuyer la préparation et la remise des rapports d'exécution du projet et tout autre rapport requis
- Participer à l'élaboration du rapport final du projet, ainsi que d'autres rapports techniques exigés.
- Toute autre activité sollicité par son superviseur

#### CANDIDATES WILL BE ASSESSED AGAINST THE FOLLOWING

##### Minimum Requirements:

- Diplôme universitaire (BAC plus 5 ans) en agronomie, génie rural, gestion des ressources naturelles, ou équivalent
- Au moins 5 ans d'expérience pertinente dans la gestion des projets et programmes de gestion des ressources naturelles
- Connaissance pratique du français ou de l'anglais et maîtrise du portugais et/ou creole
- Ressortissant de Cape vert ou résident dans le pays avec un permis de travail régulier.

##### FAO Core Competencies:

- Attention portée aux résultats
- Avoir l'esprit d'équipe
- Sens de la communication
- Établissement de relations constructives
- Partage des connaissances et amélioration continue

##### Technical/Functional Skills

- Une bonne connaissance des problèmes sociaux, économiques et environnementaux ruraux du Cabo Verde
- Compréhension approfondie des opportunités et des défis socio-économiques liés à la gestion de l'eau et des ressources naturelles
- Solides compétences analytiques et capacité à synthétiser une grande quantité de données en connaissances / informations analytiques et pratiques (une expérience avérée du cadre institutionnel et de l'évaluation des capacités est un plus);
- Solides compétences et connaissances informatiques;
- Une vaste expérience professionnelle dans le travail avec des ONG, des gouvernements nationaux et des organisations internationales;

##### Selection Criteria

- Analyse du curriculum;
- Entrevue

Prière de noter que tous les candidats doivent adhérer aux valeurs de la FAO - *engagement envers l'Organisation, respect de chacun, intégrité et transparence.*

#### RENSEIGNEMENTS COMPLÉMENTAIRES

- La FAO ne perçoit de frais à aucun stade du recrutement (dépôt de candidature, entretien, traitement du dossier).
- Les dossiers de candidature incomplets ne seront pas examinés. Pour toute question ou demande d'aide, s'adresser à [Careers@fao.org](mailto:Careers@fao.org) .
- Les candidatures reçues après la date de clôture de l'avis ne seront pas acceptées.
- Seuls les diplômes d'aptitude linguistique délivrés par des [prestataires externes reconnus par les Nations Unies](#) et/ou les résultats des examens officiels de la FAO (examens d'aptitude linguistique de niveaux B et C et test de recrutement linguistique) seront acceptés comme attestation du niveau de connaissance des langues indiquées dans le formulaire de candidature en ligne.
- Pour d'autres questions, veuillez consulter la page web Emploi à la FAO: <http://www.fao.org/employment/home/fr/>

#### COMMENT POSTULER

Pour présenter votre candidature, veuillez remplir le formulaire en ligne sur le site web de la FAO consacré au recrutement, Jobs at FAO. Les dossiers de candidature incomplets ne seront pas examinés. Seules les candidatures reçues par l'intermédiaire du portail de recrutement seront prises en considération. Les candidats sont encouragés à enregistrer leur candidature en prévoyant un délai largement suffisant avant la date limite. Pour obtenir de l'aide, écrire à: [Careers@fao.org](mailto:Careers@fao.org).

**LA FAO EST UN ESPACE NON FUMEUR.**





Emploi à la FAO - 2100803

Date de publication 09/mars/2021

Date de dépublication 23/mars/2021, 21:59:00

Description de l'emploi - Ingénieur civil  
Organizational Unit: FRCVI  
Grade: N/A  
Numéro de poste: N/A

Type d'emploi Travail temporaire  
Type de réquisition: PSA (Accord de services personnels)  
Lieu principal Cabo Verde-Praia  
Durée: 138 jours WAE

*La FAO s'attache à assurer la diversité – parité hommes-femmes, répartition géographique équilibrée et diversité linguistique – parmi son personnel et les consultants internationaux qu'elle emploie, afin de servir au mieux les États Membres dans toutes les régions.*

**Les femmes et les ressortissants d'États Membres non représentés ou sous-représentés possédant les qualifications requises sont encouragés à présenter leur candidature. Les personnes handicapées sont également encouragées à présenter leur candidature. Toutes les candidatures seront traitées dans la plus stricte confidentialité.**

### Organizational Setting

Le consultant national Ingénieur Civil est recruté dans le cadre du projet «Gestion de l'eau pour une agriculture résiliente et durable et en réponse au COVID-19 au Cabo Verde», un projet financé et mis en œuvre par l'Organisation des Nations Unies pour l'agriculture et l'alimentation (FAO) en étroite collaboration avec le Ministère de l'agriculture et de l'environnement.

### Reporting Lines

Le (a) consultant (e) national (e) (CN) travaillera sous la supervision générale du représentant de la FAO pour Cabo Verde, la supervision directe de la chargée au représentant de la FAO (Programme) et la supervision technique du Fonctionnaire chargé des Ressources en eau et des Terres au bureau Sous régional de la FAO pour l'Afrique de l'Ouest. Le (la) CN devra assurer une étroite collaboration avec l'équipe nationale du projet de la DGASP et de la Représentation de la FAO au Cabo Verde.

### Technical Focus

L'objectif principal du projet est de démontrer que malgré la menace posée par la pénurie d'eau et une sécheresse persistante, le Cap-Vert, comme petit État insulaire en développement et pays sahélien, peut transformer ces défis en une opportunité pour le développement agricole, la sécurité alimentaire et la nutrition tout en réduisant les vulnérabilités des ménages ruraux et offrir des opportunités de génération de revenus.

Le CN devra assurer une étroite collaboration avec le Fonctionnaire chargé des Ressources en eau et des Terres au bureau Sous régional de la FAO pour l'Afrique de l'Ouest, le Consultant National réalisera les tâches suivantes:

### Tasks and responsibilities

- Assister le consultant international CTPD dans la préparation des dossiers d'appel d'offres et consultations des entreprises pour la réalisation des ouvrages de dessalement et des forages;
- L'évaluation des dossiers d'appel d'offres et la sélection des adjudicataires en collaboration la représentation de la FAO et le Coordonnateur National du projet • Assister dans la contractualisation des marchés de travaux et des services ;
- Surveiller les travaux réalisés par les entreprises adjudicataires des marchés
- Participer aux sessions de formation des cadres nationaux dans le domaine de la maîtrise de l'eau et du dessalement ;
- Elaborer des rapports trimestriels et final du projet, en collaboration avec de coordonnateur national ;
- Réaliser de toutes autres tâches dans son domaine de compétence à la demande de la Représentation de la FAO et de la coordination nationale du projet

### CANDIDATES WILL BE ASSESSED AGAINST THE FOLLOWING

#### Minimum Requirements:

- Ingénieur du génie civil, de génie rural/chimique ou environnemental ou équivalent,
- Expérience avérée d'au moins 5 ans dans le domaine la conception/supervision et /ou l'exploitation d'infrastructures d'approvisionnement en eau potable et autres structures hydrauliques. L'expérience des travaux similaires réalisés au Cabo Verde est un atout.
- Connaissance pratique du français ou de l'anglais et maîtrise du portugais et/ou créole
- Ressortissant de Cape vert ou résident dans le pays avec un permis de travail régulier.

#### FAO Core Competencies

- Attention portée aux résultats
- Avoir l'esprit d'équipe
- Sens de la communication
- Établissement de relations constructives
- Partage des connaissances et amélioration continue

#### Technical/Functional Skills

- Une bonne connaissance des problèmes sociaux, économiques et environnementaux ruraux du Cabo Verde
- Compréhension approfondie des opportunités et des défis socio-économiques liés à la gestion de l'eau et des ressources naturelles
- Solides compétences analytiques et capacité à synthétiser une grande quantité de données en connaissances / informations analytiques et pratiques (une expérience avérée du cadre institutionnel et de l'évaluation des capacités est un plus);
- Solides compétences et connaissances informatiques;
- Une vaste expérience professionnelle dans le travail avec des ONG, des gouvernements nationaux et des organisations internationales;

#### Selection Criteria

- Analyse du curriculum;
- Entrevue

Prière de noter que tous les candidats doivent adhérer aux valeurs de la FAO – engagement envers l'Organisation, respect de chacun, intégrité et transparence.

#### RENSEIGNEMENTS COMPLÉMENTAIRES

- La FAO ne perçoit de frais à aucun stade du recrutement (dépôt de candidature, entretien, traitement du dossier).
- Les dossiers de candidature incomplets ne seront pas examinés. Pour toute question ou demande d'aide, s'adresser à [Careers@fao.org](mailto:Careers@fao.org) :
- Les candidatures reçues après la date de clôture de l'avis ne seront pas acceptées.
- Seuls les diplômes d'aptitude linguistique délivrés par des [prestataires externes reconnus par les Nations Unies](#) et/ou les résultats des examens officiels de la FAO (examens d'aptitude linguistique de niveaux B et C et test de recrutement linguistique) seront acceptés comme attestation du niveau de connaissance des langues indiquées dans le formulaire de candidature en ligne.
- Pour d'autres questions, veuillez consulter la page web Emploi à la FAO: <http://www.fao.org/employment/home/fr/>

#### COMMENT POSTULER

Pour présenter votre candidature, veuillez remplir le formulaire en ligne sur le site web de la FAO consacré au recrutement, [Jobs at FAO](#). Les dossiers de candidature incomplets ne seront pas examinés. Seules les candidatures reçues par l'intermédiaire du portail de recrutement seront prises en considération. Les candidats sont encouragés à enregistrer leur candidature en prévoyant un délai largement suffisant avant la date limite. Pour obtenir de l'aide, écrire à: [Careers@fao.org](mailto:Careers@fao.org).

**LA FAO EST UN ESPACE NON FUMEUR.**



REPÚBLICA DE CABO VERDE  
TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE SOTAVENTO

## ANÚNCIO

### 2ª Publicação.

#### Ação Especial de Revisão e Confirmação da Sentença Estrangeira n.º101/2020.

Requerente: **Geraldina dos Reis Freitas**.  
Requerido: **João Rodrigues Neves, emigrante em Bélgica com última residência em Cabo Verde na localidade de Lompedado-Ilha de São Nicolau**

0000000000000

A **Dr.ª Zaida Gisela Fonseca Lima Luz**, Juiz Desembargadora do Tribunal da Relação de Sotavento.

Faz saber que, no processo e no Tribunal acima indicados, **correm éditos de 30 dias**, contados da segunda e última publicação do anúncio, citando o requerido, para no prazo de **10 dias**, posterior àqueles dos éditos, querendo, deduzir a sua oposição ao presente pedido de Revisão e Confirmação de Sentença Estrangeira, (Divórcio Decretado pelo Tribunal de primeira instancia de Antuérpia-Bélgica), pelos factos e fundamentos constantes na P.I, depositada nesta Secretaria para levantamento nas horas nor-

mais do expediente.

Mais se notifica o requerido de que é obrigatória a constituição de Advogado nesta ação, que no caso de se opor deverá pagar o preparo inicial, no prazo de **cinco dias** a contar da data da apresentação da oposição na Secretaria, no montante de **12.000\$00**, sob pena do seu pagamento, acrescido de uma taxa de sanção igual ao dobro da sua importância (**24.000\$00**), nos termos das conjugações dos artigos 5º, 55º, al. b), 61º, al d) e 66º, do CCJ, com advertência de que a falta deste pagamento (36.000\$00), implica a imediata instauração de execução especial para sua cobrança coerciva, nos termos do C.C.J., e que, querendo, poderá requerer o benefício da Assistência Judiciária.

Para constar se passou o presente e mais um de igual teor, que será legalmente publicado.

Cidade de Assomada, 03 de Março de 2021.

A Juiz Desembargadora,  
*[Assinatura]*  
/Dr.ª Zaida Gisela Fonseca Lima Luz/  
O Oficial de Justiça,  
*[Assinatura]*  
/Tereza Brito/



TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DA PRAIA  
1º JUÍZO CÍVEL.

### ANÚNCIO Nº 185/2021-2ª publicação

O Sr. Dr. **FILOMENO ROCHA AFONSO**, JUIZ DE DIREITO DO PRIMEIRO JUÍZO CÍVEL;

FAZ SABER, que pela Secretaria do Primeiro Juízo Cível do Tribunal Judicial da Comarca da Praia, nos autos de Ação Executiva Ordinária, (para pagamento da quantia certa) reg. sob o nº 14/2020, em que é Exequente, Braz de Andrade., com sede nesta cidade, correm editos de 30 (trinta) dias, contados da segunda e última publicação deste anúncio, citando os Credores Desconhecidos dos Executados, **José Filomeno Rodrigues e Maria de Fátima A. Rodrigues**, marido e mulher, ambos residentes na Cidade de São Domingos, para no prazo de 10 (dez) dias, posterior aos dos editos, reclamarem o pagamento dos seus créditos, que gozem de garantia real, respeitante ao seguinte imóvel:

#### VERBA Nº 1

Prédio urbano, sito em Várzea da Igreja, São Domingos, com área de 160 m2, inscrito na matriz de Nossa Senhora da Graça-Concelho da Praia, sob o nº 32586/20150512 e descrito na Conservatória do Registo Predial da Praia, sob o nº 21670/R:Lv:84/Fls.185/V e;

#### VERBA Nº 2

Prédio rústico, sito em Baía, Nessa Senhora da Luz São Domingos, inscrito na matriz de Nossa Senhora da Graça-Concelho da Praia, sob o nº 27256/20140319 e descrito na Conservatória do registo Predial da Praia, sob o nº 17274/R:Lv:61fls.153/F, confrontado do Norte com fecho de parede, Sul com Luiz Lopes Rodrigues e outros, Este com Tomaz Lopes Rodrigues e Oeste com Pedro da Silva Martins;

Para constar, se lavrou este anúncio, que será entregue ao exequente, para efeito de 1ª e 2ª publicação; (nº 2 do art.74º, do novo Código do Processo Civil):

Secretaria do Primeiro Juízo Cível da Praia aos 19 dias do mês de Fevereiro do ano dois mil e vinte e um;



Cidade da Praia, Praça Alexandre de Albuquerque, tel. 3336459 – 336418-Fax 2613880

Ministério da Justiça e Trabalho

Direção Geral dos Registos, Notariado e Identificação

DIRECÇÃO GERAL DOS REGISTOS, NOTARIADO E IDENTIFICAÇÃO  
Nome do serviço: Conservatória/Cartório de São Lourenço dos Órgãos  
Endereço/Morada: João Teves  
Telefone/fax/email: 271 10 41 - email - Felismino.benchimol@rni.gov.cv

## EXTRATO

**CERTIFICO**, para efeito da **Primeira** publicação nos termos do disposto no artigo 86º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei nº 45/2014, de 20 de Agosto, B.O. nº 50 – 1ª Série, que no dia oito de março de dois mil e vinte e um, no Cartório Notarial, sito na Cidade de João Teves, perante mim, Oficial Ajudante **Felismino Monteiro Benchimol**, Conservador Notário no Cartório Notarial de São Lourenço dos Órgãos, foi lavrada no livro de notas para escrituras diversas número 7/A, a folhas 23, a seguinte habilitação:

Que no dia **vinte e três de Fevereiro** do ano **dois mil e vinte e um**, faleceu no Hospital Regional Santiago Norte, sem testamento ou disposição de última vontade a **Sra. ALICE DIAS SEMEDO**, no estado de solteira, maior, natural que foi da freguesia de Santa Catarina de Santiago e com última residência em Assomada.

Que lhe sucedeu como seus herdeiros, os filhos legítimos:

**a) ISABEL MARIA DIAS SEMEDO ALVARENGA**, no estado de casada, natural da freguesia de Santa Catarina de Santiago, residente em França; **b) LUIZ TOMAZ**

**DIAS SEMEDO**, no estado de solteiro, maior, natural da freguesia de Santa Catarina de Santiago, residente em Luxemburgo; **c) JOÃO JOSÉ SEMEDO VIEIRA**, no estado de solteiro, maior, natural da freguesia de Santa Catarina de Santiago, residente em Luxemburgo.

Que não há outras pessoas que segundo a lei prefiram os mesmos herdeiros ou que com eles possam concorrer na sucessão.

#### ESTÁ CONFORME

Cartório Notarial da Região de Segunda Classe de São Lourenço dos Órgãos nove de março de dois mil e vinte e um.

#### CONTA:

Artº.20.4.2..... 1.000\$00  
Imposto de Selo..... 200\$00  
Total ..... 1.200\$00  
(Importa em mil e duzentos escudos)  
Reg. sob o nº 1/2021.

Notário, P/S  
*[Assinatura]*  
/Felismino Monteiro Benchimol/

-Direção Geral dos Registos, Notariado e Identificação, Ministério da Justiça e Trabalho, CP 286/A, Rua Cidade do Funchal, Achada Santo António, Praia, Cabo Verde

Ministério da Justiça e Trabalho

Direção Geral dos Registos, Notariado e Identificação

Notária: Lic. Jandira dos Santos Cardoso Vieira

## Extrato

Certifico narrativamente para efeitos de segunda publicação, nos termos do nº 5 do artigo 86º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei número 45/2014, de 20 de Agosto, que no dia quatro de março de dois mil e vinte e um, no Cartório Notarial da Região de Segunda Classe de Santa Catarina, perante mim, Lic. Jandira dos Santos Cardoso Vieira, Notária por substituição, no livro de notas para escrituras diversas número **setenta e quatro**, a folhas **noventa frente e verso**, foi lavrada uma escritura pública de Habilitação Notarial, por óbito de **Cipriano Semedo Pereira**, falecido no dia cinco de Fevereiro de dois mil e vinte e um, na localidade de Pinha dos Engenheiros, freguesia e concelho de Santa Catarina, onde teve a sua última residência, natural da referida freguesia e concelho, no estado de casado com Maria da Conceição Moreira Borges Pereira, sob o regime de comunhão de adquiridos.

Que o falecido não deixou testamento ou qualquer outra disposição de última vontade, não deixou descendentes nem ascendentes vivos e deixou como única e universal herdeira a sua esposa **Maria da Conceição Moreira Borges Pereira**, viú-

va, natural da freguesia e concelho de Santa Catarina, ilha de Santiago, residente em Pinha dos Engenheiros.

Que não existem outras pessoas que, segundo a lei, prefiram aos indicados herdeiros, ou com eles possam concorrer na sucessão à herança do referido **Cipriano Semedo Pereira**.

Está conforme o original.

Mas se informa que, nos termos do número 5 do artigo 86º A e do 87º do Código Notariado, podem os interessados, querendo, impugnar judicialmente a referida escritura de habilitação de herdeiros.

Cartório Notarial de Santa Catarina, aos quatro de Março de dois mil e vinte e um.

Emol: .....1.000.00  
Imp. de selo: 200.00  
Total: .....1.200.00 (mil e duzentos escudos)  
Conta nº 757 /2021

A Notária, p./s.  
*[Assinatura]*  
Jandira dos Santos Cardoso Vieira

Cartório Notarial da Região de Segunda Classe de Santa Catarina -Palácio da Justiça, rés-do-chão direito, Avenida da Liberdade, cidade de Assomada, República de Cabo Verde Telf: (+238) 2655499 / Voip Notária: 333 6932; Secretaria: 6933 / e-mail da Notária: jandira.vieira@rni.gov.cv





**Ministério da Justiça e Trabalho**

Direção Geral dos Registos, Notariado e Identificação



**Notária: Lic. Jandira dos Santos Cardoso Vieira**

## EXTRATO

Certifico narrativamente para efeitos de segunda publicação, nos termos do nº 3 do artigo 100º do Código do Notariado, alterado pelo Decreto-Lei número 45/2014 de 20 de Agosto, que no dia quatro de março de dois mil e vinte e um, no Cartório Notarial da Região de Segunda Classe de Santa Catarina, perante mim, Lic. Jandira dos Santos Cardoso Vieira, Notária por substituição, no livro de notas para escrituras diversas número **setenta e quatro**, a folhas **noventa e um a noventa e três verso**, foi lavrada uma escritura pública de **Justificação Notarial**, em que **Francisco Pereira**; os herdeiros da sua falecida irmã, Ana Pereira: Alcinda Pereira Cabral Pereira, casada com Olívio Pereira, sob o regime de comunhão de adquiridos, contribuinte fiscal número um dois cinco oito um um oito seis um, residente em Engenho; **Silvino Pereira Cabral**, solteiro, maior, contribuinte fiscal número um um três seis nove sete zero zero sete, residente em França; **Idalina Pereira Cabral**, divorciada, contribuinte fiscal número um cinco dois três sete quatro zero zero zero, residente em Luxemburgo; **Maria Emília Pereira Cabral**, solteira, maior, contribuinte fiscal número um zero oito dois quatro sete quatro zero seis, residente nesta cidade de Assomada; **Gustavo Pereira Cabral**, solteiro, maior, contribuinte fiscal número um zero três sete oito seis três quatro um, residente em Engenho; **Felisberto Pereira Cabral**, solteiro, maior, contribuinte fiscal número um cinco zero cinco quatro seis seis um zero, residente em Portugal; **Nelson Pérecles Cabral Moreira**, solteiro, maior, contribuinte fiscal número um zero oito cinco quatro três um dois nove, residente Achada Galego; **Renel Ulisses Cabral Moreira**, solteiro, maior, contribuinte fiscal número um um dois nove três oito quatro cinco zero, residente em Achada galego; **Rosemery Sofia Cabral Pereira**, solteira, maior, contribuinte fiscal número um quatro nove quatro quatro sete quatro zero zero, residente em Achada galego; **Ana Gomes Pereira**, solteira, maior, contribuinte fiscal número um oito cinco sete um nove quatro zero quatro, residente Lisboa-Portugal; **Ruben Borges Varela Cabral**, solteiro, maior, contribuinte fiscal número um oito cinco sete três nove nove zero três, residente em Luxemburgo. Todos naturais da freguesia e concelho de Santa Catarina, ilha de Santiago, com exceção de Ana Gomes Pereira e Ruben Borges Varela Cabral que são naturais de Portugal; e o **meeiro da sua falecida irmã, Pedro Cabral**, viúvo, contribuinte fiscal número um zero zero sete cinco quatro três sete seis, residente em Bombardeiro-Engenho, alegam ser donos e legítimos possuidores com exclusão de outrem, do **prédio rústico de sequeiro**, com área de **sete mil novecentos e dois ponto duzentos e oito metros quadrados**, situado em Nhagar, inscrito na matriz predial da freguesia de Santa Catarina, anteriormente sob o número 5297 e atualmente sob o número **7393/0**, confrontando do Norte com Herdeiros de Antónia Lopes, Sul com José Tancredo, Este com Josefa Fernandes de Barros e Oeste com Alda Gomes, com o valor matricial de **dois milhões de escudos**.

**Que o imóvel, objeto de justificação pertence 50% Ao primeiro outorgante, Francisco pereira, 25% aos herdeiros de Ana Pereira e 25% ao meeiro de Ana Pereira.**

Que o dito prédio foi adquirido pelo falecido Bernardo Pereira, por compra feita nos senhores **Francisco da Moura e Marcelina Cardoso**, pelo preço de dois mil e quinhentos escudos, no ano de mil novecentos e quarenta e nove, sem que, no entanto, ficasse a dispor de título formal que lhes permitam o respetivo registo na Conservatória dos Registos da Região de Segunda Classe de Santa Catarina, mas desde logo entrou na posse e fruição do prédio, posse essa que é exercida sem interrupção ou ocultação de quem quer que seja.

Que o dito prédio lhes veio a posse por sucessão, aberta por óbito de **Cândida Semedo Varela; Bernardo Pereira e Ana Pereira**, falecidos no ano mil novecentos e setenta e seis; dois mil e seis; e dois mil e onze, respetivamente, conforme escrituras pública de habilitação de herdeiros outorgados neste Cartório Notarial nos dias sete de novembro de dois mil e dezanove; e seis de janeiro de dois mil e vinte, às folhas 24 a 25vº e 78 a 79 do livro número 71.

Que a posse foi adquirida e mantida, sem violência, sem oposição, sem interrupção e ostensivamente com conhecimento de toda agente, desde o ano de mil novecentos quarenta e nove, portanto, há **mais de vinte anos**, agindo sempre por forma correspondente ao exercício do direito de propriedade, com aproveitamento de todas as utilidades do prédio, usufruindo e suportando os respetivos encargos, pelo que adquiriram o direito de propriedade por usucapião, o que invocam para efeitos de inscrição no registo predial.

Mas se informa que, nos termos do número 2 do artigo 101º do Código Notariado, podem os interessados, querendo, interpor recurso hierárquico ou impugnação judicial da referida escritura de Justificação Notarial, no prazo de quarenta e cinco dias a contar da segunda publicação do extrato no jornal.

Está conforme o original.

Cartório Notarial de Santa Catarina, aos quatro dias do mês de março do ano dois mil e vinte e um.

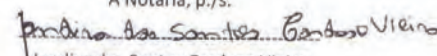
Emol: 1.000.00

Imp. de selo: 200.00

Total: 1.200.00 (mil e duzentos escudos)

Conta nº 762 /2021

Cartório Notarial da Região de Segunda Classe de Santa Catarina -Palácio da Justiça, rés-do-chão direito, Avenida da Liberdade, cidade de Assomada, República de Cabo Verde | Telf: (+238) 2655499 / Voip Notária: 333 6932; Secretaria: 6933 / e-mail da Notária: jandira.vieira@rmi.gov.cv

A Notária, p./s.  
  
 Jandira dos Santos Cardoso Vieira

## EXTRATO

Certifico, narrativamente, para efeitos de segunda publicação nos termos do disposto no artigo 100º do Código do Notariado, alterado pelo Decreto-Lei nº45/2014 e 20 de agosto, que de fls. 94 a fls 95 do livro de notas para escrituras diversas número 2-A desta Conservatória/Cartório se encontra exarada uma escritura de JUSTIFICAÇÃO NOTARIAL, com a data de vinte e cinco de fevereiro de dois mil e vinte e um, na qual **LUDJERO DE ANDRADE**, com NIF101258763, casado com Maria Manuela Teixeira Brito Fernandes Andrade no regime de comunhão de bens adquiridos, natural da freguesia de Santa Catarina, concelho de Santa Catarina do Fogo, residente nos Estados Unidos da América, se declara com exclusão de outrem, dono e legítimo possuidor de terra de semeadura, situado em Achada Furna, com área de dois mil cento e onze metros quadrados, confrontando a norte com via Municipal, Sul com Povoada de Achada Furna, Este com Povoado de Achada Furna e oeste com Ludgero de Andrade e Octávio de Andrade, inscrito na matriz predial rustica da freguesia de Santa Catarina do Fogo sob o número 310/0, com o valor matricial de trinta e seis mil, trezentos e cinquenta escudos, omissos no registo predial.

Que adquiriu o referido prédio por o ter comprado por escrito particular nos anos noventa, no Sr. Manuel Socorro Andrade, an-

terior possuidor, sem que pudesse dispor de título suficiente para o registo predial.

Que está na posse e fruição do imóvel desde a referida compra feita nos anos noventa, portanto há mais de vinte anos, e o vem exercendo sucessivamente e em nome próprio, de forma pacífica, de boa fé e ostensivamente com conhecimento de toda a gente, aonde vem atuando como verdadeiro proprietário e sem oposição de outrem, nela semeando e colhendo frutos, pelo que julga ter adquirido nas circunstâncias descritas o direito de propriedade sobre o referido imóvel por usucapião, o que ora invoca para efeitos de primeira inscrição no registo predial.

Está conforme o original.

Cova Figueira e Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de Santa Catarina do Fogo, aos cinco de março de dois mil e vinte e um.

Conta: Reg. Sob o n.º 04/03

Artigo 20º. 4.2 ..... 1.000\$00

Selo do acto ..... 200\$00

Soma:.....1.200\$00 - São: Mil e duzentos escudos

O Conservador/Notário,  
/Paulo Jorge Barbosa Correia de Pina

CONSERVATÓRIA/CARTÓRIO DA REGIÃO DE 2ª CLASSE DE SANTA CATARINA DO FOGO

## EXTRATO

**CERTIFICO**, para efeito de segunda publicação nos termos do disposto no artigo 86.º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei n.º 45/2014, de 20 de Agosto, B.O. n.º 50 – 1ª Série, que no dia dezasseis do mês de Fevereiro do ano dois mil e vinte e um, no Segundo Cartório Notarial de São Vicente, sito em Monte Sossego, perante mim, Manuel António Pina Rodrigues Rosa, respetivo Notário, foi lavrada no livro de notas para escrituras diversas número três, de folhas doze a treze, a habilitação de herdeiros, nos termos seguintes:

Que, no dia vinte e dois do mês de Dezembro do ano dois mil e vinte, na freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho e ilha de São Vicente, onde teve a sua última residência habitual em Alto Mira Mar, faleceu **ELEUTÉRIO FRANCISCO LOPES**, aos oitenta anos de idade, natural que foi da freguesia de Santo António das Pombas, concelho do Paul, ilha de Santo Antão, no estado de casado com Maria Amélia Delgado Lopes, sob o regime da comunhão geral bens.

Que, o falecido não fez testamento e nem qualquer outra disposição da última vontade, tendo deixado como herdeiras legítimas, as suas filhas:

a) **ILÍDIA MARIA LOPES**, solteira, maior, natural da freguesia de Santo António das Pombas, concelho do Paul, ilha de Santo Antão, residente em Lisboa, Portugal;

b) **NILZA MARIA PINTO SLEEUWENHOEK**, casada com John Sleeuwewhoek, sob o regime da comunhão geral de bens, segundo declaram, natural da freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho e

ilha de São Vicente, residente em Roterdão Holanda;

c) **ZULEICA FILOMENA LOPES**, solteira, maior, natural da freguesia de Santo António das Pombas, concelho do Paul, ilha de Santo Antão, residente em Azambuja, Portugal;

Que, não existem outras pessoas, que segundo a lei, preferam às mencionadas herdeiras ou que com elas possam concorrer à herança do referido Eleutério Francisco Lopes.

Mais se informa que, podem os interessados, querendo, impugnar judicialmente a referida escritura, nos termos do n.º 5 do artigo 86-A e do artigo 87.º do Código do Notariado.

**ESTÁ CONFORME.**

Segundo Cartório Notarial de São Vicente, em Monte Sossego, aos dezasseis de Fevereiro de dois mil e vinte e um.

Art. 20.9. 4.2.....1.000\$00

Selo do acto.....200\$00

Soma:.....1.200\$00

Processo n.º 261678

Conta n.º 202105860.

O Notário,  
/Manuel António Pina Rodrigues Rosa/

SEGUNDO CARTÓRIO NOTARIAL DE SÃO VICENTE Avenida da Holanda - Rua Abílio Duarte n.º 9 - Monte Sossego  
(Telefone: 2313100 / IP: 3108 - 3110)

## EXTRATO

**FATIMA ANDRADE MONTEIRO**, Notária em exercício no Cartório Notarial da Região da Segunda Classe do Sal, **CERTIFICA**, para efeitos da **segunda** publicação, que foi lavrada neste Cartório no dia nove do mês de Fevereiro do ano de dois mil e vinte e um a folhas 49/50 do Livro para notas de escrituras diversas nº 233, uma escritura de Habilitação de Herdeiros, no qual se declara que no dia treze de Março do ano de dois mil e dez na freguesia de Nossa Senhora da Luz - Ilha de São Vicente, faleceu, **JOSÉ MATEUS SPENCER**, no estado de casado sob o regime imperativo de separação de bens com Maria das Dores Spencer Soares Spencer, natural que foi da freguesia de Nossa Senhora do Rosário – Ilha de São Nicolau, com ultimo domicílio em Fonte de meio - Cidade do Mindelo, Ilha de São Vicente, tendo – lhe sucedido como herdeiros;-

**I - OS FILHOS:**

**JORGE MANUEL FAVA SPENCER**, casado sob o regime de comunhão de bens adquiridos com Paula Mariel Gonzalez, natural da freguesia e concelho de Matosinhos - Lisboa, Portugal, residente em Portugal; **MARIA AILINE ROCHA SPENCER SOUSA LOBO**, casada sob o regime de comunhão de bens adquiridos com António Alberto Silva de Sousa Lobo, natural da freguesia de Nossa Senhora das Dores – Ilha do Sal, residente na Cidade dos Espargos – Ilha do Sal; **MARIA LEONOR FAVA SPENCER**, casada sob o regime de comunhão de bens adquiridos com José Rui Lopes Águas, natural da freguesia de Nossa Senhora da Graça – Ilha de Santiago, residente nos Estados Unidos da América; **JOSÉ SERGIO FAVA SPENCER**, divorciado, natural do Concelho de Lisboa - Portugal, de nacionalidade cabo-verdiana, residente em Macau.

**OS NETOS:**

**I - LUIS MIGUEL TEIXEIRA SPENCER**, solteiro, maior, natural da freguesia e concelho de Santa Catarina – Ilha de Santiago, residente nos Estados Unidos da América; **MARC ANTÓNIO TEIXEIRA SPENCER**, solteiro, maior, natural da freguesia e concelho de Santa Catarina – Ilha de Santiago, residente nos Estados Unidos da América, em representação do filho pré-falecido **LUIZ ANTÓNIO SILVA SPENCER**, falecido no dia trinta do mês de Agosto do ano de dois mil e quinze, na freguesia de Nossa Senhora da Graça - Ilha de Santiago, no estado de divorciado, natural que foi da freguesia de Nossa das Dores - Ilha do Sal, com último domicílio em Palmarejo – Cidade da Praia, Ilha de Santiago.

**II - VANDA EILEEN SPENCER LOPES ÉVORA**, solteira, maior, natural de Beira - Moçambique, residente em Angola; **VITOR MANUEL SPENCER LOPES ÉVORA**, casado sob o regime de comunhão de bens adquiridos com Martina Miholic, natural de Moçambique, residente em Croácia, em representação da filha pré-falecida **MARIA JOSÉ ROCHA SPENCER LOPES ÉVORA**, falecida no dia nove do mês de Janeiro do ano de mil novecentos e noventa e seis, em São Domingos de Benfica, Lisboa - Portugal, no estado de casada sob o regime de comunhão de bens adquiridos com Manuel de Jesus Lopes Évora, natural que foi da freguesia de Nossa das Dores - Ilha do Sal, com último Rua Manuel Ribeiro de Pavia, nº 9, 7º esq. Venda Nova - Amadora, Portugal.

E que não existem outras pessoas que, segunda a lei, possam concorrer com os indicados herdeiros, nesta sucessão, e na herança existe bens imóveis. Cartório Notarial do Sal, aos dezassete dias do mês de Fevereiro de 2021.

Art.º 200,4.2:-----1.000\$00.

Selo; -----200\$00.

Importa o presente extrato em: 1.200\$00(mil e duzentos escudos).

Conta nº 30/2021.

O Notário,  
/FATIMA ANDRADE MONTEIRO/





Ministério da Justiça e Trabalho

Direção Geral dos Registos, Notariado e Identificação

CARTÓRIO NOTARIAL DA REGIÃO DE PRIMEIRA CLASSE DE SÃO VICENTE

## Extrato

**CERTIFICO**, para efeito da segunda Publicação nos termos do disposto no artigo 86ºA do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei nº45/2014 de 20 de Agosto B.O. nº50-1ª Série, que no dia vinte e oito do mês de Agosto de dois mil e dezanove, no Cartório Notarial da Região de Primeira Classe de São Vicente, sito em Alto São Nicolau, ilha de São Vicente, perante a Notária por acumulação, Dr.ª Tirza Francisca Pires Fernandes, foi lavrada no livro de notas para escrituras diversas número D/sessenta e seis, à folhas 70 a 70 verso, a Habilitação de Herdeiros, por óbito de **JOSÉ DOS SANTOS DELGADO**, natural da freguesia de Nossa Senhora do Rosário, concelho de Ribeira Grande, ilha de Santo Antão, no estado de casado com Francisca Josefa Lopes sob o regime de comunhão geral de bens, falecido no dia treze de Agosto de dois mil e oito, no domicílio em Chã de Alecrim, onde teve a sua residência habitual. Na referida escritura foi declarado como Herdeiro legítimo o seu filho: **a) - Fileno José dos Santos Delgado**, a data do casado com Clara Diniz Almeida sob o regime de comunhão, natural da freguesia de Nossa Senhora do Rosário, concelho de Ribeira Grande, ilha de Santo Antão, no estado de viúva de José Dos Santos Delgado, falecida no dia vinte e oito de Fevereiro de dois mil e dezassete no domicílio em Fonte

Filipe, onde teve a sua residência habitual, foi declarado como Herdeiro legítimo o seu filho: **a) - Fileno José dos Santos Delgado**, a data do casado com Clara Diniz Almeida sob o regime de comunhão, natural da freguesia de Nossa Senhora do Rosário, concelho de Ribeira Grande, ilha de Santo Antão, residente nos Estados Unidos da América. -Mas se informa que, nos termos do nº 5 do artigo 86-A e do Artigo 87 do Código do Notariado, podem os interessados, querendo, impugnar judicialmente a referida escritura de habilitação de herdeiros.

ESTÁ CONFORME

1ºCartório Notarial da Região de Primeira Classe de São Vicente, em Mindelo um de março ; de dois mil e vinte e um.

Conta:  
Artº. 209.4.2..... 1.000\$00  
Imposto de Selo .....200\$00  
Total ..... 1200\$00 (Importa em mil e duzentos escudos)

Processo nº 260563 /2021  
Conta Reg. Sob o nº. 202104582 /2021

1º CARTÓRIO NOTARIAL DA REGIÃO DE PRIMEIRA CLASSE SÃO VICENTE  
Notária em Acumulação: Tirza Francisca Pires Fernandes  
Alto São Nicolau, Mindelo-SV-Cabo Verde  
(Telefone Notária em Acumulação 23263 77/Telefone Secretária - 232 6477 / e-mail Notária em Acumulação: tirza.pires@mni.gov.cv)



Ministério da Justiça e Trabalho

Direção Geral dos Registos, Notariado e Identificação

CARTÓRIO NOTARIAL DA REGIÃO DE PRIMEIRA CLASSE DE SÃO VICENTE

## Extrato

**CERTIFICO**, para efeito da Segunda publicação nos termos do disposto no artigo 86º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei nº 45/2014, de 20 de Agosto, B.O. nº 50 – 1ª Série, que no dia doze de novembro de dois mil e vinte, no Primeiro Cartório Notarial da Região de Primeira Classe de São Vicente, sito em Alto São Nicolau, São Vicente, perante a Notária por acumulação Dr.ª Tirza Francisca Pires Fernandes, foi lavrada no livro de notas para escrituras diversas número D/69, a folhas **33Vá 34F**, a habilitação de herdeiros, por óbito de **JOANA MARIA LOPES**, natural da freguesia de São João Baptista, concelho do Porto Novo, ilha de Santo Antão, no estado de solteira, com a sua última residência habitual, na cidade do Porto Novo, ilha de Santo Antão. Falecida no dia trinta de outubro de dois mil e quatro, no Hospital Doutor Baptista de Sousa, na freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho e ilha de São Vicente. Que a falecida não deixou testamento ou qualquer outra disposição de última vontade e na referida escritura sucederam-lhe, como herdeiros legítimos os seus filhos: **a) Elza Maria Lopes Ramos**, à data do óbito, divorciada, residente em Madeiralzinho, cidade do Mindelo, ilha de São Vicente; **b) António Luiz Lopes Ramos**, à data do óbito casado com Vera Lúcia Alves Rodrigues Lima, sob o regime de comunhão geral de bens, residente em Noruega; **c) Emitério Olavo Lopes Ramos**, à data do óbito, casado com Iola Margarida Lima Lopes sob o regime de comunhão geral de bens, residente em Alemanha; **d) Ângela Maria Lopes Ramos Pires**, à data do óbito, casada com Jorge de Fátima Veríssimo Pires, sob o regime de comunhão de bens adquiridos, residente na cidade do Porto Novo, ilha de Santo Antão; **e) - Faus-**

**to Lopes Ramos**, à data do óbito solteiro, maior, residente na cidade do Porto Novo. Todos naturais da freguesia de São João Baptista, concelho do Porto Novo, ilha de Santo Antão. E que faleceu **FAUSTO LOPES RAMOS**, natural da referida freguesia e ilha, no estado de solteiro. Falecido no dia dez de junho de dois mil e vinte, na Cidade do Porto Novo, freguesia São João Baptista, concelho do Porto Novo, ilha de Santo Antão, onde teve a sua última residência habitual, faleceu sem descendentes e ascendentes. Que o falecido, não deixou testamento ou qualquer outra disposição de última vontade e sucederam-lhe, como herdeiros legítimos os seus irmãos germanos: **a) Elza Maria Lopes Ramos; b) António Luiz Lopes Ramos; c) Emitério Olavo Lopes Ramos; d) Ângela Maria Lopes Ramos Pires**, todos acima devidamente identificados. Mais se informa que, nos termos do nº 5 do artigo 86-A e do artigo 87 do Código do Notariado, podem os interessados, querendo, impugnar judicialmente a referida escritura de habilitação de herdeiros.

ESTÁ CONFORME

Primeiro Cartório Notarial da Região de Primeira Classe de São Vicente, em Mindelo, aos dezassete dias do mês de novembro de dois mil e vinte.

Conta:  
Artº.20.4.2..... 1.000\$00  
Imposto de Selo..... 200\$00  
Total ..... 1.200\$00(Importa em mil e duzentos escudos)

Processo nº 256933 . Conta nº 202104583



Ministério da Justiça e Trabalho

Direção Geral dos Registos, Notariado e Identificação

CARTÓRIO NOTARIAL DA REGIÃO DE PRIMEIRA CLASSE DE SÃO VICENTE

## Extrato

**CERTIFICO**, para efeito de segunda publicação nos termos do disposto no artigo 86º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei nº 45/2014, de 20 de Agosto, B.O. nº 50 – 1ª Série, que no dia vinte e três de outubro de dois mil e vinte, no Primeiro Cartório Notarial da Região de Primeira Classe de São Vicente, sito em Alto São Nicolau, São Vicente, perante a Notária por acumulação Dr.ª Tirza Francisca Pires Fernandes, foi lavrada no livro de notas para escrituras diversas número C/69, a folhas 48v a 49, a habilitação de herdeiros, por óbito de **PAULO ELISIÁRIO GAMA LEITE**, que também usava **PAULO ELISIÁRIO LEITE** natural da referida freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho e ilha de São Vicente – Cabo Verde, de dupla nacionalidade, cabo-verdiana e americana, no estado de casado com Maria de Jesus Gomes Fernandes, sob o regime de comunhão de bens adquiridos. Falecido no dia cinco de julho de dois mil e catorze, no Hospital em Williamson Street Campus, nos Estados Unidos da América, onde teve a sua última residência habitual na Cidade de Elizabeth, Estado de New Jersey, Condado de Union- Estados Unidos da América. Que o falecido não deixou testamento ou qualquer outra disposição de última vontade e na referida escritura foram declarados, como herdeiros legítimos, os seus filhos: **a) – Bruno Manuel Silva Leite**,

à data do óbito solteiro, maior, natural de Basileia, Suíça, residente em Luxemburgo; **b) – Fábio Silva Leite**, à data do óbito, solteiro, maior, natural de Basileia, Suíça, residente em Porto-Portugal.

Mais se informa que, nos termos do nº 5 do artigo 86-A e do artigo 87 do Código do Notariado, podem os interessados, querendo, impugnar judicialmente a referida escritura de habilitação de herdeiros.

ESTÁ CONFORME

Primeiro Cartório Notarial da Região de Primeira Classe de São Vicente, em Mindelo, aos dezoito dias do mês de novembro de dois mil e vinte.

Conta:  
Artº.20.4.2..... 1.000\$00  
Imposto de Selo..... 200\$00  
Total ..... 1.200\$00  
(Importa em mil e duzentos escudos)

Processo nº 246692 Conta 202104581

CARTÓRIO NOTARIAL DA REGIÃO DE PRIMEIRA CLASSE DE SÃO VICENTE  
Notária em Acumulação: Tirza Francisca Pires Fernandes  
Alto São Nicolau, Mindelo – SV- Cabo Verde  
(Telefone Notária em Acumulação - 232 63 77 / Telefone Secretária - 232 6477 / e-mail Notária em Acumulação: tirza.pires@mni.gov.cv)



Ministério da Justiça e Trabalho

Direção Geral dos Registos, Notariado e Identificação

Notária: Lic. Jandira dos Santos Cardoso Vieira

## EXTRATO

Certifico narrativamente para efeitos de primeira publicação, nos termos do nº 5 do artigo 86º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei número 45/2014, de 20 de Agosto, que no dia quinze de Março de dois mil e vinte e um, no Cartório Notarial da Região de Segunda Classe de Santa Catarina, perante mim, Lic. Jandira dos Santos Cardoso Vieira, Notária por substituição, no livro de notas para escrituras diversas número **setenta e cinco**, a folhas **dois a dois verso**, foi lavrada uma escritura pública de **Habilitação Notarial**, por óbito de **Maria Torres Lopes**, falecida no dia vinte de Dezembro de dois mil e vinte, no Hospital Agostinho Neto, freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho da Praia, natural da freguesia e concelho de São Salvador do Mundo, onde teve a sua última residência em Achada Igreja, no estado de solteira.

Que a falecida não deixou testamento ou qualquer outra disposição de última vontade, não deixou descendentes e deixou como únicos herdeiros legítimos, os pais: **a) - Pedro Gomes Lopes e b) - Angelina Tavares Torres Lopes**, que também usa e é conhecida por Angelina Tavares Torres, casados sob regime de comunhão geral de bens, naturais da freguesia e concelho de São Salvador do

Mundo, residentes em Aboboreiro.

Que não existem outras pessoas que, segundo a lei, prefiram aos indicados herdeiros, ou com eles possam concorrer na sucessão à herança da referida Maria Torres Lopes.

Está conforme o original.

Mas se informa que, nos termos do número 5 do artigo 86º A e do 87º do Código Notariado, podem os interessados, querendo, impugnar judicialmente a referida escritura de habilitação de herdeiros.

Cartório Notarial de Santa Catarina, aos quinze dias do mês de Março do ano dois mil e vinte e um.

Emol: .....1.000.00

Imp. de selo: 200.00

Total: .....1.200.00 (mil e duzentos escudos)

Conta nº 857/2021

Cartório Notarial da Região de Segunda Classe de Santa Catarina Palácio da Justiça, rés-do-chão direito, Avenida da Liberdade, cidade de Assomada, República de Cabo Verde Telf: (+238) 2655499 / Voip Notária: 333 6932; Secretária: 6933 / e-mail da Notária: jandira.vieira@mni.gov.cv

**NOTÁRIO p/s: José Ulisses Fortes Furtado**

## EXTRACTO

Certifica narrativamente para efeitos de **primeira** publicação, nos termos do n.º 5 do artigo 86.º A, do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei n.º 45/2014, de 20 de Agosto, que neste Cartório Notarial, lavrada no dia oito de Março de dois mil e vinte e um, de folhas 127, 128, no livro de notas para escrituras diversas número 01/A, deste Cartório, a cargo do Notário p/s **José Ulisses Fortes Furtado**, se encontra exarada uma escritura de **HABILITAÇÃO DE HERDEIROS**, por óbito de **Enesto Lopes da Costa**, falecido no dia vinte e quatro de Novembro de mil novecentos e oitenta e três, em Chão Bom, no estado de casado sob o regime de comunhão geral de bens com **Margarida Lopes Cabral**, natural que foi da Freguesia de Santo Amaro Abade, Concelho do Tarrafal, com sua última residência Chão Bom, sem testamento e disposição de última vontade, tendo-lhe sucedido como únicos e universais herdeiros os seus filhos: **Pedro António Lopes da Costa**, casado sob o regime de comunhão de adquiridos com Hermínia Brito Tavares, natural da Freguesia de Santo Amaro Abade, Concelho do Tarrafal, residente em Portugal, **Hermínia Borges da Silva Lopes**, viúva, natural da Freguesia de Santo Amaro Abade, Concelho do Tarrafal, com última residência em Chão Bom, **Maria da Luz Borges Lopes da Costa**, solteira, maior, natural da Freguesia de Santo Amaro Abade, Concelho do Tarrafal, residente em França, **Maria da Conceição Borges Lopes Costa**, solteira, maior, natural da Freguesia de Santo Amaro Abade, Concelho do Tarrafal, residente em França e **Albertina Lopes da Costa**, falecida, no estado civil de casada sob o regime de comunhão geral de bens com Domingos Varela, com última residência em Chão Bom.

No dia trinta e um de Dezembro de mil novecentos e noventa e três, em Santa Catarina, faleceu a senhora **Albertina Lopes da Costa**, casada sob o regime de comunhão geral de bens com Domingos Varela, natural da Freguesia de Santo Amaro Abade, Concelho do Tarrafal, com última residência Chão Bom, sem testamento e disposição de última vontade, tendo-lhe sucedido como únicos e universais herdeiros os seus filhos: **Ulisses da Costa Varela**, solteiro, maior, natural da Freguesia de Santo Amaro Abade, Concelho do Tarrafal, residente em França, **José António Lopes da Costa Varela**, solteiro, maior, natural da Freguesia e Concelho de Santa Catarina, residente em França, **Armindo da Costa Varela**, casado sob o regime de comunhão de adquiridos com Celestina Monteiro Rodrigues, natural da Freguesia e Concelho de Santa Catarina, residente em França, **Avelino da Costa Varela**, solteiro, maior, natural da Freguesia e Concelho de Santa Catarina, residente em França, **Ana Mafalda da Costa Varela**, casada sob o regime de comunhão de adquiridos com Eliseu Furtado Gomes, natural da Freguesia e Concelho de Santa Catarina, residente em França e **Patrício Domingos da Costa Varela**, solteiro, maior, natural da Freguesia e Concelho de Santa Catarina, residente em Chão Bom.

Não existem outras pessoas que segundo a lei possam concorrer à herança do “de cujus”.

Está conforme o original.

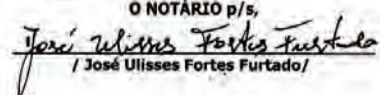
Cartório Notarial de Tarrafal de Santiago, aos quinze dias do mês de Março do ano dois mil e vinte e um.

Custas..... 1.000.00

Imp. de selo..... 200.00

Total..... 1.200.00 (mil e duzentos escudos)

Registada sob o n.º 245 /2021.

O NOTÁRIO p/s,  
  
 / José Ulisses Fortes Furtado /

## EXTRATO

Certifico, narrativamente, para efeito de primeira publicação nos termos do disposto no artigo 100º do Código do Notariado, alterado pelo Decreto-Lei nº 45/2014 e 20 de Agosto, que de fls. 59 vº a fls. 60 vº do livro de notas para escrituras diversas número 47-B desta Conservatória/Cartório de encontra exarada uma escritura de JUSTIFICAÇÃO NOTARIAL, com a data de dez de Março de dois mil e vinte e um, na qual o **Sr. JOSÉ ANTÓNIO LOPES FERNANDES DE PINA**, com o NIF 129992615, solteiro, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora da Conceição, concelho de São Filipe, residente em As Hortas, se declara com exclusão de outrem, dono e legítimo possuidor de um prédio coberto de betão armado, tendo rés-do-chã com: Uma sala, dois quartos, uma cozinha, uma casa de banho, uma garagem, uma caixa de escada, um corredor, um quintal e uma varanda, situado em As Hortas, com área de duzentos e quarenta e nove virgula quatro metros quadrados, confrontando do Norte, sul e este com terreno e oeste com via pública, inscrito na matriz predial urbana da freguesia de São Lourenço sob o número 3418/0, com o valor matricial de quatro milhões, noventa e seis mil e seiscentos e sessenta e oito escudos, omissos no registo predial.

Que adquiriu o referido prédio por o ter construído de raiz, com recurso a seu mate-

rial e dinheiro, num terreno com a área de duzentos e quarenta e nove virgula quatro metros quadrados, lhe doado pelo pai Manuel Fernandes Pina, anterior possuidor do mesmo há mais de vinte anos, sem que pudesse dispor do título bastante para efeitos de registo predial.

Que, não obstante, está na posse e fruição do imóvel e o vem exercendo sucessivamente e em nome próprio, de forma pacífica, de boa fé e ostensivamente com conhecimento de toda a gente e aonde vem atuando como verdadeiro proprietário e sem oposição de outrem, pelo que julga ter adquirido nas circunstâncias descritas o direito de propriedade sobre o referido imóvel, o que ora invoca para efeitos de primeira inscrição no registo predial.

Está conforme o original.

São Filipe e Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de São Filipe, aos quinze de Março de dois mil e vinte e um.



Conta: Reg. Sob o nº 56/03  
 Artigo 20º. 4.2 .....1.000\$00  
 Selo do acto .....200\$00  
 Soma:.....1.200\$00 –  
 São: Mil e duzentos escudos.



## FARMÁCIAS DE SERVIÇO

### QUINTA - 18 de Março

**SANTO ANTÓNIO**  
 ASA - T: 262 11 86

**NENA**  
 Mindelo - T: 232 22 92

### SEXTA - 19 de Março

**AFRICANA**  
 AV. Amílcar Cabral - T: 261 59 55

**HIGIENE**  
 Mindelo - T: 231 00 06

### SÁBADO - 20 de Março

**AVENIDA**  
 Fazenda - T: 261 36 90

**JOVEM**  
 Mindelo - T: 232 45 30

### DOMINGO - 21 de Março

**SANTA ISABEL**  
 Largo Europa - Tel: 262 37 47

**MINDELO**  
 Mindelo - T: 232 74 65

### SEGUNDA - 22 de Março

**SÃO FILIPE**  
 Ach. São Filipe - T: 264 72 56

**AVENIDA**  
 Monte Sossego - T: 232 45 88 / 231 17 17

### TERÇA - 23 de Março

**UNIVERSAL**  
 Avenida Santiago - T: 262 93 98

**LEÃO**  
 Mindelo - T: 232 66 04

### QUARTA - 24 de Março

**FARMÁCIA 2000**  
 Achadinha Baixo - T: 261 56 55

**NENA**  
 Mindelo - T: 232 22 92





Ministério da Justiça e Trabalho  
Direção Geral dos Registos, Notariado e Identificação



## EXTRATO

**CERTIFICO**, narrativamente, para efeitos da Primeira publicação nos termos do disposto no artigo 86º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei nº 45/2014, de 20 de Agosto, que no dia 15.02.2021, de folhas 32 a 33 do livro de notas para escrituras diversas número 252, deste Cartório Notarial, a cargo da Notária Lic em Direito, Cátia Sofia Teixeira Andrade, foi exarada uma escritura de Habilitação de Herdeiro por óbito de **Deolinda Dias Andrade**, nos termos seguintes:

Que que no dia **trinta e um do mês de janeiro de dois mil e dezoito**, na freguesia de Setúbal, São Sebastião, concelho de Setúbal, Portugal, faleceu **Deolinda Dias Andrade**, aos quarenta e nove anos de idade, no estado civil de solteira, maior, natural que foi da freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho da Praia, filha de Fernando Correia Andrade e Edeolinda Dias Andrade, e que teve a sua última residência habitual na Rua do Moinho, lote 1, R/Ch A6, Setúbal, Portugal.

Que a falecida não fez testamento, nem

qualquer disposição de última vontade, não deixou sem descendentes, e sucede-lhe como única herdeira legitimária **Edeolinda Dias Fernandes**, viúva, natural da freguesia de São Miguel Arcanjo, concelho de São Miguel, residente em Lém Ferreira, Praia.

Que não existem outras pessoas que segundo a lei lhes preferam ou com ela possa concorrer à sucessão.

Os interessados, querendo, podem proceder à impugnação judicial da escritura em referência, nos termos do artigo 87.º do Código do Notariado, aprovado pelo DL n.º 9/2010, de 29 de Março.

Primeiro Cartório Notarial da Região de Primeira Classe da Praia, aos 04 de Fevereiro de 2021.

A Notária,  
  
/Cátia Sofia Teixeira Andrade/

1.º Cartório Notarial da Praia, Telefone-Fax-2617935-CP-184, Avenida da China, Encosta de Achada Santo António, Notária. Lic.: Cátia Sofia Teixeira Andrade  
NIF- 353331112



Ministério da Justiça e Trabalho  
Direção Geral dos Registos, Notariado e Identificação



## EXTRATO

**CERTIFICO**, narrativamente, para efeitos da primeira publicação nos termos do disposto no artigo 86º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei nº 45/2014, de 20 de Agosto, que no dia vinte e seis do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e um, de folhas 92 a 93 do livro de notas para escrituras diversas número 252, deste Cartório Notarial, a cargo, da Notária, Lic em Direito, Cátia Sofia Teixeira Andrade, foi exarada uma escritura de Habilitação de Herdeiros, de **Dores dos Santos Monteiro**, nos termos seguintes:

Que no dia **dezoito do mês de Abril de dois mil e vinte**, na sua residência, freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho da Praia, faleceu **Dores dos Santos Monteiro**, aos oitenta e cinco anos de idade, no estado civil de solteira, maior, natural que foi da freguesia de São Tiago Maior, concelho de Santa Cruz, filha de Aníbal Paulo Monteiro e de Etelvina Cabral, e que teve a sua última residência em Achada São Filipe, cidade da Praia.

Que o falecido não fez testamento, nem qualquer disposição de última vontade, tendo-lhe sucedido como únicos herdeiros seus filhos:

Que a falecida não fez testamento, nem qualquer disposição de última vontade, e deixou como únicos herdeiros seus filhos:

**1. Fernando Jorge Monteiro**, casado com Adelaide Fernandes Tavares, no regime

de comunhão de adquiridos, natural da freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho da Praia, residente na cidade do Tarrafal; **2. Maria Fernanda Monteiro Gomes Freire Tavares**, casada no regime de comunhão de adquiridos com Luís Manuel Freire Tavares, natural da freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho da Praia, residente em Achada São Filipe, Praia; **3. Jorge Alfredo Monteiro Gomes**, solteiro, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho da Praia, residente em Achada São Filipe, Praia.

Os interessados, querendo, podem proceder à impugnação judicial da escritura em referência, nos termos do artigo 87.º do Código do Notariado, aprovado pelo DL n.º 9/2010, de 29 de março. Cartório Notarial da Região de Primeira Classe da Praia, aos três de Março de 2021.

CONTA:202114450/2021

Art. 20.4.2 1000\$00

Selo do Acto 200\$00

Total 1.200\$00. Importa o presente em mil e duzentos escudos

A Notária,  
  
/Cátia Sofia Teixeira Andrade/

1.º Cartório Notarial da Praia, Telefone-Fax-2617935-CP-184, Avenida da China, Encosta de Achada Santo António, Notária. Lic.: Cátia Sofia Teixeira Andrade  
NIF- 353331112



Ministério da Justiça e Trabalho



CONSERVATÓRIA DOS REGISTOS E CARTÓRIO NOTARIAL DA REGIÃO DE SEGUNDA CLASSE DE RIBEIRA GRANDE - SANTO ANTÃO

## EXTRATO

**CERTIFICO**, para efeito de segunda publicação nos termos do disposto no artigo 100º do Código do Notariado, alterado pelo Decreto-Lei nº 45/2014, de 20 de Agosto, B.O. nº 50 – 1ª Série, que no dia dois de Março de dois mil e vinte e um, na Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de 2.ª Classe de Ribeira Grande - Santo Antão, perante o Conservador-Notário P/Substituição **José Carlos Brandão de Oliveira**, foi lavrada no livro de notas para escrituras diversas n.º 72, de folhas 1 v a 2 v a Justificação Notarial em que são justificantes, **Bento João Piedade e Vitória Joana Gomes**, casados entre si, naturais da freguesia de Nossa Rosário do Concelho da Ribeira Grande, residentes na Cidade da Ribeira Grande – ilha de Santo Antão, se declara com exclusão de outrem dono e legítimo possuidor de um de um prédio rústico de sequeiro, medindo 1530 m2, situado em Merada de Fora - Pinhão - Ribeira Grande - Santo Antão, inscrito na matriz predial da freguesia de Nossa Senhora do Rosário, sob o n.º 9822/0, confrontando do Norte, com Caminho e Luís Lopes; Sul com Bento João Piedade e Vitória Joana Gomes; Este com Borda e do Caminho e Tom Jeremiah Sheehy;

Os justificantes alegam na referida escritura que o prédio de regadio, lhes

veio a posse por compra feita na senhora, Rosália Soares Medina Martins, por escrito particular em 09 de Agosto de 1974, e que após a compra, fizeram a inscrição na matriz camaria em seus nomes próprios e não tendo título aquisitivo válido para efeito de primeira inscrição no Registo Predial veem invocar a usucapião, como forma de aquisição, uma vez que, exerce uma posse pública, pacífica, contínua e sem oposição de quem quer que seja a mais de quarenta anos.

Os potenciais interessados têm um prazo de quarenta e cinco dias a contar da primeira e segunda publicação para eventual impugnação.

**ESTÁ CONFORME.**

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de Segunda Classe de Ribeira Grande – Santo Antão, aos 09 dias do mês de Março de dois mil e vinte e um.

O Conservador-Notário P/Substituição,  
  
/José Carlos Brandão de Oliveira/

Valor: 1.200\$00  
Registado sob o n.º 483/21



Ministério da Justiça e Trabalho



CONSERVATÓRIA DOS REGISTOS E CARTÓRIO NOTARIAL DA REGIÃO DE SEGUNDA CLASSE DE RIBEIRA GRANDE - SANTO ANTÃO

## EXTRATO

**CERTIFICO**, para efeito de primeira publicação nos termos do disposto no artigo 100º do Código do Notariado, alterado pelo Decreto-Lei nº 45/2014, de 20 de Agosto, B.O. nº 50 – 1ª Série, que no dia dezasseis de Março de dois mil e vinte e um, na Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de 2.ª Classe de Ribeira Grande - Santo Antão, perante o Conservador-Notário P/Substituição **José Carlos Brandão de Oliveira**, foi lavrada no livro de notas para escrituras diversas n.º 71, de folhas 08 a 08v a Justificação Notarial em que é justificante **António Carente Pires**, solteiro, maior, natural da freguesia de Santo Crucifixo do Concelho da Ribeira Grande, residente em Ribeirão – ilha de Santo Antão, se declara com exclusão de outrem dono e legítimo possuidor de um de um tracto de terreno, medindo 112 m2 (cento e doze metros quadrados), situado em Ribeirão, inscrito na matriz predial da freguesia de Santo Crucifixo, sob o n.º 2749/0, confrontando do Norte, com Estrada; Sul e Oeste com António Carente Pires e de Este, com Zacarias Amâncio Delgado;

O justificante alega na referida escritura que o tracto de terreno, lhe veio a posse por compra feita no senhor, Domingos Júnior Santos, por escrito particular, e que após a compra, fez a inscrição na matriz camaria em seu nome próprio e não tendo título aquisitivo válido para efeito de primeira inscrição no Registo Predial vem invocar a usucapião, como forma de aquisição, uma vez que, exerce uma posse pública, pacífica, contínua e sem oposição de quem quer que seja.

Os potenciais interessados têm um prazo de quarenta e cinco dias a contar da primeira e segunda publicação para eventual impugnação.

**ESTÁ CONFORME.**

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de Segunda Classe de Ribeira Grande – Santo Antão, aos 17 dias do mês de Março de dois mil e vinte e um.

O Conservador-Notário P/Substituição,  
  
/José Carlos Brandão de Oliveira/

Valor: 1.200\$00  
Registado sob o n.º 728/21